

**COMISSÃO DE INQUÉRITO SOBRE A SITUAÇÃO QUE  
LEVOU À NACIONALIZAÇÃO DO BPN  
E SOBRE A SUPERVISÃO BANCÁRIA INERENTE**

**19 de Março de 2009**

**27.ª Reunião**

Ordem de trabalhos:

Audição do Dr. António Coelho Marinho (ex-administrador do BPN)

## Índice Remissivo

---

### A

A Sr.ª Presidente · 3, 4, 5, 11, 19, 22, 25, 26, 30, 51, 54, 64, 65, 73, 75, 77, 80, 89, 94, 95, 97, 101, 103, 104, 105, 106, 116, 117, 126, 137, 138, 143, 145, 146, 147, 151, 153, 154

Dr. António Coelho Marinho · 4, 5, 6, 8, 11, 12, 19, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 32, 33, 35, 40, 50, 54, 55, 56, 57, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154

---

### H

Honório Novo (PCP) · 3, 65, 66, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 95, 98, 151, 152, 153

---

### J

João Semedo (BE) · 26, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146

---

### L

Leonor Coutinho (PS) · 26, 27, 28, 32, 33, 34, 40, 50, 147, 148, 149, 150, 151

---

### M

Miguel Macedo (PSD) · 51, 54, 55, 57, 60, 62, 63, 64, 135

---

### N

Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP) · 5, 6, 8, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 106, 107, 108, 109, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 136, 137

A Sr.ª Presidente (Maria de Belém Roseira): — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que está aberta a reunião.

*Eram 18 horas e 10 minutos.*

A nossa reunião de hoje é preenchida com a audição do Sr. Dr. António Coelho Marinho, ex-Administrador do BPN.

Como é costume, a audição inicia-se com as perguntas colocadas pelo Sr. Deputado Nuno Melo, do CDS-PP, para o que disporá de 10 minutos.

Entretanto, queria dizer-vos que continuo à espera do «emagrecimento» da lista de audições e não vou fazer as convocatórias para a próxima semana sem ter essa informação, sob pena de, eventualmente, estar a gastar tempo de audição com pessoas que, em vosso juízo, sejam menos importantes que outras.

Assim, precisávamos de fazer uma pequena reunião de coordenação, se calhar amanhã, sexta-feira, para que fique pronto esse trabalho por forma a eu poder convocar as pessoas para as audições da próxima semana.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.ª Presidente, peço a palavra.

A Sr.ª Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.ª Presidente, amanhã, de manhã, tenho um compromisso que me impede de estar na Assembleia. De toda a maneira, não vejo qualquer problema em que a reunião se faça mesmo

sem a minha presença. Certamente estarei representado, e com a clarificação do que nós pretendemos «aliviar».

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Muito bem, Sr. Deputado.

Aceitamos a sua representação que é sempre preciosa e bem-vinda, sem prejuízo de a sua presença ser também muito interessante.

Srs. Deputados, vou, então, chamar o depoente de hoje.

*Pausa.*

Queria cumprimentar o Sr. Dr. António Coelho Marinho e dizer que é um gosto tê-lo entre nós. Com certeza que o Sr. Dr. também gostará de estar nesta Comissão de Inquérito.

Com licença do Sr. Dr. Coelho Marinho, também queria transmitir aos membros da Comissão que, por razões de saúde do Sr. Dr., provavelmente teremos de fazer um intervalo a meio da audição. Assim, pedia-vos que tentassem ser muito concisos e precisos nas questões, muito rigorosos na utilização do tempo, uma vez que penso que seria proveitoso para todos e, sobretudo, defensivo da situação de saúde do Sr. Dr. Coelho Marinho.

Vamos começar por pedir ao Sr. Dr. um brevíssimo apontamento curricular. Não sei se quer ou não fazer alguma declaração inicial, mas está à sua vontade.

Faça favor, Sr. Dr.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho (ex-Administrador do BPN): — Antes de mais, boa noite, Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados. Estou

aqui com muito gosto para esclarecer o que souber e sobre que tenha conhecimento.

Em relação ao meu currículo, sou bancário desde 1969. Estive no BNU, funções que interrompi, de 1987 a 1994, período em que fui gestor público. No fim de 1994, ingressei nos quadros do Finibanco e, no fim de 1997, nos quadros do BPN. Estive em regime de acumulação, de 1982 a 2005, pois também dava aulas no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto e também dei aulas no Instituto de Formação Bancária.

Penso que esta informação é suficiente, para não perder muito tempo.

A Sr.ª Presidente: — Obrigada, Sr. Dr..

Dou, então, a palavra ao Sr. Deputado Nuno Melo, do CDS-PP, para formular as questões.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, Sr. Dr., só para precisar: o Sr. Dr. foi administrador do BPN e não da SLN?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Só do BPN. Só BPN, executivo. No período em que estive no BPN, acumulei algumas funções noutras empresas do Grupo, na qualidade de não executivo.

Estive na *factoring* como não executivo; estive no British Hospital, também como não executivo; e, depois, estive na Capital XXI, como presidente, também não executivo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito bem.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, não vou requerer pergunta/resposta, mas é só para precisar a minha linha de questões a colocar, e por isso Sr. Dr., para além da estrita realidade BPN, pergunto-lhe se também tem conhecimento de factos relativos a outras empresas do Grupo, como, por exemplo, BPN Créditos, Imofundos, etc., se isso era discutido ao nível...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Sr. Deputado, esses conhecimentos tinha-os, digamos, «via ouvido» mas nunca tive nenhuma ligação com essas empresas. Por esse motivo, de facto, não posso pronunciar-me sobre isso.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., queria colocar algumas questões, mas, lamentavelmente, não encontro o documento...

Sr.<sup>a</sup> Presidente, pedia-lhe um minuto de tolerância, porque estou a tentar encontrar um documento...

*Pausa.*

Bom, vai ter de ser de memória, porque, na verdade, não encontro o documento, pelo que, numa segunda ronda, porventura, irei à questão, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Sr. Dr., em primeiro lugar, pedia-lhe que explicasse, no universo do Grupo e, em particular, em relação ao BPN, a existência da opção pelas Contas Investimento que — nesta Comissão, já se percebeu — constituem um dos problemas do Grupo.

Há um documento, que temos exibido aqui, *O Estado da Nação*, do qual existem três versões, e que classifica as Contas Investimento como

uma opção que justificaria 517 milhões de euros de buraco, de prejuízo do Grupo.

Já ontem, tivemos aqui quem quisesse explicar a diferença, que damos como boa, entre liquidez, imparidade e tudo o mais, porque , hoje, quando se fala dos tais valores — 500 milhões, depois 1800 milhões, depois, 2700 milhões —, enfim, percebemos que tudo isso tem de ser quantificável... Mas, independentemente, do valor, da sua dimensão, é um valor seguramente muito elevado, as Contas Investimento desempenham um papel central nesse prejuízo.

Tive oportunidade de questionar o administrador Teófilo Carreira sobre um facto, relativamente ao qual também questiono o Sr. Dr. e que tem a ver com o seguinte: as Contas Investimento eram contratadas com clientes, funcionavam como uma espécie de conta a prazo, o Banco emitia uma espécie de promissória, acordava uma determinada taxa, só que, depois, essas Contas Investimento eram transformadas num outro produto que tinha uma taxa diferente, sem que se percebesse, nessa variação, como é que o dinheiro surgia.

Ora, certamente, os administradores do BPN tinham resposta para essa dúvida, que nós temos ainda, e por isso pergunto: como é que surgiram essas Contas Investimento? Quem é que as sugeria? Como é que elas eram contratadas com os clientes do banco? E como é que essa diferença era suportada?

Queria perguntar-lhe também, Sr. Dr., se nos diz o que é a Jared, caso saiba e caso esta denominação lhe diga alguma coisa.

Queria saber desde quando é que o Sr. Dr. teve conhecimento da existência do Banco Insular no universo do Grupo SLN. Isto, porquê? Porque, está hoje demonstrado e assumido perante a Comissão e até

perante o Banco de Portugal, o Banco Insular funcionava com 100% de depositantes BPN e, através do Banco Insular, também eram feitas transferências, através do BPN Cayman e do BPN IFI, que, depois, justificavam saídas em favor de accionistas, em favor de empresas do Grupo, para mascarar prejuízos, para justificar situações de mora...

Enfim, esse é um dos expedientes que, já percebemos, permitiu que, ao longo de muitos anos, dinheiro dos depositantes fosse indevidamente utilizado e, hoje, não se sabe onde está em circunstâncias que, depois, levaram à própria nacionalização.

Gostava de saber, então, como é que o Sr. Dr., enquanto administrador do BPN e, nessa qualidade, verificando as respectivas contas, percebeu essa saída de dinheiro. Enfim, tem de haver uma...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Sr. Deputado,...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Eu vou continuar, Sr. Dr.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Vai continuar a pôr outras questões, não é?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim, sim.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Ok.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sendo esse produto, as Contas Investimento, alvo de um registo de aplicação bancária do BPN, queria perguntar-lhe se acha possível que a auditoria interna do BPN



nunca tenha mencionado as Contas Investimento nos relatórios de auditoria, nas visitas que fazia aos balcões do BPN. É que as Contas Investimento eram uma realidade material e através delas o dinheiro era movimentado. Portanto, como é que isso é possível?

O Sr. Dr., certamente, percebeu que nessas Contas Investimento, vendidas como depósito a prazo, eram, na mesma conta do cliente, subscritas unidades de participação de fundos imobiliários fechados do BPN.

Precisando, a questão, pergunto-lhe o seguinte: considerando que a rentabilidade dos fundos fechados era, em média, inferior à contratada com o cliente, nunca se questionou, enquanto administrador, sobre a variação e sobre como é que essa diferença era plausível?

O Sr. Dr., certamente, reunia com o Dr. Oliveira Costa, com o Dr. Abdool Vakil e com outros administradores do Grupo, por isso pergunto-lhe como é que estas Contas Investimento eram tratadas ao nível das reuniões do conselho de administração. Como é que eram discutidas?

Queria também que o Sr. Dr. nos explicasse a realidade do *private banking* e se era frequente propostas de crédito não serem concedidas e, depois, através do *private banking* terem sucesso.

A este propósito, queria perguntar-lhe o que sabe, se sabe, em relação a uma operação que foi designada Operação *Homeland* e que tem que ver com uns terrenos adquiridos em Oeiras, cujo crédito, numa primeira fase, não teria sido concedido mas que, depois, acabou por acontecer.

Queria perguntar-lhe, Sr. Dr., se alguma vez lhe foram dadas fichas para abertura de contas no Banco Insular.

Queria, ainda, perguntar-lhe como é que é possível, se é que o Sr. Dr. justifica, que a realidade do BPN, de que foi ou é administrador com responsabilidades inerentes, não seja conhecida do Banco de Portugal, isto na versão do Banco de Portugal.

Percebemos uma sequência de circunstâncias que, no que me toca, tem como indícios evidentes problemas no BPN. Há uma reportagem na revista *Exame*, já em 2001, que reflectia, com muita minúcia, muitos dos problemas que mais tarde acabaram por justificar a nacionalização do banco; em 2003, há uma reunião, que aqui foi reproduzida, com um responsável pela supervisão; há um relatório da Deloitte, em 2003, às contas de 2002, onde também se referem muitos problemas do Grupo; há um conjunto de administradores que foram sendo substituídos ao longo dos anos no Grupo; houve também um carrossel de auditores que eram substituídos à medida que as reservas iam sendo suscitadas...

Enfim, pergunto-lhe: como é que é possível, perante tudo isto, que o Banco de Portugal invoque o desconhecimento e se esse desconhecimento sucede?

Queria perguntar-lhe também, Sr. Dr., enquanto administrador, nas obrigações que a lei lhe impunha, se fez sempre, ou não, todas as comunicações que eram pedidas pelo Banco de Portugal ou, numa escala um pouco superior, se assim o entender, se o conselho de administração de que fazia parte, respondia, ou não, às solicitações feitas pelo Banco de Portugal. Isto partindo de uma presunção, Sr. Dr., e tendo em conta algumas das pessoas que, percebo, compunham esses conselhos de administração, serem pessoas reputadas no meio em que se inserem, pessoas respeitadas e, sinceramente, até por inerência de função, não estou a ver essas pessoas a aceitarem, sem mais e impavidamente, uma

situação de gestão de um homem só, que tudo decidia, que tudo fazia, que tudo comunicava, que nada partilhava.

Assim, pessoas que desempenham de corpo total essas funções de gestão, certamente que não tolerariam uma circunstância dessas e teriam conhecimento do que se passava na administração do BPN.

Portanto, queria perceber, aqui, se quem tem razão é o Banco de Portugal no desconhecimento que invoca ou se, pelo contrário, eram os membros do conselho de administração nas informações que prestavam.

Por último, Sr. Dr., queria perguntar-lhe o que sabia, se é que sabia, acerca dos tais negócios de Porto Rico (que são quase obrigatórios aqui, nestas diferentes audições) nas circunstâncias dos seus financiamentos. Percebemos que havia relatórios semestrais emitidos desde o Luxemburgo acerca do chamado Excellence Assets Fund que nos demonstram, entre outras coisas, que este fundo tinha subscrito participações na Imofundos, naquela Biometrics dos Estados Unidos, mas também obrigações com referência ao Grupo.

A pergunta que lhe faço é, desde logo, esta, Sr. Dr.: era lícito, conhecendo o Sr. Dr. a legislação aplicável ao sector, um fundo que é do Grupo SLN subscrever obrigações relativas ao próprio Grupo? E, uma segunda questão, fazendo-o, como se sabe hoje que aconteceu, tinham ou não essas participações de ser comunicadas ao Banco de Portugal? E, se tivessem, foram-no, ou não?

Fico por aqui, por enquanto, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Dr. António Coelho Marinho, para responder.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Sr. Deputado, antes de mais, queria, se me permite, dizer uma coisa importante antes de responder. Passei por alguns conselhos de administração e, em todos os lados, a regra é que cada administrador tem definido o seu conteúdo funcional perante a distribuição de pelouros que é feita pelo presidente. Em todos os lados é assim, também fui presidente em alguns lados e era assim que se fazia.

Numa primeira fase, até princípios de 2006, eu tinha a área comercial do norte, de Leiria para cima, que ia até Castelo Branco, tinha o crédito e a direcção de risco, tinha o património e instalações (que seriam obras) a norte de Leiria e, portanto, há muitas questões que colocou às quais eu não posso responder, porque desconheço, mas à primeira é evidente que posso responder objectivamente.

Em relação às Contas Investimento, vejo, claramente, que há, do meu ponto de vista, alguma confusão. As Contas Investimento ou aplicações financeiras são um produto que existe em toda a banca. Com nomes divergentes, mas toda a banca tem isto. Portanto, é um produto perfeitamente legal – primeira situação.

Segunda situação, de facto, configura um depósito a prazo, mas não é um depósito a prazo. Não há taxa de juros, há rentabilidade, o que são coisas diferentes.

As Contas Investimento existiam. Havia um impresso que, na minha opinião, era do conhecimento do Banco de Portugal e de todos os serviços internos. Era um impresso próprio, como o de quem subscreve um fundo, em que as pessoas assinavam e com este documento passavam uma espécie de procuração que permitia ao banco fazer aplicações onde entendesse.

Terceira situação, quanto à forma como isto era feito. Quero dizer-lhe que a minha responsabilidade enquanto administrador comercial e com a orientação que dava aos meus directores (meus, isto é, do banco, mas que eu superintendia) era assim que era feito. A forma como era feito o tratamento internamente, sinceramente, não vou responder, porque não sei. Portanto, as áreas eram definidas e eu não tinha nada a ver o problema interno.

Quanto a dizerem que dá prejuízo ou que dá lucro, há aqui duas coisas que acho que são muito objectivas.

Em primeiro lugar, infelizmente, desafio qualquer empresário a dizer que em tudo o que faz ganha dinheiro, porque, se não, eu também era empresário... Nunca quis ser empresário, porque, de facto, tinha medo. Nem em tudo o que se faz na vida empresarial se ganha dinheiro.

Em segundo lugar, as Contas Investimento, enquanto estiveram debaixo da minha alçada, e segundo julgo saber, nunca deram prejuízo. Mais: as Contas Investimento existiam quando chegámos ao Grupo e existiam mesmo sem haver fundos de investimento.

De facto, ouvi falar (foi falado em conselho), já em 2008, que, tendo em conta que uma parte deste dinheiro teria sido aplicado em fundos fechados — mas repare que é muito posterior às despesas de Contas Investimento, que se mantiveram, e julgo que a rentabilidade desses fundos terá sido a partir de meados de Junho de 2007 —, não permitia que o banco cumprisse a obrigação que tinha com os clientes e que tinha de cumprir.

Penso que, em relação a Contas Investimento, expliquei aqui o suficiente para o senhor entender.

Sobre o documento *O Estado da nação*, de facto, tenho visto nos jornais. Só uma vez é que assisti aqui, a esta Comissão. Sinceramente, desconheço completamente, não sei quem o fez nem como é que foi feito. Não vou responder, porque desconheço. O teor que conheço é o que veio nos jornais mais aquilo que ouvi uma vez quando estive aqui um colega, que foi precisamente o Dr. Teófilo Carreira, que falou no chamado nesse documento, mas eu desconheço-o.

Soube da existência do Banco Insular em Fevereiro 2008. Repito: em Fevereiro de 2008.

Quanto ao problema das auditorias não mencionarem os relatórios, quero dizer uma coisa: quem tinha, de facto, o pelouro da auditoria era o Sr. Presidente, mas admito, isto é, é a minha convicção, que a auditoria não mencionasse. Estava tudo dentro dos parâmetros previstos e da supervisão e a auditoria era vista pelo Sr. Presidente.

Portanto, quando o Sr. Presidente entendia que havia reparos à área de cada administrador, chamava esse administrador para lhe perguntar como era. Eu nunca recebi nenhum documento do Sr. Presidente a perguntar-me o que é que se passava, mas admito que a auditoria, uma vez que é um produto... Os auditores não mencionam todos os produtos que o banco comercializa, que eu saiba. Portanto, era um produto legal e admito que eles não o tivessem feito por esse motivo. Mas, como compreende, é uma convicção e não posso dizer-lhe se era assim, se não era.

No que se refere a fundos fechados, já falei. Foi uma situação que se viu muito mais tarde, por aquilo que ouvi, já em 2008. Eu não tive conhecimento, mas teria sido aplicado algum nestes fundos fechados e, como era um fundo fechado, a rentabilidade do fundo, a partir de meados

de 2007, não era suficiente para cobrir o compromisso assumido pelo banco perante os clientes. Nunca foi quantificado qual era o montante que estava a dar prejuízo. Mas repare: as Contas Investimento ou aplicações financeiras (tiveram os dois nomes) vêm de 1998 e, de 1998 até 2005, nunca ninguém disse que davam prejuízo. Portanto, é preciso ter isso em atenção. Se calhar, o lucro que esse produto deu ao Grupo ou, neste caso, ao banco, foi superior ao prejuízo que, depois, terá sido mencionado nesse documento *O Estado da nação*.

Um dia, quando tiver esse documento em meu poder, não vou escrever nenhum livro, mas, se calhar, dava para escrever um livro...

#### *Apartes inaudíveis.*

Quanto às reuniões, é evidente que eu tive várias reuniões tanto com o Sr. Presidente da altura, Dr. Oliveira Costa, como com os colegas. Reuníamos-nos todas as semanas, em princípio às terças-feiras.

Mais tarde, em 2006, passei para o pelouro do crédito, inclusivamente havia a chamada Comissão de Crédito, porque eu era o responsável pelo crédito que se dava no banco. Em sede de *private*, as operações do *private* não passavam nem pelo risco nem pela administração como órgão – aliás, eu não tinha acesso às contas do *private* e era administrador.

Quanto à situação que me fala de que haveria uma proposta que terá sido recusada no conselho e que, depois, foi feita pelo *private*, não lhe vou responder, porque, de facto, não sei, eu não tinha acesso às contas. E, quando alguém (eu li isso no jornal) disse que andou a ver se tinha e conseguiu apanhar... Eu sei como estas coisas se fazem, porque

sou do norte. Vão desculpar-me, mas quem está ao pé do calor aquece... Portanto, as pessoas arranjam sempre esquemas e, portanto, conseguiram, porque directamente, em termos de informática, não tinham acesso. Os acessos às contas era por *fee*. Eu tinha acesso às contas do banco, da área comercial pura, a todos os níveis e não tinha ao *private* nem às plataformas internacionais. E, se alguém diz o contrário, desafio essa pessoa a dizer-me uma coisa dessas olhos nos olhos.

Sobre se eu tinha conhecimento do Banco Insular, posso dizer-lhe que nunca tive, também nunca tive fichas, nem sei se elas, alguma vez, existiram. Não vou responder, porque não sei.

Perguntou também o Sr. Deputado se as contas em relação ao Banco de Portugal reflectiam a realidade do Grupo. As contas que eu assinava... E, como digo, havia aqui uma situação, que era uma *nuance*, que é discutível: eu preocupava-me em ver o problema das contas do banco; depois, da SGPS, eram consolidadas, e, em relação a essas contas, nunca tive, porque não conhecia a base, portanto não valia a pena eu estar a preocupar-me com essas contas. Eu não tinha acesso. Portanto, as contas do banco que apareciam no Banco de Portugal correspondiam à objectividade.

Pergunta se as imparidades estavam bem feitas... Sr. Deputado, as imparidades (penso que é do conhecimento das pessoas) são subjectivas. Discutiam-se as imparidades com os auditores, com a área comercial, com o risco, porque são subjectivas. Para si, isto pode valer 100 e eu posso dizer que vale 50. Perguntar-me-á: é interessante fazer as imparidades? Respondo que é, sim senhor. Mas o Sr. Deputado sabe, com certeza, que as imparidades têm um custo grande que paga impostos.



Portanto, quem está a gerir tem de ter algum equilíbrio, ou seja, tem de saber até que ponto é mesmo necessário fazer uma imparidade e até que ponto vai prejudicar os seus accionistas e a própria empresa que gere, porque isso tem custos, independentemente de poder ser uma segurança.

Dir-lhe-ei que era óptimo que todas as empresas, incluindo as da área financeira, tivessem imparidades a 100%, mesmo com hipotecas.

Quanto ao problema da informação do Banco de Portugal, quero dizer-lhe que a troca de informação era efectuada entre o Banco de Portugal e o Sr. Presidente e, depois, à volta do Sr. Presidente, havia algumas pessoas encarregadas e responsáveis de responder ao Banco de Portugal.

Eu, só comecei a ter conhecimento a partir da altura em que entrou o Sr. Dr. Vakil, quando vinham os pedidos do Banco de Portugal e ele fazia questão de os distribuir por todos os Srs. Administradores. Portanto, a partir da altura em que ele entra, comecei a ter conhecimento objectivo das questões que eram colocadas pelo Banco de Portugal. Isto não invalida que não tenha estado duas vezes ou três vezes no Banco de Portugal — o Banco de Portugal pediu para lá irmos —, mas quem liderava as reuniões era o Sr. Vice-Governador do Banco de Portugal e, como compreenderá, o presidente do Conselho.

As coisas que ouvi lá, algumas, de facto, da parte do Sr. Vice-Governador, ditas com alguma veemência, foram duas: uma, era a do problema da informação, o que confere com aquilo que o Sr. Deputado acaba de mencionar, ou seja, a informação não era objectiva e, muitas vezes, sucedia muito ao retardador; outra, era a de, normalmente, como o senhor sabe, todos os bancos têm, não é um caso virgem do BPN, nós

consolidávamos na SLN... Enfim, havia dois escalões em que eu não intervinha e havia uma situação que era a das empresas em que, de acordo com a lei e com o Banco de Portugal, tivéssemos uma participação de mais de 20% tínhamos de consolidar.

Havia grupos em que, na óptica do Banco de Portugal, nós teríamos mais, enquanto que, na óptica do Sr. Presidente, não tínhamos tanto, mas, depois, colocava-se aqui um problema: muitas vezes — e a discussão andava sempre à volta destes dois temas —, se fosse considerado esse grupo para efeitos de rácio de solvabilidade, estávamos com um rácio meramente justo, se não o considerássemos tínhamos um dos melhores rácios da banca. E esta era a grande discussão.

Nunca se falou ou eu nunca ouvi falar, e estive lá, salvo erro, três vezes, do Banco Insular. Como disse, ouvi falar ou tive conhecimento do Banco Insular em fins de Fevereiro de 2008.

Em relação ao retardamento de informações, tive conhecimento directo no Banco de Portugal, nessas reuniões, mas, como disse, as discussões andavam sempre à volta destas situações e do relatório do Banco de Portugal, que, algumas vezes, apontava deficiências na organização, a qual se melhorou muito.

E de tudo aquilo que ouvi lá, tive o cuidado, e há documentos escritos sobre isso, de alertar o conselho para mais ou menos duas questões que era necessário cumprir e isso em relação à organização e a outros casos, foram cumpridos.

Sobre se foram todas cumpridas, porque o Banco de Portugal, normalmente, dava uma *décalage* para se cumprir num prazo *x*, de três meses, meio ano, um ano, isso dependia das situações concretas.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr.ª Presidente, posso pedir uma precisão?

A Sr.ª Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Sr. Dr. o senhor refere que teve conhecimento do Banco Insular em Fevereiro de 2008.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Exactamente!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — É capaz de explicar em que circunstâncias?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Foi numa reunião em que o Sr. Dr. Vakil deu conhecimento de que tinha estado no Banco de Portugal com o Sr. Vice-Governador e que, nessa reunião, tinha tido conhecimento do Banco Insular e queria saber o que isso era. Ele, o Sr. Dr. Vakil, esteve no Banco de Portugal e, quando veio, no conselho seguinte, deu essa informação e foi quando eu tive conhecimento.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., desculpe, é que estas versões que lhe referi do documento *O Estado da nação*, que o próprio Dr. Abdool Vakil aqui reconheceu ser delas conhecedor, pois, de resto, já transitava de uma outra administração, eram do conhecimento do Dr. Vakil muito antes de Fevereiro de 2008.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Eram do conhecimento de quem?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Do Dr. Vakil.

Portanto, é, talvez, estranho, mas o Dr. Vakil até reconheceu ter partilhado esse conhecimento com pessoas ao nível da administração e até do conselho superior.

E a minha dúvida é só esta: como é que o Dr. Vakil, aqui, reconhece a existência de um documento que, em relação ao Banco Insular, já é muito exaustivo e preciso, desde há muito tempo, e o Sr. Dr. diz que, em Fevereiro, o Dr. Vakil só lhe refere o Banco Insular por ter tido conhecimento dele através do Banco de Portugal?

O Sr. Dr. está a querer dizer à Comissão que o Dr. Vakil só soube do Banco Insular em Fevereiro de 2008, por ter sido alertado pelo Banco de Portugal? É isso que o Sr. Dr. está a querer dizer?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Sr. Deputado, há duas coisas que quero dizer com todo o rigor: em primeiro lugar, o Sr. Dr. Vakil, e também aqui há confusão, não pode ter dito que esteve no conselho superior, porque ele só teve acesso ao conselho superior depois de ser nomeado presidente do Grupo e ele foi nomeado presidente do Grupo no fim de Fevereiro de 2008.

Não posso precisar se foi no dia 8 ou no dia 15 de Fevereiro – e ele teria estado numa quinta ou numa sexta-feira no Banco de Portugal – e, antes de o conselho começar a funcionar, normalmente com a ordem de trabalhos, ele disse: «Estive no Banco de Portugal, estou apreensivo,

porque tive conhecimento disto assim, assim» e eu perguntei: mas o que é isso?

Se me perguntar se havia outros colegas que sabiam, não vou responder, é a eles que o devem perguntar. Eu desconhecia a existência do Banco Insular. Isto, posso garantir-lhe e tenho algumas testemunhas que não vou mencionar mas poderiam dizer isso por outros motivos. Mas, repito, não vou aqui mencionar nomes de ninguém, porque me parece que não tem qualquer interesse para o caso.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Se a Sr.<sup>a</sup> Presidente me permitir, gostava de clarificar mais um aspecto, para sair daqui completamente esclarecido.

Rigorosamente, ao nível da administração, como é que foi tratado esse *dossier* Banco Insular? Quando é que soube mesmo que era, enfim, BPN ou SLN — já agora, pode tentar esclarecer-nos de quem é — e, nomeadamente, qual o *feedback* que ia sendo dado pelo Dr. Vakil ou por quem fosse, porque eu ficaria muito surpreendido se saísse daqui com a ideia de que, afinal, quem informou o BPN da existência do Banco Insular, no universo da SLN, teria sido o Banco de Portugal e não o contrário, o que é uma coisa um pouco estranha, não é verdade, Sr. Dr.?!

Portanto, gostava de perceber, porque já nem quero, sequer, pedir-lhe que me comente o facto de o Banco Insular ser 100% depósitos BPN, tal qual o documento confessa — e de que muita gente aqui já deu o devido testemunho —, e um administrador do BPN vir dizer que, afinal, não ...

Enfim, gostava de perceber as próprias funções da administração. O que é que faz um administrador do BPN? Conversa como? Quer dizer, o

dinheiro sai... Se um administrador do BPN não sabe que o dinheiro do BPN sai, então quem sabe? Era o Sr. Presidente que, enfim, lidava com o sistema? Que ordenava materialmente as transferências de dinheiro?

É que, confesso-lhe, isto, para mim, é muito estranho! É, para mim, muito estranho que, por ser um administrador... Aliás, o facto de ter conhecimento não significa responsabilidade, Sr. Dr.! Mas, para mim, é estranho, desde logo, saber o trajecto do Dr. Vakil, as funções que desempenhou nos conselhos de administração...

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Deputado, isso é bastante mais do que uma precisão.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — É para tentar ter uma resposta, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Como estava a dizer, para mim, é estranho saber o trajecto do Dr. Vakil, as funções que desempenhou nos conselhos de administração, o que os documentos atestam e, depois, ter aqui um administrador a dizer que, afinal, só em Fevereiro, soube o que soube, e o Dr. Vakil, porventura, também, por lhe ter sido transmitido pelo Banco de Portugal!?!...

Sr. Dr., com franqueza, não me convenço. Enfim!...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — O Sr. Deputado está no seu legítimo direito de poder acreditar ou não, mas garanto-lhe, garanto-lhe, que é assim, como o senhor acaba de mencionar, e provo-lhe, se for necessário, não aqui mas em qualquer lado. Portanto, foi assim!

Agora, sei onde os senhores querem chegar, mas o problema que o senhor coloca é que não havia saídas nem entradas no banco... Sabe

porquê? Porque, soube muito mais tarde, eu já não estava ao serviço do BPN, tinha acabado o meu mandato, que a contabilidade desse célebre banco, do Banco Insular, era feita por uma empresa que nada tinha a ver com o banco.

Quando alguém aqui disse que toda a gente sabia, tem é de questionar quem é que fazia a contabilidade desse célebre banco fantoche. Certo?! Perguntem! Tentem informar-se — e os senhores aqui estão à vontade — sobre quem é que fazia essa contabilidade. Não era o banco nem tinha nada a ver com o banco!

Portanto, como eu soube muito mais tarde a contabilidade que não era feita no banco, ou seja, no banco, enquanto estrutura, mas se era feita por algumas pessoas do banco, com outras estruturas, sobre isso não me vou pronunciar... Isto, não sei.

É que os senhores andam à volta disto... Eu sei, porque já ouvi duas ou três vezes esta questão... Não vale a pena, porque, se quiser ir ao cerne da questão, tente saber quem é que fazia a contabilidade desse célebre banco e, depois, há-de tirar várias conclusões. Fico-me por aqui.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Pode ir mais longe.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Não vou, não, porque acho que não devo ir. Não vou mencionar nomes de ninguém, porque assumo a minha responsabilidade em tudo o que fiz até hoje. Não fiz tudo bem, mas em relação a estas coisas estou felicíssimo, estou perfeitamente à vontade.

Agora, o que lamento é que algumas pessoas venham para aqui, digam que toda a gente conhecia, sabendo que não havia acesso,

sabendo, algumas destas pessoas que já cá estiveram, quem eram os patrões, os donos dessa sociedade que fazia a contabilidade e que venham para aqui dizer coisas que... Enfim, fico-me por aqui. Informe-se! E o senhor está bem informado, tem sempre muitas fontes de informação, diga a essas pessoas que lhe passam esses documentos, que lhe digam quem é que fazia a contabilidade, porque, se calhar, alguns deles eram eles próprios. Fico-me por aqui.

*Risos do Deputado do CDS-PP Nuno Teixeira de Melo.*

Está-se a rir. Pois! O senhor, se calhar, também sabe; agora, não tem interesse em dizê-lo.

Sr. Deputado, gostei muito deste bocadinho, faça favor de continuar.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sr. Dr., é que não sou eu que tenho de dizer nada, as pessoas que cá vêm é que têm de dizer.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Sr. Deputado, falta-me responder a mais uma questão, e não quero deixar nada sem resposta, pois ou sei ou não sei.

Em relação ao negócio de Porto Rico, feito até pela SLN, digamos que também não sei nada. Quanto ao problema dos fundos, etc., que o senhor me colocou, eu nada tinha a ver com os fundos.



O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E, o Sr. Dr. acabou por não me responder sobre como é que o conhecimento do Banco Insular lhe é transmitido?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Foi no conselho...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — E depois disso?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Depois disso, o problema foi falado no conselho, eu apercebi-me de que havia outros elementos do conselho que conheciam bem a situação, apercebi-me disso, e depois, foi o Sr. Dr. Vakil, como Presidente, e esse elemento do conselho que ficaram de informar o Banco de Portugal, que o foram informando como, de facto, entenderam, porque, como já disse, percebi, claramente, nessa reunião, que havia alguns elementos do conselho que conheciam bem a situação por dentro, que não era o meu caso, que fiquei com alguma surpresa, mas, enfim, neste mundo tão moderno já não há surpresas...

E, digo-lhe, Sr. Deputado, peça aos seus informadores que lhe digam quem é, porque eles sabem... O que pode é tocar-lhes a eles, o que é uma chatice.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Tocar a quem?

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Aos informadores.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Ah! Vou tentar, então, saber mais qualquer coisa.

A Sr.ª Presidente: — Muito bem!

Como nós não sabemos quem são os informadores do Sr. Deputado Nuno Melo, fica tudo em privado, que não em *private banking*.

Vou, agora, dar a palavra à Sr.ª Deputada Leonor Coutinho, para colocar as suas questões, por cedência do Bloco de Esquerda.

O Sr. Deputado João Semedo fica para o fim, não é verdade?!

O Sr. João Semedo (BE): — Pode ser, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª Presidente: — Muito bem!

Tem, então, a palavra a Sr.ª Deputada Leonor Coutinho.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Sr.ª Presidente, em primeiro lugar, quero cumprimentar o Sr. Dr. António Coelho Marinho e pedir-lhe que precise aqui alguns elementos em relação àquilo que nos disse sobre o seu passado.

Disse que foi gestor público antes de 1994 e gostava de lhe perguntar...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Fui, de 1987 a 1994.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Exactamente! De 1987 a 1994. Quero perguntar-lhe onde e...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Na área da saúde, no Hospital Distrital de Estarreja e de Aveiro.

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Gostaria ainda de lhe perguntar se conheceu o Dr. Oliveira Costa enquanto esteve no Finibanco?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — No Finibanco?

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Sim.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Conheci, sim, mas há uma coisa que é importante: conheci o Sr. Dr. Oliveira Costa...

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — É essa a minha pergunta: onde é que o conheceu e como?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Conheci-o em 1979, quando ele foi Vice-Presidente do BNU, onde eu era quadro. Foi aí que o conheci.

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Portanto, o seu conhecimento do Dr. Oliveira Costa é bastante antigo, muito antes de ter entrado para o BPN.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Sim, conheço-o desde 1979. Em 1979, nas funções que eu desempenhava, tive algumas reuniões com ele.

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — No BNU, depois, no Finibanco, depois...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Exacto.

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Em relação às Contas Investimento, que é um produto de investimento, como referiu, utilizado por vários bancos — aliás, no BPP, infelizmente, agora estamos confrontados com um produto do mesmo tipo —, pergunto-lhe se tinham autorização da CMVM para comercializar esse produto e se o devido prospecto tinha sido aprovado.

Por outro lado, o Sr. Dr. assinalou aqui que não sabia das contas desse produto. Ora, pergunto-lhe se, como director ou administrador comercial — aliás, outra pergunta que queria fazer-lhe é quanto tempo esteve como director ou administrador, ou se foi sempre administrador comercial da zona Norte —, não tinha de fazer uma ficha de produto, ou seja, não teria de saber em que condições o produto se definia, era comercializado, e quais eram os valores correspondentes.

Gostaria também que nos dissesse aqui qual era o valor total das verbas investidas neste tipo de produto quando saiu das suas funções, uma vez que no documento *O Estado da nação*, de que tivemos conhecimento, algumas das imparidades importantes assinaladas se referem ao *stock* de Contas Investimento.

Gostaria também de lhe perguntar quais as suas relações com o mundo do futebol, uma vez que o BPN tinha, a nível de crédito e de vários produtos, muitas relações com esse mundo, e, em particular, se confirma que o BPN pagou, durante vários anos, metade do ordenado do Sr. Scolari.

Sobretudo, gostaria de saber — e esta parte é que nos interessa mais — se teve intervenção na compra pelo BPN de alguns milhões de moedas (40 milhões, penso) comemorativas do Euro 2004, de que 50%,

penso, terá sido para financiar a Federação Portuguesa de Futebol, o que, depois, veio a ser considerado, pelo Dr. Miguel Cadilhe, como um dos activos extravagantes e uma perda do banco.

Já agora, gostaria também de lhe fazer algumas perguntas em relação a créditos feitos a clubes de futebol, que se encontrassem em contencioso ou em litígio, não pagos, como, por exemplo (vou nomear vários clubes e só queria que me dissesse se esses créditos existiam ou não), créditos feitos ao Boavista Futebol Clube, ao Leça Futebol Clube e ao Sport Clube Beira-Mar, para além de créditos feitos a várias empresas, onde, aí, os problemas ainda são maiores.

Portanto, gostaria de lhe perguntar quais os motivos desses investimentos e, portanto, do dinheiro empregue pelo grupo em empresas, nomeadamente: a empresa de cimentos de Aveiro, que era do Sr. António Monteiro, a CNE, que, actualmente, corresponde a uma das maiores imparidades do Grupo no montante de muitos milhões de euros; a empresa Labicer, de Pombal, que, actualmente, também é assinalada como uma empresa que tem muitos milhões considerados incobráveis do Grupo BPN.

Sobre empresas, e relativamente às que vou nomear, gostaria de saber se, no seu conhecimento, elas tinham créditos cujas garantias eram inferiores ao valor do crédito. São elas: a ECOP, que é uma empresa de construção civil; a Casa do Douro; a Gir ou, como também é conhecida, a Grafisseis; a Rodripal; a Sogel; a F3 Auto.

Gostaria de lhe perguntar também sobre a situação em relação aos créditos concedidos, e se eles estão todos em ordem, a alguns accionistas importantes, nomeadamente o Sr. Rui da Fonseca e o Sr. Aprígio Santos.

Gostaria também de saber se conhece a empresa Nexpart e qual era sua a função.

Finalmente, gostaria de lhe perguntar se recebeu, em dinheiro – dos tais dinheiros –, 685 000 euros.

A Sr.ª Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. António Coelho Marinho.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Sr.ª Deputada, vou tentar responder àquilo que sei e, de facto, a muitas das perguntas que me fez, posso responder objectivamente, enquanto que a outras, tendo em conta o sigilo profissional a que estou obrigado, apesar de não estar a trabalhar neste momento e de a Sr.ª Deputada ter mencionado os nomes, terei dificuldades em responder, porque não quero sair daqui e, amanhã, ter um processo por causa disso.

Voltando às Contas Investimento, a tal ficha que o cliente assinava não dizia objectivamente qual era o produto, chamava-se aplicação financeira. Ou seja, numa primeira versão, era Conta Investimento e, depois, chamou-se aplicação financeira.

Portanto, o cliente ao assinar uma ficha, que, enfim, pode configurar... O que assinamos quando fazemos aplicações em fundos, em que as pessoas assinam um papel com muitas cláusulas e tal, como nos seguros, naquele caso, era uma única folha, que tinha frente e verso e que dizia como era. Depois, havia uma carta, em que se dizia mais ou menos isto: de acordo com o combinado, aplicou, nesta data, x, vai ter uma rentabilidade y, e a liquidação será feita no prazo z.

Numa primeira fase, essas contas só se faziam num prazo igual ou superior a seis meses e a aplicação era, no mínimo, de 50 000 contos; mais tarde, houve algumas variações, sendo que o prazo ia de seis meses até três anos.

Portanto, a carta com que o cliente ficava, em que a responsabilidade era do banco, dizia, claramente, que a rentabilidade era  $y$  e que receberia capital e juros nesse prazo fixado (prazo que, em regra, como referi, era sempre superior a seis meses, mas poderia haver alguma excepção), ou seja, que receberia  $x+y$ , que era o capital mais a rentabilidade desse capital.

O produto era a ficha, que, realmente, era sempre explicada ao cliente. Agora, como a Sr.<sup>a</sup> Deputada compreende, hoje há muitos vendedores... Se me perguntar se um gestor bancário, um gestor de contas de clientes, explica sempre tudo bem explicado, não vou dizer nem que sim, nem que não... Mas tenho algumas dúvidas, porque, hoje, toda a banca, sem excepção, dá prémios pela venda de produtos — e esses senhores também tinham prémios. E como dá prémios pela venda desses produtos, muitas vezes, os gestores — e falo com conhecimento de causa, porque eu próprio também tive dinheiro numa conta dessas noutra banco — usam o termo «deu» ou «tem dado». E a Sr.<sup>a</sup> Deputada, que está do outro lado do balcão, porque ouviu o vizinho do lado dizer que o banco tal tem um produto fabuloso, compreende sempre «dá». Esta é um pouco a regra.

Portanto, havia esse documento e a situação era esta.

E os senhores, certamente, já foram abordados neste sentido: o gestor de cliente normalmente diz «tem dado» ou «deu», ou seja, sempre no passado. Mas as pessoas, se um amigo lhes disse: sabe que o banco tal

tem um produto que dá uma boa rentabilidade... Enfim, todos nós andamos ao mesmo. Eu também estava num banco e fui para outro, porque me davam mais...

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Era assim que a D. Branca funcionava!

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Quanto a saber se fui sempre administrador, devo dizer que não. Inicialmente, fui convidado para administrador, mas, depois, tendo em conta, por um lado, que o Grupo era pequenino e que eu teria de vir para Lisboa e, por outro, que eu dava aulas no ensino superior e não queria deixar de dar, disse que não. E de fins de 1997, 1998, até meados ou Setembro (não posso precisar) de 1999, fui director-geral. Mas como director-geral, na área comercial, na prática, embora houvesse um administrador, já era eu que funcionava como tal.

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Portanto, só a partir de 1999...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Sim, julgo que a partir de Setembro de 1999. E a minha área era principalmente de Leiria para cima, até Castelo Branco.

Perguntou-me qual o montante das Contas Investimento. Aqui, não vou ser rigoroso, porque não sei... Posso dizer-lhe que, quando entreguei essa pasta — e foi no fim de 2005 —, julgo que andaria à volta dos 700 ou 800 milhões de euros. E é indiscutível — e houve aqui alguém que já falou nisso e já o li no jornal — que a maioria esmagadora (e não falo em



percentagens, alguém terá falado nelas, mas eu li no jornal), mas não sei se era 80% ou 90%...

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Mas era no Norte!

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Era no Norte — e penso que a pessoa que fez essa afirmação, fê-la com outras intenções, mas... «de intenções está o Inferno cheio!» —, porque no Norte (e o BPN nasceu no Norte na mesma altura que nasceu no Sul) chegou a ter 35 agências e no Sul tinha a sede e uma filial na Amadora. O Norte é que fornecia a matéria-prima para os grandes grupos do Sul.

A Sr.ª Leonor Coutinho (PS): — Desculpe-me interrompê-lo, mas, já agora, sobre essa matéria, gostaria de precisar o seguinte: quem nos falou nisso foi o director da parte sul, que nos disse aqui que fundou 28 agências na zona de Leiria e na zona sul.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Está certo, Sr.ª Deputada, mas isso foi depois.

Quanto ao problema das relações com o futebol, eu, pessoalmente, tinha, já há muitos anos, e tenho, relações com o actual Presidente da Federação Portuguesa de Futebol.

E a afirmação que a Sr.ª Deputada fez não corresponde à realidade objectiva. O banco, no acordo que fez, no protocolo, para vir para cá o Sr. Scolari, ficou com a imagem dele em troca e, mais, quando havia jogos da Selecção, quando havia bilhetes para oferecer a alguns clientes VIP (e isso foi negociado por mim), não só em Portugal como, inclusivamente, no

estrangeiro, que eram fornecidos pela Federação, nós, como contrapartida, pagávamos um terço — não era a totalidade, mas um terço — do vencimento do Sr. Scolari.

Quanto, digamos, aos activos extravagantes, eu não quero dizer coisas feias em relação a ninguém, mas gostava que os Srs. Deputados pudessem pensar um bocadinho... De facto, em relação ao passado, é sempre fácil chegar aqui e dizer mal dos outros. Isto é norma! Ao nível dos governos, ao nível da Presidência da República... Enfim, em todos os lados, é assim! Isto é, digamos, matéria corrente.

Em relação aos activos extravagantes, pergunto: como é que o Sr. Dr. Miguel Cadilhe salvou o problema de liquidez, que já tinha há quinze dias (era o Banco de Portugal que suportava), quando penhorou os quadros na Caixa Geral de Depósitos para ter liquidez? Eram tão extravagantes, mas valiam... Foi assim que ele obteve os 400 milhões de euros para suportar a liquidez. Porque em vez de ir ter com clientes, para lhes mostrar que podiam confiar no Grupo, foi à concorrência. E a Caixa Geral de Depósitos disse: Ok, mas quero segurança. E foram para lá os quadros...! Activos extravagantes, mas penso que valeu a pena, porque foi com isso que ele conseguiu assegurar a liquidez do banco.

Não faço mais comentários, porque tenho consideração pelo Sr. Dr. Miguel Cadilhe, mas acho que foi infeliz essa expressão, não digo da Sr.<sup>a</sup> Deputada mas dele, porque foi ele que a disse.

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Não , eu não lhe falei sobre os quadros, mas, sim, sobre os 40 milhões de euros em moedas comemorativas do Euro 2004.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho — Vamos às moedas. Também estou à vontade em relação às moedas.

Em meados de 2002 (não posso precisar), começou a pôr-se o problema dos *sponsors* para o Euro 2004. Toda a banca foi convidada a concorrer e o BPN também concorreu. Isso foi decidido em conselho e, de facto, foi delegado em mim o acompanhamento e respectiva negociação. Do lado da Federação, havia interesse em pôr no pacote das negociações o problema das moedas. E porquê? Penso que terá sido a primeira vez que, em Portugal, a Federação Portuguesa de Futebol mais o Euro 2004 tinham uma percentagem elevadíssima da cunhagem das moedas. Penso que foi a primeira vez que tal aconteceu em Portugal.

Portanto, a Federação (e muito bem, do meu ponto de vista) achava que no pacote de *sponsors* também devia estar incluída a compra de determinado número de moedas, porque depois ia ter contrapartidas que tinham sido negociadas com o governo.

O banco também concorreu e, na parte final, os únicos dois bancos que ficaram fomos nós, BPN, e o BPI. Houve uma altura em que, inclusivamente, chegou a haver trocas de minutas — tive várias reuniões até com suíços, etc., com alguém a traduzir o inglês, porque percebo inglês, mas falar, não falo. Tenho pena, pois se tivesse 18 anos ia aprender inglês!

Depois, houve uma reviravolta e eu fui chamado ao Euro 2004 e alguém me disse que aquilo já estava negociado (não vou falar em montantes, porque são negócios), e que me disse assim: «Ou os senhores dão mais 7 milhões ou, então, nós entregamos aquilo...». Bom e isto tem outros contornos, que não vou explicar por motivos que compreenderão.

Isto foi-me comunicado por um indivíduo que faria parte do conselho de administração do Euro 2004, e eu disse: desculpem lá, eu sou pequeno e, de facto, posso ser considerado um rapaz, mas já tenho uma idadezita. O que foi combinado não foi isso.

Levei a situação ao conhecimento do Sr. Presidente e, depois, pus o problema no conselho, onde me perguntaram se – porque eu tinha os cálculos feitos –, mesmo com esse montante que o outro banco daria, era um bom negócio. E eu respondi: «vale a pena se soubermos aproveitar o facto de sermos *sponsors* para a área de seguros e para a área financeira, porque vão passar muitos milhões, centenas de milhões de euros». Repito, o saldo médio era de centenas de milhões! Portanto, eu disse: «Vale a pena desde que saibamos, depois, explorar isso, mas, não contem comigo para mais negócios, porque, pela forma como isto foi tratado, desisto».

Ainda houve alguma pressão dentro do conselho para que eu me mantivesse, mas eu disse: «comigo, não!». Então, uma pessoa negocia comigo, é assumido determinado compromisso e, quando sou chamado, pensando que era para ver se as minutas estavam bem para poderem ser assinadas – esse documento seria assinado por mim e pelo Sr. Presidente, Dr. Oliveira Costa –, acontece uma coisa destas... Para mim, acabou!

O problema foi discutido, sabia-se que aquilo valia a pena, mesmo no montante que eles queriam, tendo em conta as contrapartidas – aliás, eu próprio o disse, porque sabia que valia a pena, que era um investimento que daria, perfeitamente, para duplicarmos, desde que houvesse uma organização mínima e, na altura, havia alguma coisa — que eu diria — discutível, que era uma empresa que estava ligada ao Luís Figo, mas a partir daquele dia era problema do conselho, porque eu disse-lhes:

«Os senhores que discutam isso, porque comigo não!» Achei incorrecta a forma como alguém do Euro 2004, a nível da administração... Bom, isto tem outros contornos e, como disse, não vou falar neles.

Então, tendo em conta o interesse da Federação, foi decidido que nós devíamos manter o problema das moedas, que eram, no fundo, contrapartidas do tal pacote, porque ficámos sempre ligados ao Euro 2004 via Federação Portuguesa de Futebol.

Não sei se a Sr.<sup>a</sup> Deputada se recorda que havia o *sponsor* do Euro 2004 e o banco da Federação, que era o BPN. E foi neste contexto que, realmente, o banco ficou com – e a Sr.<sup>a</sup> Deputada falou-me em não sei quantos milhões – cerca de 40 milhões de euros.

Quero dizer-lhe que o negócio das moedas, que tem sido badalado como de algum desinteresse, não é um negócio ruinoso como é dito, porque as moedas têm circulação legal em Portugal. No princípio do ano passado, o conteúdo que as moedas tinham de prata era superior ao valor facial... Era esse o problema e era preciso que o Banco de Portugal ou o Ministério das Finanças autorizasse. Portanto, isto é tudo muito bonito... As pessoas ou não estudam os processos, ou falam do que não sabem!

São duas séries de seis moedas, uma primeira série de três e uma segunda série também de três moedas. A primeira série tinha-se vendido e estava previsto, numa caixinha, que podia ser vendida mais cara se os serviços internos do Grupo, neste caso do banco, as tivessem posto a circular. Houve pressões e cunhas para arranjarmos aquelas moedas — digo isto em relação à primeira série, que saiu cerca de três meses antes de começar o Euro.

Não me pergunte porquê, porque também não ia dizer-lhe, mas, de facto, era preciso meter uma cunha aos serviços internos para arranjar

uma moeda. Há muita gente — e falo por mim, que tenho algumas dezenas de milhares de euros em colecção (algumas estão em saquinhos de plástico ou até embrulhadas em papel higiénico, porque não tenho tempo de as arrumar e para não tocarem umas nas outras) — que tem a maluqueira de fazer colecção de moedas.

Portanto, a primeira série podia-se ter vendido a preços mais altos do que o valor facial, que era 8 €. Já no que respeita à segunda série, já tenho algumas dúvidas que saísse com essa facilidade, porque as moedas foram entregues — não posso precisar — ou um dia ou uma semana depois da final.

Todavia, as moedas têm custo legal, há um despacho do Sr. Ministro das Finanças... Inclusivamente, cerca de um ano depois, elas começaram a circular, só que quando há uma disputa em que se fala de muitos milhões, como sabe, ninguém gosta de perder nem a feijões... E, portanto, os outros bancos não gostaram muito que nós tivéssemos «estragado o negócio» e tenhamos estado até à última... — e não ficámos como *sponsor* da área de seguros e da área financeira do Euro 2004, por outros motivos que já referi — e começaram a fazer pressão para nos devolver as moedas e eu, devo dizer, exigia que fossem recebidas em pagamento ou, então, que escrevessem. Nunca ninguém escreveu.

Inclusivamente, passado um mês ou mês e meio, o Banco de Portugal pôs cá fora uma circular, dizendo que as moedas eram de colecção — mas, segundo o despacho que as criou, têm custo legal — e, portanto, as pessoas recebiam se quisessem. Isto por pressão dos outros bancos.

Na altura, discuti o problema em conselho — está em acta — e disse que havia duas situações: ou o Banco de Portugal revoga a situação, ou

toma conta das moedas. Porquê? Porque se têm custo legal, o Banco de Portugal não podia contrariar um despacho ministerial...

É evidente que, na discussão, as pessoas deram-me razão, mas foi entendido — pelo conselho, do qual eu fazia parte — que, de facto, tendo em conta que se tinha criado uma guerra com o poder (o Banco de Portugal, por um lado, e o Ministério das Finanças, por outro), mais valia mantermos a situação e, depois, ver-se-ia o rumo a dar às moedas.

Sr.<sup>a</sup> Deputada, eu garanto que foi assim, e digo isto na presença de «Miguéis Cadilhes», de «Oliveiras Costas» e de todos os colegas que vieram aqui falar sem saber do que estavam a falar, porque eu sei que, depois de eu ter saído, foram feitos comentários pela equipa de Cadilhe que nada tinham a ver com a realidade... Confusões diabólicas! Não percebi se essas confusões diabólicas, feitas por algumas pessoas internas do Grupo, pretendiam fazer crer que eu, eventualmente, tinha tido algum interesse nessa situação, ou se, realmente, as pessoas diziam isso, porque não conheciam os *dossiers*. Portanto, não faço juízos de valor.

Expliquei isso mesmo ao Dr. Miguel Cadilhe e ao Sr. Meira Fernandes, disse-lhes que as coisas são assim e assim e que tudo isso está nos *dossiers*. As pessoas têm isso nos *dossiers*; se não viram os *dossiers*, vejam os senhores, peçam os *dossiers*. Portanto, não há aqui nada de ilegal nem de incorrecto.

Este problema, como digo, foi no cômputo de continuarmos a ser — nós, o banco da Federação. Nós tínhamos interesses por causa da publicidade e, também, pelo facto de a Federação oferecer-nos bilhetes VIP para fornecermos a clientes VIP ou a outros clientes que o banco entendia fornecer. Isto, para além de termos a contas da Federação Portuguesa de Futebol, que não eram desprezíveis, no banco.

Quanto à relação dos clubes, falou-me aqui em três clubes. É verdade que, de facto, houve créditos (mas isso não teve nada a ver com esta relação) ao Boavista, com garantias reais, e ao Beira Mar, com avales da antiga direcção, que tinha bens para suportar isso.

Já quanto ao Leça, a situação é um bocado confusa. O banco, directamente, nunca beneficiou o Leça. Este problema do Leça teve a ver com a situação que aconteceu de não haver créditos e eles deviam não sei quanto... Depois, temos uma hipoteca de bens do Leça, isto é, conseguimos que o Leça nos desse essa hipoteca pela dívida — é que havia ali uma confusão, direi, no mínimo discutível, com os responsáveis da Crédito e com o Futebol Clube do Leça.

Quanto às empresas, a Cimentos em Aveiro — a Sr.<sup>a</sup> Deputada disse Aveiro, mas é em Aveiro e em Setúbal —, é verdade que tinham crédito e também é verdade que passaram pelas minhas mãos. Mas a Sr.<sup>a</sup> Deputada compreenderá o seguinte: há um patrão. E há um patrão de quem é a empresa, que, por acaso, esse patrão também é meu, meu BPN. Certo?

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — A SLN.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Exactamente!

A empresa não é do Sr. Nogueira. O Sr. Nogueira terá 15% ou 25%, não posso precisar, porque são negócios que não passaram por mim, mas o resto era da SLN.

É evidente que — e a Sr.<sup>a</sup> Deputada compreenderá —, quando estou a analisar um crédito olho para a realidade objectiva a que se destina e também para quem é o dono da empresa. Se nós, que temos essa área — e desafio qualquer administrador, seja ele o maior do mundo



—, fossemos, em Portugal, a dar crédito de acordo com aquilo que vem nos manuais (e eu dei aulas de macroeconomia, dei várias aulas sobre isso e também aprendi) e de acordo com as normas europeias, 80% das empresas não tinham crédito.

Agora, quando aparece uma empresa cujo patrão é o mesmo que está a decidir o crédito, então eu tinha de pôr em causa o dono da empresa... E fico-me por aqui.

A Labicer enfrenta o mesmo fenómeno, estamos perante a mesma situação. Se me diz que, em relação aos créditos que eles lá têm, existem condições, tanto num caso como no outro, de o banco ser ressarcido desse financiamento, eu, pessoalmente, nem digo que sim nem que não.

É evidente que, nesta altura, eu sei, por algumas situações que se têm passado e de algumas delas as pessoas falam... É que, de facto, se eu chegar a um conselho de administração e disser «tudo está mal» e fechar empresas que têm um passivo de 100 milhões ou de cento e tal milhões de euros, empresas essas que são «minhas»... Eu digo assim: não há mais crédito. Ora, as empresas continuam a ter lá os empregados a ganhar o seu, não vendem e eu pergunto: o senhor está-se à espera do quê?

É isso que está a acontecer na Labicer ou que aconteceu no tempo da equipa do Dr. Miguel Cadilhe, situação que se mantém — por acaso, ainda hoje, alguém aqui em Lisboa, sem ser do banco, me falou nisso —, pois esta empresa está parada desde Novembro ou Dezembro, segundo penso. Tem lá não sei quantas pessoas, tem mais 11 empresas penduradas, que também fazem parte da Labicer, e está ali sem dinheiro para comprar matéria-prima, com um passivo à volta de 100 milhões... Estão a ver o que é que esses 100 milhões rendiam por mês em termos de juros.

Quando à ECOP, é uma situação que conheço bem, porque tanto o Nuno Paranhos como o irmão queixaram-se de mim várias vezes, na altura, ao Sr. Presidente Oliveira Costa. Portanto, em relação a ela estou perfeitamente à vontade.

Quando aquilo estoirou, o BPN estava perfeitamente à vontade, porque as garantias reais que tinha chegavam e sobravam para as responsabilidades que nós lá tínhamos. Se me disser assim: «durante bastante tempo o que é que fizestes?» Houve dias em que cheguei a devolver — e, quando digo eu, quero dizer o banco, mas por minhas instruções — 500 000 contos de cheques, portanto estou perfeitamente à vontade.

Sabe que, depois, foi feito um célebre sindicato — e eu aqui não vou entrar em pormenores, como compreenderão —, no qual nunca acreditei e eu percebi, e disse isso em conselho, que o sindicato tinha como objectivo que aquilo não desse o estoiro, que era para... E, depois, no sindicato há aquelas pressões que aparecem da outra banca. Eu estou à vontade, porque também tive pressões sobre mim, pelo menos, de dois bancos, através de pessoas das minhas relações, a nível de presidentes, e, apesar disso, disse sempre que não. Aliás, houve um senhor, por quem tinha e tenho grande consideração, somos amigos, que, na altura, até ficou um bocado aborrecido comigo por eu não acreditar, mas eu não acreditava, e bem.

Claro que, na parte final, foi considerado que, estando nós bem, amanhã podia ser o inverso e que os outros bancos batiam com a porta. Eu, na altura, tive este desabafo que tenho hoje: nós éramos tão pequeninos que, se fosse o inverso, os outros bancos concorrentes

mandavam-nos «dar uma volta ao bilhar grande»... E não estava muito enganado. Ainda hoje, mantenho essa afirmação.

E, então, aí entramos, de facto, nesse célebre sindicato... Inclusivamente, tinha havido garantias de alguém, não interessa de quem, de que aquilo não entrava para efeito de provisões, não sei que mais, não sei que mais... E, passou-se o fim do ano, estavam bancos com vinte e tal milhões de contos e quiseram... Mas criar uma provisão, no fim do ano, de 20 milhões de contos é muito complicado para qualquer balanço, mesmo nos chamados bancos grandes. E, portanto, aquilo chegou a Março e estoirou. Nós ficámos ali pendurados — e a outra banca ficou mais — através desse sindicato bancário, em que entrámos com um montante superior ao que lá tínhamos, que deu para pagar os vencimentos mais dois meses ou três.

Devo dizer que uma vez, num jogo da selecção no Porto, o director da ECOP tentou juntar os trabalhadores, porque eu disse que não levava nem mais um tostão, para, digamos, me «ensanduicharem» no Estádio das Antas, ou melhor, acho que, na altura, ainda era do Dragão.

Claro que, depois, tiveram o bom senso, porque eu dizia-lhes coisas, a esse director e não só, que eles, se calhar, não gostariam de ouvir, como aquando daquele recado, em que me avisaram «Se calhar, é melhor sair por aqui, temos aí um carro e tal...» e ao que respondi «Não, não! Saio por onde entrei! Não tenho problema nenhum». «Ah!...», exclamaram. E eu disse-lhes: «Então, eles que venham falar comigo, porque, depois, os trabalhadores, se calhar, vão a casa deles...»

Em relação à Casa do Douro, quero dizer-lhe, Sr.<sup>a</sup> Deputada, que também é um *dossier* que conheço muito bem. Tomara o banco ter todos os créditos seguros como tem na Casa do Douro, uma vez que tem o

penhor do vinho a preço de produção, todo o que financiou, e tem hipotecas que devem andar, neste momento, não posso precisar, porque sei que já foram vendidos alguns armazéns, mas tem a própria sede, que está hipotecada ao banco, o que andarà à volta de, neste momento, 500 milhões de euros avaliados, entre os quais está, como já disse, a sede da Casa do Douro.

A empresa Gir, sinceramente, neste momento, a mim não me diz nada, portanto não lhe posso responder.

Em relação à Rodripal posso responder-lhe. É meu convencimento, já há muito tempo, que o Grupo não irá ser ressarcido completamente. Mas a Rodripal é um outro processo que veio para o banco tendo em conta o que aconteceu na BPN Créditos. Foi um financiamento que nós tivemos de fazer para conseguir algumas garantias reais, para perdermos menos. Não digo que era para ganharmos; era para perdermos menos.

É minha convicção que este é um processo complexo e admito perfeitamente que esta ou outra equipa tenha muitas dificuldades em que o Grupo seja ressarcido. Agora, põe-se aqui um problema: em relação ao passado, se não tivesse feito isso, o Grupo teria perdido mais ou menos? Eu, agora, não sei. Desde Junho que não sei, nem tenho de saber. É uma resposta que só quem está agora com o *dossier* é que poderá dar.

Esta Sogel também é uma empresa que era do Grupo, se é aquela que eu penso. Aqui põe-se a mesma situação que falei em relação às outras. Quer dizer: se o patrão é o mesmo, ou ponho em causa o patrão, o meu patrão e o dessa empresa, ou, então, confio. Se me pergunta assim: mas, numa análise objectiva, do ponto de vista técnico, o crédito que lá foi metido devia ter sido lá metido? Eu digo-lhe que, se calhar, não. Agora, vamos ver: o patrão era o mesmo!

A F3 Auto é uma situação completamente diferente. Penso que ali houve situações... Estou à vontade, porque conheço, mas não tenho responsabilidades nesta operação. Portanto, estou perfeitamente à vontade aqui, como estou nas outras, onde tenho alguma responsabilidade. Penso que ali houve alguns descuidos em termos dos serviços internos, porque é minha convicção que, se os serviços internos tivessem funcionado bem, aqui se teria perdido dinheiro. É a minha convicção, mas não digo mais, porque o resto é um problema de sigilo bancário.

Em relação ao Sr. Rui Fonseca, que era conselheiro, com certeza que se o Banco de Portugal ou o Banco Português de Negócios lhe fornecer os elementos, a Sr.<sup>a</sup> Deputada, vai ver, de facto, a responsabilidade que ele tem, incluindo no Banco Insular. Mas não vou falar sobre isso, porque, no fundo, estou sujeito a sigilo bancário.

O Sr. Aprígio Santos está na mesma situação, mas como essa situação estava no sul, passou para o norte... Bom, quando entreguei este *dossier*, no dia 31 de Dezembro de 2005, eu posso dizer que, para além de ser um cliente altamente rentável, quero dizer-lhe, com toda a sinceridade, que se o banco tivesse todo o crédito seguro como tinha o crédito deste senhor, então não tinha problemas. Sabe porquê? Porque do montante, que é um montante elevado...

É que, como já aqui ouvi falar, as pessoas confundem; é que o nosso sistema informático tem uma situação que pode duplicar, digamos, o montante. Porque o nosso sistema bancário — e refiro-me ao sistema bancário nacional, que era aquele a que eu tinha acesso — é assim em relação à responsabilidade: vou buscar as responsabilidades e aparece-me a responsabilidade da empresa e a responsabilidade dos avalistas da

empresa. Agora, imagine: a empresa tem 100 milhões de crédito e a Sr.<sup>a</sup> Deputada dá o aval. E estou a falar de 100 milhões, mas, depois, no sistema informático aparecem 200 milhões de responsabilidades. E já ouvi aqui alguém — e lamento, porque tinha responsabilidades —, a falar em montantes elevadíssimos, porque se esqueceu de expurgar que muitos deles eram em duplicado.

Na altura, havia, em termos daquilo que, vulgarmente, se ouve aí na praça, estas operações descompensadas ou que estavam a caucionar crédito e havia garantias reais que permitiam perfeitamente ao banco ser ressarcido completamente, e eu direi em qualquer momento que quisesse estostrar o Grupo, sem perder um tostão — isto reportado a 31 de Dezembro de 2005.

Dir-me-á: «Mas a partir daí tiveste o crédito». É evidente que tive o crédito, e não foi só, porque tive outros pelouros de que não falei, porque também não me foi perguntado. Saí da área comercial pura e fiquei no crédito a nível de todo o País, incluindo as ilhas.

Mas uma coisa é eu acompanhar um *dossier* diariamente e outra é, quando me chega um *dossier* para ver a opção de crédito, ver aquilo em termos de números. É a tal coisa: o conhecimento pessoal que tenho da Sr.<sup>a</sup> Deputada pode permitir-me que eu decida um crédito tendo em conta os números que me apresenta mais aquilo que eu acredito que a Sr.<sup>a</sup> Deputada é capaz de gerir.

Em relação à Nexpart também lhe posso falar rapidamente.

Até ao dia 20 de Maio — e eu agora só não lhe posso dizer desde quando — eu era administrador não executivo, porque, um dia, o Sr. Presidente disse-me: «António Marinho, não se importa de ficar na Nexpart como não executivo?» e eu disse que não e, normalmente, só

tínhamos uma reunião aquando da assembleia-geral, portanto não lhe posso adiantar nada, mas a partir do dia 20 de Maio de 2008, fui, por unanimidade, eleito — havia duas listas — para presidente do conselho de administração. Aliás, depois, eu entendi que não fazia sentido, estávamos entre colegas, que o grupo que apoiava a outra lista não ficasse e combinou passar-se de três para cinco administradores e fizemos a junção das listas.

Portanto, a partir dessa data, 20 de Maio, eu conheço a situação. É evidente que, até àquela data, a Nexpart era muito importante, porque tinha 1,8 do Grupo... Bom, depois de ter sido eleito, tive que ler o *dossier*, porque era o presidente, graças a Deus ainda sei ler, e encontrei algumas coisas que, do meu ponto de vista, não me agradaram, todavia aguentei a situação, o problema foi colocado a quem de direito...

Chegada a equipa do Dr. Miguel Cadilhe apercebi-me que não mostrava muito interesse... Digamos que era aquele género: é amanhã, fica para amanhã... Bom, mas esta empresa só tinha interesse numa óptica de Grupo; não tinha mais interesse nenhum! O negócio que ela fazia era compra e venda de empresas da SLN. Se os donos da SLN não têm interesse nisso ou a empresa começava a trabalhar noutras áreas, e isso tinha custos acrescidos, ou, caso contrário, não valia a pena.

Eu tinha reuniões todos os 15 dias, comecei a acompanhar aquilo de perto, vinha do Porto a Lisboa a essas reuniões, sempre à minha custa, nunca meti uma conta à empresa, nem viagens, nem despesa de alimentação e aguentei-me até à célebre reunião de 20 de Dezembro, que foi quando o presidente de então apresentou, numa assembleia, a estratégia para o Grupo.

Nesse documento, que foi projectado — não foi distribuído —, fiquei com a ideia de que, para a administração de então, a Nexpart o interesse era nenhum e eu, a seguir, numa assembleia, salvo erro em Janeiro de 2009 (não posso precisar a data), propus que se extinguisse a sociedade.

Portanto, nessa assembleia foi decidido extinguir a sociedade, foi nomeada uma comissão de liquidez, uma comissão liquidatária, queriam que eu ficasse, mas eu disse que não ficava, por motivos, vários, e um deles é que estava no Porto e não tinha tempo nem saúde para vir a Lisboa. Além disso tudo, mesmo que eu tivesse condições para o fazer, a partir daquele momento... É que tenho mulher, filhos, e já tenho netos, porque já fiz 20 anos há muitos anos...

Portanto, por muita consideração que me merecessem todos os trabalhadores, eu não estava para vir a Lisboa de 15 em 15 dias, mantendo uma situação que não tinha grande saída. E, então, foi eleita uma comissão liquidatária dentro do próprio conselho, do qual deixei de fazer parte, para liquidação da empresa.

Se me perguntarem, neste momento, como é que as coisas estão, dir-lhe-ei que não sei.

Quanto à razão de esta empresa ter aparecido, segundo me foi dito, porque não assisti, foi ideia de alguém do conselho superior que tinha ligações ao El Corte Inglés, onde tinham também uma sociedade... Não digo que fosse idêntica, porque, depois, facultaram-me os estatutos, mas enfim... E qual era a intenção? Primeiro, criar-se dentro do grupo um grupo duro e que, ao mesmo tempo, os trabalhadores estivessem nele. E cada trabalhador, por si, ter 30, 40, 100 ou 200 acções da SLN não adiantava nada e, assim, ficavam congregados na Nexpart.



Quando os trabalhadores fossem reformados haveria, como faz o El Corte Inglés, uma espécie de prémio, em que a empresa, se eles quisessem sair, compraria as acções a um preço tendo em conta não o preço intrínseco dessa acção mas o valor acrescentado que esse empregado tinha tido ao longo do seu percurso de bancário dentro do grupo e haveria ali em prémio.

Portanto, a empresa foi criada para os trabalhadores fazerem parte do chamado núcleo duro do grupo e, ao mesmo tempo, numa altura em que fossem para a reforma, para terem ali direito a um prémio, que seria dado sempre, segundo o que está previsto, de acordo com aquilo que teriam contribuído para o Grupo. É evidente que pode pensar-se sempre que isso pode ser um pouco subjectivo, mas esta foi a filosofia que esteve subjacente.

Falta só responder a uma coisa quanto ao problema de receber dinheiro. A Sr.<sup>a</sup> Deputada falou num número... Não sei. O meu contrato com o Grupo Banco Português de Negócios, que está em poder dos serviços há já muito tempo, foi feito em termos líquidos. Isto é, estava previsto que eu tinha direito a um determinado vencimento e a umas determinadas regalias, assim como a um complemento de reforma, e isto foi tudo negociado em termos líquidos. Não vou fornecer o contrato, porque acho que o não devo fazer, mas autorizo que os serviços o forneçam.

Estes montantes que referiu aqui não têm nada a ver com esta realidade, e vou dizer-lhe porquê. Até 2000 recebi alguma coisa em dinheiro — não quero que depois haja dúvidas — e estava credor do banco (repito, credor do banco) desde 2000. Foram-me acertadas as contas em 30 de Abril do ano passado, mas não foi com o crédito na

conta. Recebi, em termos líquidos, em números redondos, pois não posso precisar, à volta de 400 000 euros, correspondente a crédito do meu vencimento — repito, do meu vencimento — que vinha desde 2000, pois eu era credor do banco desde 2000.

Não nego que, em 2000, recebi duas importâncias, que não têm nada a ver com os valores que referiu, antes tivessem!... E há uma situação, e não vou entrar em pormenores, que é a seguinte: é que, agora, as pessoas tentam chutar para todos os lados, para a esquerda e para direita. E eu gostava que um dia se soubesse a verdade! Se calhar, ia haver muitas surpresas!

Sr.<sup>a</sup> Deputada, penso que respondi ao que sabia.

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Sr. Dr. António Marinho, gostaria que certificasse aqui uma coisa que disse: que o valor em prata das moedas é superior ao seu valor facial. Ouvi bem?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, no fim do ano de 2007, o valor em prata era superior ao valor facial. Porquê? Porque as moedas têm um valor em prata e esta, nestes anos, mais do que triplicou o seu valor.

O problema que se pôs, e que, aliás, eu disse no conselho, foi este: façam uma proposta ao Ministério das Finanças ou falem com o Banco de Portugal e ou este recebe as moedas ou, então, que nos dê autorização para derretermos as moedas.

Perguntar-me-á: como é que sabe? Tenho dessas moedas, paguei-as, tenho mais de 30 colecções, para os meus filhos e, depois, para os meus netos...

Bom, então, como este problema, de vez em quando, vinha a lume, fui ter com um ourives para derreter as moedas. Mandei derreter três moedas e deram-me quase 30 € pela prata. Sei que isto é ilegal, mas quis fazer o teste. Porquê? Não porque houvesse baixa incorporação de prata dentro da moeda; foi porque o preço da prata triplicou. O preço da prata, entre a altura em que foi incorporada nas moedas e o seu preço no final de 2007, tinha triplicado.

Mas punha-se aqui um problema legal. Tenho a impressão que o Banco de Portugal acabou por ficar com as moedas. E não perde nada, até ganha!

E quando se diz que aquilo tinha uns custos e assim, também não é verdade. As pessoas, ou não sabem... E tenho algumas dúvidas... Respeito muito o coeficiente de inteligência das pessoas. As pessoas sabem perfeitamente que o custo que dizem não é verdade. O banco tem de ter rácios de solvabilidade, tem de ter reserva de caixa e eles entraram por isso tudo...

Não sei se a Sr.ª Deputada está a ver... É fácil dizer: perderam-se não sei quantos milhões!... Bom, admito que isso seja dito a não bancários ou a pessoas que desconhecem a banca. Eu, felizmente, conheço alguma coisa — para além de ser bancário dei muitas aulas no Instituto de Formação Bancária sobre controlo bancário.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Macedo.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sr.ª Presidente, Sr. Dr. António Coelho Marinho, os meus cumprimentos.

Sr. Dr., eu estava aqui a tentar ressintonizar-me em função do depoimento que acabou de fazer, porque, com toda a franqueza do mundo, quem aqui chegasse e não tivesse estado nas outras reuniões desta Comissão de Inquérito ficaria com a ideia de que os males do BPN surgiram com a entrada da administração do Dr. Miguel Cadilhe.

É que, ouvindo o Sr. Dr. falar sobre estas matérias todas, parece que estava praticamente tudo bem, salvo alguns créditos concedidos pelo BPN em desrespeito das regras normais para o comum das empresas, mas esse desrespeito era justificado pelo facto de serem empresas do mesmo grupo e de, portanto, haver uma especial consideração para com o patrão, que era comum, mesmo tendo em conta que, em algumas dessas situações, sabemos aqui, estão em causa milhões e milhões de euros e que as garantias prestadas, quando prestadas, são manifestamente insuficientes para cobrir os créditos concedidos.

Depois, deixe-me dizer-lhe que achei extraordinário que o Sr. Dr. viesse aqui dizer que recebia uma parte do seu vencimento em dinheiro, e quero registar isso. Disse-o com um grande à-vontade e como se fosse uma coisa absolutamente normal numa entidade que, como aqui já se disse muitas vezes, depende da confiança, sendo que a confiança, numa actividade como esta, depende de regras e do seu cumprimento.

E o Sr. Dr., que era administrador do BPN, vem aqui dizer, com toda a normalidade do mundo: eu recebia em dinheiro! e até desafiou outros a dizer a verdade – aliás, nós estamos aqui para isso.

Quero fazer-lhe duas ou três perguntas, já agora tentando abusar da sinceridade que está a ter nesta Comissão, e cumprimento-o por isso.

O Sr. Dr. disse que em meados ou fins de Fevereiro de 2008, como membro do conselho de administração do BPN, foi informado — portanto,

já estávamos na vigência da presidência do Dr. Abdool Vakil — da existência do Banco Insular.

A pergunta que quero fazer-lhe é se o Sr. Dr. pode dar-nos alguma explicação para a circunstância de as informações sobre o Banco Insular dadas ao Banco de Portugal terem sido remetidas só em Maio de 2008, portanto, três meses depois do conhecimento e, julgo, da comunicação oral feita ao Banco de Portugal. Por que é que formalmente só foi em Maio de 2008?

A segunda pergunta que quero fazer-lhe tem a ver com umas afirmações que o Sr. Dr. fez sobre a concessão de crédito para as empresas do grupo SLN. Como responsável por essa área na administração do BPN, quero perguntar-lhe se tinha consciência, no momento em que atribuía esses créditos, que estavam também a ser violadas as regras que determinam o limite máximo de concessão de crédito para empresas do mesmo grupo que detinha o BPN.

A terceira pergunta que quero fazer é no sentido de saber se o Sr. Dr. conhecia a existência do Excellence Assets Fund, se pode dizer-nos para que é que esse fundo servia e se o conselho de administração a que o Sr. Dr. pertencia estava informado das actividades, dos negócios principais — e não estou a falar daqueles menos relevantes mas, sim, dos principais — que este fundo estava a desenvolver, designadamente aqueles que tinham sido desenvolvidos em 2001 (julgo que, à data, o Sr. Dr. já pertencia à administração do BPN) e que aqui tratamos como os negócios de Porto Rico.

Sr.<sup>a</sup> Presidente, Sr. Dr., são estas as questões.

A Sr.ª Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. António Coelho Marinho.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Sr.ª Presidente, Sr. Deputado, agradeço-lhe a forma como está a colocar-me as questões.

Eu não disse nada de mal, não critiquei (são coisas diferentes, se me permite) a equipa do Dr. Miguel Cadilhe, eu disse que foi infeliz...

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Eu não sou advogado do Dr. Cadilhe!

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Claro! É evidente!

Mas eu não critiquei! O que disse, e é verdade, porque tenho grande estima e consideração pelo Dr. Miguel Cadilhe, é que foi uma frase infeliz. No contexto da questão que me foi colocada, sobre se aquilo eram coisas extravagantes...

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Mas não era sobre isso!

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Mas foi isso que eu disse ou seja se eram extravagantes, mas serviram para ir buscar 400 milhões de euros à Caixa Geral de Depósitos numa altura em que não havia liquidez. Foi isso que eu disse, Sr. Deputado. Se, de facto, percebeu outra coisa, peço desculpa.

Não critiquei, só disse, que foi uma frase infeliz do Dr. Cadilhe, mas serviram, numa altura em que o banco não tinha liquidez... E sei, de fonte fidedigna — não me pergunte porquê —, que durante 15 dias ou três

semanas o Banco de Portugal cobriu o problema de liquidez. Mas chegou uma altura e disse: «meus senhores, tenham paciência! Vão ao mercado».

E, na altura, perante todas as notícias que vinham a público, o Sr. Dr. Miguel Cadilhe, e muito bem, tentou ter liquidez. Porque isso seria uma bomba! Se um cliente chegasse a um balcão e não pudesse levantar o dinheiro, está a ver o que seria, Sr. Deputado!.. O banco fechava no dia seguinte! Portanto, é louvável o que ele fez, não estou a pôr em causa.

O que eu disse foi que essa terá sido uma frase infeliz, e repito – se, isto ficar em acta –, uma frase infeliz, porque era extravagante, mas permitiu, de facto, ir buscar 400 milhões (e não foi só isso, foram outras coisas também) à Caixa Geral de Depósitos, o que é do conhecimento público.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Permita-me que o interrompa, Sr. Doutor?

É que a consideração que fiz não tinha a ver com essa explicação que dei e que considerarei como boa.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Então, ...

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Tinha a ver com um conjunto de considerações que o Sr. Dr. foi fazendo ao longo do seu depoimento sobre essa e outras situações relativas ao comportamento da administração do Dr. Miguel Cadilhe, mas não estou aqui para defender a Administração do Dr. Miguel Cadilhe...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Sr. Deputado, vai-me desculpar. Se, de facto, percebeu isso, nunca foi minha intenção naquilo que fiz, porque, inclusivamente, não conhecia literalmente nada. Isto é, as pessoas falavam comigo, por exemplo o Sr. Dr. Meira Fernandes simpaticamente falou comigo, ... Aliás, as pessoas falaram comigo mais do que uma vez, mas, quando foi do relatório que lhe mandaram fazer, as pessoas falaram comigo e mostraram-me o relatório, que eram três *dossiers*, e que tinha uma síntese a dizer: «Dr. Marinho, damos-lhe os parabéns, porque o seu nome não consta aqui em lado nenhum». E eu disse ao Dr. Miguel Cadilhe e ao Sr. Dr. Meira Fernandes: «O senhor está à vontade, o senhor tem o meu telemóvel, 24 horas sobre 24 horas, liga-me, porque durante esses anos em que estive no grupo, não tenho dúvidas nenhuma, cometi algumas asneiras, mas, se as cometi, discuto-as no contexto em que as fiz.

O que eu disse há bocado ao Sr. Deputado do CDS-PP foi que se, de facto, eu acertasse em tudo, eu não trabalhava por conta de outrem, trabalhava por minha conta.

Quanto ao problema do dinheiro, o Sr. Deputado diz que ficou muito admirado... Nunca fiz juízos de valor, mas quero dizer que 90% das grandes empresas deste país fazem-no e o meu contrato está claro (disse à Sr.<sup>a</sup> Deputada para o pedir).

Não recebi mais do que isso: o meu vencimento era líquido. Os impostos corriam por conta do banco. E eu disse, e mantenho (porque há documentação sobre isso), que eu era credor do banco desde 2000. Recebi no dia 31 de Maio e sabe por que é que recebi? Porque depois passou a haver muitas confusões e — digo isto sem problema nenhum —



quando o Sr. Dr. Vakil foi convidado e assumiu veio pedir-me para continuar, porque eu tinha pedido a demissão já em 1997...

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Gostaria de fazer uma precisão sobre esta matéria.

Como o Sr. Dr. esteve nas duas administrações – e já aqui fizemos essa pergunta –, gostaria que confirmasse que houve um aumento formal de vencimentos da administração do BPN quando o Dr. Vakil assumiu a presidência, aumento essa que tinha justamente a ver com situações como essa. Esta situação é verdade ou não?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Exactamente.

Quando li nos jornais que o Dr. Vakil, apesar das dificuldades, aumentou os vencimentos, eu disse: isso é mentira! Os senhores estão a ver, têm aqui a realidade. Ele não tinha condições de suprir essas situações, ele não aumentou nada... Todos ficaram a ganhar o mesmo — eu falo por mim, a mim não me deram aumento. Mas isso foi discutido em conselho. Disse ele: «há esta situação e eu tenho de...».

Mas devo dizer uma coisa importante: já a partir de meados de 2007, o Sr. Presidente de então, Oliveira e Costa, tinha dito que tinha de se seguir por aí e, inclusivamente, ele tinha assumido que desde 2000 que o conselho de administração do BPN não tinha aumentos. Desde 2000! Então, ele achava que ia haver, tendo em conta os contratos que tinham, um aumento global e, simultaneamente, introduzir a declaração que o Dr. Vakil fez, porque ele não tinha capacidade ou autorização para fazer aumento, nem se justificava, uma vez que ele não sabia se iria ou não ficar

por um período transitório – aliás, já li nos jornais algumas críticas ao Sr. Dr. Vakil, mas penso serem injustas.

Quando o Dr. Vakil assumiu, eu tinha pedido demissão e disse: «Ainda bem!». Não saí na altura, mas pedi demissão muito antes – também há documentos –, porque o Sr. Presidente de então falou comigo e disse-me: «António Marinho, tenha paciência, mas tem de estar até ao fim do mandato». Eu disse: «Sr. Presidente, tenho muita pena. Aquela consideração que eu pensava que tinha por mim, não tem». Já havia alguns zunzuns... As relações estavam um bocado quentes entre o Sr. Presidente do Grupo e os Srs. Accionistas do Conselho Superior da SLN, que eram cerca de 400, mas havia 10 ou 12 que mandavam no Grupo. É o problema das democracias... Tinham 50 mais um e eles é que decidiam!

Foi nessa altura que eu soube, numa conversa informal, mais ou menos o que se passava, e disse ao Sr. Presidente: «Por motivos que alego na carta...», porque eu pus o meu lugar à disposição várias vezes e, portanto, estou à vontade. Ele ainda está vivo e não só parece que está doente, e pode garantir o que eu estou a dizer; só que como não resultava eu pu-lo por escrito. E quando o Sr. Dr. Oliveira e Costa pôs o lugar à disposição para ir embora, eu disse: «Vou agora!...».

O Dr. Vakil era uma pessoa que fez parte pelos menos dos últimos dois conselhos, mas, como era uma pessoa que estava muito ligada à parte internacional do ponto de vista do Efisa, e também de outros, nem sempre ia ao conselho.

As minhas relações com o Dr. Vakil, do ponto de vista pessoal, foram sempre muito boas, devo dizer que é uma pessoa com quem se pode trabalhar, gostei de trabalhar com ele, e eu disse-lhe: Sr. Dr. Vakil, esta situação não tem nada de pessoal. Como sabe, pelo Dr. Oliveira e

Costa, eu estou demissionário já há muito tempo, a carta não diz tudo, mas diz o suficiente, porque eu tive várias conversas com o Sr. Dr. Oliveira e Costa e ele sabe que eu quero sair. Numa primeira fase queria sair, porque ia ganhar o dobro como administrador de um outro banco. O dobro! Mas fiquei, porque tinha consideração pelo Oliveira e Costa.

E ele respondeu: «Eu sei, porque o Dr. Oliveira e Costa já falou comigo, mas tem de ficar, a área do crédito tem de ficar consigo, tem de manter-se consigo.» Bom, eu não tinha só a área do crédito; tinha a da qualidade, a área de empresas de investimento, a área de *marketing*, e tinha outras áreas, mas a do crédito era a mais importante.

Depois ele foi falar com o Oliveira e Costa, que ainda lá estava, que me chamou e disse: não faça uma coisa dessas, ao que eu disse: «Não faço?. Desculpe, mas é a hora exacta. Já devia ter saído quase há um ano; agora ninguém leva a mal». Eu disse ainda: «Sabe que estou credor do Grupo e há condições, e falei consigo quando o senhor me pediu para estar até ao fim do mandato, que têm de se manter. E não quero criar aqui nenhum problema. Quando dizem que faço parte da solução, eu digo que faço parte do problema. Aliás, está aí o Dr. Vakil e está também o Dr. Oliveira e Costa que podem garantir isto.

Depois, ele voltou a falar comigo e eu disse ao Dr. Vakil que aceitava dentro destas condições: há uma coisa importante, sou o credor do banco e tenho de ser ressarcido deste dinheiro. Já estou cheio!... Todos os meus colegas receberam — não me pergunte porquê, porque esse é um problema deles — e eu, por consideração que tinha pelo Dr. Oliveira e Costa, chateava-me lá ir dizer: «Falta-me receber x».

Portanto, eu disse ao Dr. Vakil: ou o Dr. Vakil me garante, primeiro as condições que eu tinha pedido ao Dr. Oliveira e Costa para estar até ao

fim do mandato, que são intocáveis, e segundo que me paga até ao fim de Março, ou...

Percebo que o Dr. Vakil, coitado, tenha feito o que pôde, mas o grande problema do Dr. Vakil foi que chegou a uma altura em que cada Sr. Conselheiro queria dar ordens no banco... Sem ofensa para ninguém, todos nós sonhamos ser banqueiros... É legítimo. E o Dr. Vakil começou a andar, coitado, um bocado perdido. Digo isto porque ele falou algumas vezes comigo.

Chegámos ao fim de Março e o dinheiro não veio — veja bem — em fins de Março. E eu, em fins de Abril, disse: «Dr. Vakil, este é o último conselho a que venho e vou pôr uma acção contra o banco. Não faz sentido que um administrador, que está aqui desde a primeira hora, ponha uma acção contra o banco e venha aos conselhos».

E o Dr. Vakil mandou pagar, já em Maio, mas com a data de 30 de Abril, porque eu disse que se o dinheiro não entrasse na conta até 30 de Abril, no dia 2 de Maio, eu punha acção...

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Se isso não é chantagem...!

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Isto não foi chantagem. Eu era o único que não tinha contas certas... Como digo, tenho mulher e filhos, tenho netos e aquilo fazia parte do meu vencimento.

Todavia, não percebi o número referido pela Sr.<sup>a</sup> Deputada.

Repare, eu até podia ter negado que, até 2000, tinha recebido simbolicamente... Esse número que a Sr.<sup>a</sup> Deputada diz, julgo, sem rigor, que foi o que me foi creditado no dia 30 de Abril de 2008, que era um acerto de contas que vinha de 2000.

*Aparte inaudível.*

Esse está e o outro também, porque se eu recebia líquido, o problema dos impostos era um problema com o Grupo.

Agora, Sr. Deputado, não vamos ser ingénuos, estamos aqui todos à vontade e o senhor sabe que 90% das empresas que têm algum sucesso neste país fazem isso.

O problema do Banco de Portugal foi falado e, como tive oportunidade de falar na altura a um Sr. Deputado, foram designadas duas pessoas com a responsabilidade de dar essa informação.

Não quero aqui condenar ninguém... Admito que perante uma situação destas o Sr. Dr. Vakil, que também na altura já tinha acesso ao conselho superior, tivesse falado aos senhores conselheiros. Admito. Penso que o terá feito, mas não pergunte, porque eu não tinha assento ao Conselho Superior. Nem eu nem ninguém; o único que tinha acesso, de acordo com os Estatutos, era o presidente do Grupo, sem direito a voto.

Entretanto, houve várias reuniões, segundo deviam saber, entre o Sr. Vakil e o Banco de Portugal.

Quando o Sr. Deputado diz que a comunicação oficial terá sido em Maio, penso que sim, mas creio que o Banco de Portugal, a partir de fins de Fevereiro, terá pedido determinadas informações que Sr. Dr. Vakil mas não era muito fácil e portanto alguém do conselho, que conhecia a situação, que não era o meu caso, ficou responsável por prestar a informação ao Banco de Portugal.

Pergunta-me: de Fevereiro até Maio não foi muito tempo? Não sei o trabalho que daria apanhar a informação toda.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Peço desculpa, não disse que foi muito tempo. Perguntei se tinha alguma explicação para ter decorrido este tempo?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Sr. Deputado, vai-me desculpar a minha franqueza, mas o crédito à empresas do grupo serem ilegais: mas ilegais, porquê?

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Não estou a dizer que são ilegais. O Sr. Dr. é que disse que, em relação às empresas do Grupo, não se verificam os mesmo requisitos que eram aplicados às outras empresas.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Não, o que eu disse foi que, em termos de análise técnica...

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Claro, é disso que estamos a falar. Os critérios que eram aplicados na avaliação da concessão ou não de empréstimos a empresas do Grupo eram, de alguma forma,...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Quando estou numa situação destas (e a Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> sabe que quando estamos em reuniões eu gasto muito papel, tomo nota de tudo), não chega pegar só numa parte da situação. Eu disse, e repito, que se neste país fossem cumpridos os requisitos de Bruxelas e também os manuais portugueses, 80% das empresas não tinham crédito. Digo isto e discuto com o maior *crack* em economia e que

perceba alguma de banca. E disse mais: como é que têm crédito? Olha-se para a parte técnica e olha-se para o «patrão».

Como é que eu que, a partir de 2006, tinha a análise técnica, podia pôr em causa o meu patrão!?!... Diria: «Desculpem lá, mas vocês não têm condições para...»?

Repare, Sr. Deputado, estamos aqui numa onda um pouco diferente. Este é um problema técnico e eu não abduco, porque sei alguma coisa de análise técnica, não só na vida prática, mas também porque dei muitas aulas e não quero que os meus alunos possam estar a ouvir e dizerem-se assim: «Aquele indivíduo andou tantos anos aqui a ensinar-nos e não percebe nada daquilo».

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sr. Dr. mas não tenho a pretensão de lhe ensinar nada nessa matéria, porque não sei nada disso.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Ainda falta responder a mais uma questão, que é a dos fundos.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — É que queria um bocadinho mais dessa pergunta.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Não, desculpe, já lhe disse. Esse problema é assim: tecnicamente já percebeu e, depois, olha-se ao patrão ou aos donos da empresa.

Se eu pusesse em causa o dono da empresa, por causa dessas empresas de que o Sr. Deputado falou, estava a pôr em causa que patrão?

Não acreditava no patrão? Não acreditava...? Pergunto: então, não acreditava e estava numa empresa que era do mesmo dono?

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Posso fazer a pergunta de outra maneira?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Pode, Sr. Deputado.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Tendo em conta as condições em que essas empresas estavam do ponto de vista financeiro, de actividade, dos créditos que já tinham sido solicitados, muitas delas com incapacidade de apresentar garantias que fossem consistentes para o banco, mesmo conhecendo o patrão de uma empresa nessas condições, o Sr. Dr., como responsável de crédito do banco, dava esse crédito a outras empresas em iguais circunstâncias?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Com outro patrão? Tinha dado algum, não aquele montante.

Desculpe lá, Sr. Deputado, mas veja aqui uma situação: a Labicer, por exemplo, que teve um financiamento com uma parte a fundo perdido, sabe quem lhe concedeu o crédito aqui há uns anos atrás? A Associação Industrial Portuguesa (AIP), em que o presidente era o Sr. Dr. Miguel Cadilhe. Penso que para pessoas inteligentes meia palavra chega.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — O Sr. Deputado Miguel Macedo está satisfeito.

O Sr. Dr. quer fazer um intervalo ou podemos continuar?



O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Não, podemos continuar.

A Sr.ª Presidente: — Assim sendo, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr.ª Presidente, Sr. Dr. António Coelho Marinho, boa noite.

Começo por dar continuidade a esta revelação inesperada, que hoje aqui foi feita, de que havia pelo menos um administrador do BPN, por acaso o que durante mais tempo esteve no BPN, que tinha um contrato de acordo com o qual recebia em numerário e que recebeu em dinheiro vivo — chamemos-lhe assim — enquanto trabalhou no BPN.

De qualquer maneira, permita-me fazer-lhe algumas perguntas complementares: o senhor passava recibos dessa verba que recebia? O senhor recebia esse dinheiro em mão? Era-lhe pago por quem? Para além de dinheiro vivo, em numerário, também o recebia por transferência bancária? Sabia de onde vinha o dinheiro que recebia sob a forma de envelope — digamos assim —, ou sob a forma de transferência bancária? Quem mais recebia dinheiro desta forma? Havia outras pessoas, outros colegas administradores que recebiam dessa forma?

O senhor informou esta Comissão que na altura do Dr. Abdool Vakil, porque queria sair, encontrou uma forma de ser ressarcido do seu crédito anterior, mas teve de sugerir que poderia estar a equacionar a hipótese de mover uma acção para que esse crédito lhe fosse entregue.

Também gostava de perceber como é que alguém ameaça uma entidade de lhe mover uma acção tendo como fundamento um contrato

feito nesta base. Que credibilidade e que possibilidades tinha de ganhar essa eventual acção?

Disse-nos também que quando saiu fez um acerto de contas relativamente a todos os créditos anteriores desde o ano 2002, desde o momento em que, suponho, terá entrado como administrador do BPN.

Então, vou citar-lhe três datas: a de 25 de Maio de 2004, a de 23 de Agosto de 2004, a de 17 de Setembro de 2004 e novamente esta última. E vou perguntar-lhe se estas quatro datas lhe dizem alguma coisa relativamente a pagamentos em numerário provenientes de uma *offshore*, pergunta, aliás, já aqui colocada pelo Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo, a qual, suponho, o Sr. Dr. nem comentou na resposta que deu.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Comentei: disse que desconhecia a *offshore*, a empresa. Disse, mantenho e provo, se for necessário.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Então, fui eu que não ouvi.

Portanto, pergunto-lhe se o dinheiro que recebeu nestas quatro datas — respectivamente 200 000 €, em 25 de Maio de 2004; 220 000 €, em 23 de Agosto de 2004; 40 000 €, em 17 de Setembro de 2004; e 30 000 €, também em 17 de Setembro de 2004 — tem ou não origem na Jared, *offshore*. Este era um primeiro conjunto de perguntas que gostava de ver respondido.

Retomando um pouco o fio à meada, é verdade que a expectativa desta Comissão era elevada, pois o Sr. Dr. é a única que acompanhou o Dr. Oliveira e Costa quase desde o início até ao fim. Repito, é a única pessoa

que acompanhou o Dr. Oliveira e Costa, porque outros entraram depois e saíram antes, ou entraram mais tarde e saíram depois.

O senhor é, pois, digamos, o único administrador que permanece rijo e direito no seu posto de trabalho na administração do BPN quase durante quase 10 anos — 9 anos. Portanto, a expectativa era bastante elevada e eu sei que o senhor sabe que eu sei que o senhor sabe muito mais do que aquilo que está a dizer.

Por exemplo, relativamente às Contas Investimento, é verdade que são um tipo de depósito a prazo. Não são um depósito a prazo, mas ninguém insiste com o formalismo. É verdade que o empresário tem sempre vontade de ganhar dinheiro e, às vezes, perde, mas o que causa perplexidade é que as Contas Investimento sejam investimento onde à partida se perdia dinheiro, e já não há nenhum empresário que avance com um negócio onde sabe, à partida, que a rentabilidade é negativa. De facto, não conheço nenhum empresário que arrisque e que o faça com 500 milhões de euros, dos quais cerca de 95% estavam sob a sua égide, fazendo as contas, mais de 490 milhões de euros estavam sob a sua égide, 475 milhões de euros para ser mais exacto.

Ora, e isto causa problemas, porque estas Contas Investimento tinham à partida, seguramente, e tiveram sempre (não tiveram a partir de determinada altura, tiveram sempre) uma rentabilidade inferior àquilo que contratualizavam com os clientes nas Contas Investimento e com o juro que lhes garantiam. É uma espécie de «negócio da China», o dinheiro «caiu do céu aos trambolhões»....

Portanto, gostava que comentasse como e quando, enquanto administrador do BPN, porque é responsável colectivamente por esta área e outras, esta situação.

E também como é que isto se pode ligar quando em 2003 houve uma denúncia — anónima, é certo — ao Banco de Portugal sugerindo, demonstrando ou acusando que havia fenómenos de branqueamento de capitais no BPN. É que se não me disser aqui de onde vinha o dinheiro tudo isto joga que nem um *puzzle*.

Além do mais, Sr. Dr., é ou não estranho que um administrador de um banco e o responsável por esta área — por 475 milhões dos 500 milhões, que é o prejuízo — gerisse estas Contas Investimento através de um controlo manual, por uma pessoa da direcção de operações num computador? Queria saber se isto é verdade e quem era a pessoa da direcção de operações que controlava as Contas Investimento, porque sei que o senhor sabe, e todos sabemos que o senhor sabe, que tem vontade de colaborar com esta Comissão e que nos vai dizer.

Uma outra questão é a seguinte: o senhor sabe ou não, e como comenta, que houve rasuras, correcções de relatórios de auditorias feitas pelo seu presidente, isto é, pelo Dr. Oliveira e Costa, agora arguido num caso que está em tribunal?

Vou voltar também a abordar o tema da concessão de créditos a empresas do BPN. Não é ilegal... Bem sabemos todos que não é ilegal.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Desculpe, não é o quê?

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não é ilegal.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Ah, bom.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sabemos todos que não é ilegal; mas também todos sabemos que há um limite a partir do qual se torna ilegal.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Sr. Deputado, não pretendia interrompê-lo, mas quero dizer-lhe uma coisa: o Banco de Portugal tem acesso directo às contas dessas empresas pelo sistema informático e essa nunca foram consideradas empresas de grande risco pelo Banco de Portugal.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., sabe muito que uma das poucas questões que o Banco de Portugal sempre levantou, ao longo dos anos, relativamente ao BPN e ao Grupo SLN era precisamente a concessão de créditos a empresas que ultrapassavam o *plafond* legal. Sabe muito bem! Todos sabemos e isso já aqui foi dito por inúmeras pessoas.

Portanto, o senhor, mesmo sendo o seu patrão, tinha a obrigação de lhe dizer que se estivesse a conceder créditos acima de um determinado valor estava a infringir as normas legais de supervisão. E como obrigação sua, que é, sabe bem que nesses casos tinha de comunicar esse facto ao Banco de Portugal. Ou não sabe, Sr. Dr.? Sabe bem.

Portanto, vamos ser claros: não invoquemos aqui terceiros, nem o patrão; invoquemos aqui apenas as nossas obrigações legais, porque se o meu patrão me obrigar a cometer um crime não sou obrigado a fazê-lo, em termos de obrigações profissionais, como bem sabem.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Sim, Sr. Deputado.

O Sr. Honório Novo (PCP): — E mais: sou obrigado a comunicar a quem de direito, neste caso ao Banco de Portugal, a existência desse crime.

E, por falarmos em situações menos claras ou ilegais, queria perguntar-lhe se conhece o Sr. Óscar Vieira. É a única pergunta episódica que queria fazer. É um homem do norte — eu também sou um homem do norte, vivo em Matosinhos —, um homem muito ligado ao futebol, que também foi presidente do conselho de administração da BPN Créditus.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Sr. Deputado, vou dizer-lhe, porque pensava que era isso que queria falar, que, confesso, não o conheci por Óscar Vieira.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Conhece, então, por que...?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Por outro nome. É Óscar qualquer coisa, mas não é Vieira.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Eu digo-lhe. Quer o nome todo, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Não, não. Já me disse quem era. Portanto, estou à vontade para lhe responder.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Óscar Vieira Silva.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Mas tem outro nome.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Óscar Manuel da Costa Vieira.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Sabia que era Óscar qualquer coisa, mas não ia a esse nome. Já sei quem é.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Muito bem.

Sr. Dr., gostaria também de saber se o senhor conhece bem um contrato... Esse senhor era quem presidia ao famoso BPN Créditos que referiu há pouco, foi presidente do conselho de administração,...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Esse senhor?

O Sr. Honório Novo (PCP): — Esse senhor. Foi presidente do conselho de administração do BPN Créditos, é o homem que está ligado a estes contratos de futebol, ao Leça, etc., mas não interessa; o que interessa é que este senhor, durante anos, estabeleceu aquilo a que se chamam contratos atípicos.

E não vale a pena voltar aqui a contar a história do que eram os contratos atípicos, que eram feitos créditos em nome de pessoas que não sabiam que recebiam os dinheiros (há aqui uma lista enorme, se quiser eu mostro-lha), que serviam para compras de bens que nunca foram comprados, ou para testas-de-ferro que davam a identificação e nunca recebiam o dinheiro, ou para compras de quadros na Galeria Alvarez, que não são os quadros do Miró, mas os da Vieira da Silva, do Cargaleiro, etc. (também há aqui uma lista).

Portanto. *grosso modo* e em síntese, esse senhor desviou do BPN cerca de 50 milhões de euros e, em 2003, foi feito um acordo de perdão parcial de dívida e de ressarcimento de cerca de metade, assinado pelas partes interessadas – naturalmente, uma das partes interessadas era V. Ex.<sup>a</sup> ou, pelo menos, a instituição que o senhor representava.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Lamento, mas há aqui um grande equívoco, que eu depois explico.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Está bem. O senhor esclarecerá! Se houver um grande equívoco nesta matéria, será, enfim, um equívoco.

De facto, esse acordo foi estabelecido entre os interessados, entre as pessoas que tinham lesado o banco e o BPN, o BPN Crédito, etc.

Ora, no acordo — e é aqui que quero chegar, Sr. Dr. — foi estabelecida aquela evolução do perdão de dívida, mas foi descrita uma situação de que o BPN e os seus administradores têm conhecimento. Portanto, naturalmente, se é do conhecimento dos administradores, eles sabem que está aqui uma situação de crime e, como V. Ex.<sup>a</sup> bem sabe, isto nunca foi comunicado nem ao Ministério Público nem ao Banco de Portugal. E quem não comunicou é igual e colectivamente responsável, isto é, os administradores do BPN.

Tanto é assim, Sr. Dr., que, como V. Ex.<sup>a</sup> deve saber também, em 2008, já depois do Dr. Abdool Vakil, no período que agora atravessamos, foi movida uma acção crime contra a pessoa que desviou o dinheiro. Portanto, havia matéria de facto, Sr. Dr.; agora, a acção foi dirigida ao Ministério Público, que está a investigar.



Portanto, queria saber o que é que o Sr. Dr. António Coelho Marinho nos tem a dizer sobre esta matéria.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — É para responder já?

O Sr. Honório Novo (PCP): — Deixe-me terminar as perguntas.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Agradecia que terminasse, Sr. Deputado, porque já dispôs de muito tempo.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Queria, ainda, saber uma coisa sobre as reuniões com o Banco de Portugal.

Disse que participou em duas; participou, certamente, na famosa reunião do Banco de Portugal em princípios de 2006, convocada pelo Dr. António Marta; e terá participado numa outra reunião anterior, em 2003, salvo o erro, e é por esta que vou começar por esta.

Esta reunião de 2003 é considerada, para alguns administradores do BPN, não muitos (tenho aqui o nome e, se calhar, serão mais do que três, mas pelo menos um terá sido), como a reunião que constituiu a gota de água que terá levado à sua demissão e à demissão, eventualmente, de outros. Queria, pois, que nos descrevesse esta reunião.

Queria, certamente, que nos falasse sobre a reunião de 2006, sobretudo do ponto de vista que vou referir, porque estou interessado em perceber dois aspectos: primeiro, para além das questões que já todos sabemos que o Banco de Portugal colocou — de créditos, de liquidações de créditos, de conhecimento eventual de últimos beneficiários, de destinatários, etc., que não quero saber —, gostaria que me dissesse se

uma das preocupações dominantes do Banco de Portugal era, ou não, o conhecimento pleno, a identificação completa, de todos os accionistas de referência do banco. Esta era, ou não, uma preocupação central?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Da SLN...

Sim, tem razão, do Grupo SLN, naturalmente.

Segundo: é verdade ou não, gostaria de saber se o senhor se recorda, que nesta reunião os auditores e os ROC insistiram na colocação de diversas questões...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Na reunião do Banco de Portugal?

O Sr. Honório Novo (PCP): — Nesta reunião de 2006.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Sr. Deputado, desculpe, mas, quando fala em auditores, refere-se aos auditores do Banco de Portugal ou aos auditores do banco?

O Sr. Honório Novo (PCP): — Os ROC.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Na reunião do Banco de Portugal?

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sim, nesta reunião do Banco de Portugal de 2006. Eu já não quero saber se falaram de questões

perguntadas e não respondidas; quero saber sobre estes dois pormenores: um, se uma das questões predominantes e insistentemente perguntadas pelo Banco de Portugal foi ou não a da identificação dos accionistas de referência do Grupo; outro, quais as questões colocadas pelos ROC nesta reunião.

Obrigado. Não tenho mais questões.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Dr., é importante referir que matéria de foro criminal não é da competência desta Comissão de Inquérito — é, pois, importante precisar este conceito — e que o Sr. Dr. responde àquilo que entende que deve responder.

Tem a palavra, Sr. Dr. António Coelho Marinho.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Sr. Deputado, de facto, das duas uma: a culpa pode ser minha, admito que sim, ou o Sr. Deputado não ouviu alguma coisa do que eu disse. Eu disse, e mantenho, que o meu acordo, o meu contrato, com o Banco Português de Negócios era em termos líquidos. Disse e repito! E os senhores, se quiserem, dou autorização, solicitem ao banco esse contrato. Ponto um.

Ponto dois: eu disse que eu recebi em dinheiro, mas quem assumia a responsabilidade do pagamento dos meus impostos era o banco. Eu disse aqui, por uma questão de transparência, que recebi, de facto, simbolicamente, por duas vezes (e não tem nada a ver com aquilo que me disse aqui, depois vamos lá), algum dinheiro, mas estava credor do banco desde 2000.

O Sr. Deputado fica muito admirado... Não sei porquê, porque, se o senhor faz um acordo em termos líquidos, é assim que tem de receber o

dinheiro, o seu salário, seja muito ou seja pouco. Quem estava prejudicado era eu enquanto trabalhador.

Perguntou-me se passei recibos. Ora, se eu recebi-a em termos líquidos, não tinha de passar recibos. O contrato fala por si.

De facto, também tenho a parte de Direito, mas não sou especialista. Andei muitos anos pela UGT, pelos sindicatos (e há aqui alguém que sabe disso) e devo dizer-lhe uma coisa: o meu contrato é muito claro. Quando eu disse – e não foi ameaça, porque eu tinha e tenho muita consideração pelo Sr. Dr. Vakil... Os meus colegas estavam ressarcidos e eu era o único totó no meio daquilo tudo, e fico-me por aqui.

Portanto, das duas uma: ou eu recebia o que me era devido ou só tinha uma maneira, que não foi chantagem ou ultimato — ficamos claros! —, pois nem o Sr. Dr. Vakil cederia a ultimatots nem eu os fazia. Nunca fiz ultimatots a ninguém!

Quanto ao problema de ganhar a acção, Sr. Deputado, desculpe, quando eu falei sabia que ganhava a acção. E o que eu disse foi que não podia continuar num conselho com uma acção contra o banco. Não fazia sentido! É uma questão de princípio. Eu ainda me regi um pouco por uma questão de princípio.

Quanto a essas datas que o Sr. Deputado referiu — e lamento, porque as pessoas que deram estes números deviam, antes disso, olhar para o espelho... — quero dizer uma coisa: eu respondo por mim, eu, como fui responsável pela área comercial durante aqueles anos todos, disse aqui que os Srs. Directores e alguns gestores tinham prémios também por colocação de produtos, e não vou negar...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Prémios?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Prémios que toda a banca dá.

Quanto à maneira como paga, não vou me vou pronunciar. E alguns destes prémios a esses senhores foram pagos em dinheiro. Quanto às datas, não sei, sinceramente. Não ponho em causa que sejam esses os montantes, mas não sei. Não vou dizer, porque não sei. Levei, de acordo com o que estava previsto nesses prémios e de acordo com o que estava previsto e que o Sr. Presidente me deu, envelopes com este dinheiro. Não sei se foi este, se foi mais, se foi menos, Sr. Deputado... Mas eu recebi zero! E as pessoas que deram o dinheiro ao Sr. Dr. Oliveira Costa sabiam perfeitamente que o dinheiro era para dar a alguns elementos da área comercial.

Quando falei com a Sr.ª Deputada, não disse isso, porque o valor que ela referiu estava mais ou menos enquadrado naquilo que foi o que recebi em 30 de Abril do ano passado; agora, uma vez que o Sr. Deputado vem com os números e vem com datas, lamento, mas nenhum deste dinheiro foi para a minha conta.

Quanto às Contas Investimento ...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Se a Sr.ª Presidente me dá licença, deixe-me precisar, Sr. Dr.

A Sr.ª Presidente: — Faz favor, Sr. Deputado.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não vou insistir, mas queria precisar duas questões.

Primeira, a prática do pagamento de prémios em numerário era vulgar entre os administradores do banco?

Segunda, alguma vez, o dinheiro, em vez de ser em numerário, era por transferência bancária?

Já agora, também não me foi dada resposta a uma terceira questão — e vale a pena insistir, agora — no sentido de saber se quer ou não quer dizer quem são as pessoas de que o senhor tinha conhecimento que recebiam dinheiro, em numerário.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Desculpe, não me peça para dizer nomes de pessoas. Isso não faço!

Falo por mim e autorizei que o senhor peça o meu contrato. E assumo que recebi uma vez simbolicamente; eu era credor do Banco desde 2000. Portanto, há documentos...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Quem é que lhe entregava o dinheiro?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Quem me entregou o dinheiro foi o Sr. Presidente.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Quem?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: - O Sr. Presidente.

O Sr. Honório Novo (PCP): - O Dr. Oliveira Costa?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: - Sim, sim, o Sr. Presidente na altura. Só havia um presidente, pelo menos que eu saiba... Havia alguns que se julgavam como tal, mas essa é outra questão.

Portanto, em relação a esse dinheiro que o senhor mencionou e às datas, quero dizer-lhe que não posso dizer se levei ou não; admito que corresponda à verdade, mas o que levei foram os envelopes de prémios que estavam previstos dentro da venda de produtos e também de fim-de-ano e que entreguei a quem de direito.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Em Maio?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Em Maio, mas diziam respeito ao ano anterior; diziam respeito a venda de produtos... E, repare, se o senhor pedir a documentação vê o que diz como é que são pagos. Portanto, na literatura, estão previstos prémios.

Quanto às Contas Investimento ou aplicações financeiras, continuo a pensar que, realmente... Com certeza que a culpa é minha... Porque eu fui bem claro, e repito: primeiro — e faço-o considerando de que não há nenhum empresário que faça uma coisa dessas, sabendo que perde dinheiro —, havia mais de mil contas. Segundo, eu disse-lhe que até 2005, até quando eu fui responsável pela área comercial — repito, pela área comercial —, as contas não deram prejuízo. E porque é que digo que não deram prejuízo? Porque eram distribuídos prémios do resultado positivo desses clientes. E eu digo-lhe isto e provo-lho.

Quanto ao que confunde aqui com problemas de branqueamento de dinheiro... Não sei onde é que está o branqueamento...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., prove, por favor.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: - Desculpe lá, eu provo no sítio certo, não é aqui.

A Sr.ª Presidente: - Sr. Deputado Honório Novo, há regras para o inquérito das testemunhas...

O Sr. Honório Novo (PCP): - Sr.ª Presidente, quando eu disse «prove», é «prove» tecnicamente. Como é que é possível um produto ter uma rentabilidade inferior àquela que, na origem, se pagava a clientes e esse produto ter rentabilidade, ter mais-valias?!

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Sr. Deputado, já expliquei isso a dois colegas seus, mas volto a explicar e explico-lho as vezes que forem necessárias, enquanto a saúde mo permitir, nem que seja até amanhã de manhã, se é isso que o senhor pretende. Faço isso com muito gosto.

Disse-lhe e repito-lhe que essas contas já existiam quando nós chegámos ao Grupo, mas não havia fundos. Foi aqui dito por um colega seu que, depois, algum desse dinheiro terá sido aplicado em fundos fechados e que deram prejuízo. Sr. Deputado, não sei se foi ou não foi. Não estou a dizer que não tenha sido, mas repare: os fundos fechados apareceram muito depois de as Contas Investimento existirem.

Onde é que era aplicado o dinheiro? Já lhe disse, e mantenho, que o dinheiro era... Os clientes eram cativados pela área comercial, que limitava-se a cumprir determinações superiores, o dinheiro vinha para o



sul e quem, depois, fazia, a maneira como o dinheiro era aplicado era a área operacional...

Perguntou-me quem é que controlava a área operacional. Havia um director da área operacional, que fazia isso. Eu, digamos, sempre me considerei um trabalhador... E considero-me mesmo agora. Mas, sinceramente, sei muito bem as funções que eu tinha de cumprir. E foram essas que sempre cumpri. Nunca me imiscui nas áreas dos meus outros colegas, nem tinha que o fazer.

O Sr. Deputado põe o problema das rasuras dos relatórios da auditoria e eu nem desminto nem confirmo. Sabe porquê? Porque o administrador que tinha essa área era o Sr. Presidente. O director da auditoria apresentava-lhe os relatórios e eu tinha conhecimento deles — e não estou a dizer que tivesse conhecimento de todos — depois de serem entregues pelo Sr. Presidente. Era essa versão que eu tinha. Se, realmente, teria havido alterações ao relatório inicial do director da auditoria, eu não acredito, muito honestamente — não estou a dizer nem que sim nem que não.

O auditor, portanto, o director responsável, discutia isso com o Sr. Presidente... Se calhar — estou a pensar —, chegavam a acordo quanto à redacção que tinham de fazer... Se houve ou não correcções, Sr. Deputado, eu não lhe... Os relatórios que chegavam à minha mão — era o Sr. Presidente que os entregava — não iam rasurados.

As empresas do Grupo, Sr. Deputado — eu já lhe tinha explicado, mas volto a fazê-lo com muito gosto —, estavam no universo do crédito normal.

Como disse, e repito, há um problema técnico na concessão do crédito e há uma relação de confiança. Como disse aqui aos Srs.

Deputados, quando se faz uma concessão de crédito tem de se ter sempre uma relação... Porque se nós fôssemos fazer a concessão de crédito — e discuto com qualquer guru em termos económicos ou bancários, aqui ou qualquer lado — dentro dos parâmetros definidos pela Comunidade ou mesmo pelos manuais, que as pessoas que fizeram cursos superiores nesta área sabem, 98% das empresas em Portugal não tinham crédito.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Eu não estou a falar disso.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Eu sei. Mas, desculpe, Sr. Deputado, quando fez os seus comentários eu ouvi, embora achasse que alguns não tinham nada a ver, mas respeitei.

Estes grupos estavam no sistema normal de informática e o Banco de Portugal tinha acesso. Portanto, o problema da discussão era se estes grupos deviam ou não entrar para o rácio de solvabilidade.

Falou depois do Sr. Óscar Vieira. Na minha curta introdução, disse que o Banco tinha várias empresas — e eu não sabia, soube mais tarde, aquando da auditoria feita pelo Dr. Miguel Cadilhe — que seriam 235. Eu estava numa das empresas, que por acaso era financeira, era o Banco. Não tinha nada a ver com a BPN Creditus. E quando fala de um acordo... Desculpe lá, esse problema não foi discutido no banco, nem tinha de ser discutido. Não foi nem tinha de ser!

Desculpe, para mim, esse acordo... Eu nem sabia que existia. Ouvi falar aqui uma vez, de facto — por casualidade, liguei a televisão e ouvi —, que teria sido assinado pelo Sr. Presidente e pelo meu colega Armando Pinto, que não assinou na qualidade de administrador do Banco. O Banco

não tem nada a ver com aquilo. A BPN Creditus tinha uma administração autónoma da SLN, mas neste caso, o Presidente era o mesmo.

Como sabe, o Sr. Presidente estava na SLN, estava na SGPS e estava, depois, nas participadas. Portanto, eu não tinha nada a ver com isso. Como não tinha, também não tinha nada que comunicar ao Banco de Portugal. Eu só podia comunicar ao Banco de Portugal coisas que eu conhecesse, em que estivesse documentado.

Eu sei que muitas vezes faço afirmações em termos políticos que... é simpático, mas estamos a tratar de situações diferentes.

Passo a referir-me às reuniões com o Banco de Portugal.

O Sr. Honório Novo (PCP): - Sr. Presidente, dá-me licença que concretize uma questão?

*Entretanto, assumiu a Presidência o Sr. Deputado Marques Júnior.*

O Sr. Presidente: - Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Honório Novo (PCP): - O senhor era administrador, em 23 de Abril de 2003,...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: - Era.

O Sr. Honório Novo (PCP): - ... do BPN, Banco Português de Negócios, SA, com sede na Avenida de França, 680/694, na cidade do Porto?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: - Sim, sim.

O Sr. Honório Novo (PCP): - Então, embora não o tenha assinado, não sabe da existência deste acordo?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: - Não.

O Sr. Honório Novo (PCP): - Porquê?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: - Desculpe, porque não tinha que saber!

O Sr. Honório Novo (PCP): - Estranho é que o senhor, como administrador de um banco, não tenha conhecimento de um acordo que implica uma perda de 50 milhões de euros do Banco de que o senhor é administrador através de meios ilícitos. Isso é que eu acho estranho!

Eu sei que é conveniente responsabilizar apenas quem assina. Mas a verdade é que neste país ninguém acredita que um contrato de resolução de um «roubo» (pode-se utilizar a palavra entre aspas) de 50 milhões de euros ao Banco não seja do conhecimento do conselho de administração. É só isto!

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Sr. Deputado, está a haver uma confusão de conceitos e isso...

Eu sou administrador de um banco, não é do BPN Creditus...

O Sr. Honório Novo (PCP): - Eu falei do BPN.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: - Desculpe lá, eu sou administrador do BPN... Mas o que é que o BPN tinha a ver com a BPN Creditus? Explique-me, por favor, formal e juridicamente. Era importante. Eu estou sempre a aprender. Eu aprendo com toda a gente, até com a mulher da limpeza.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., este contrato também envolve a BPN Creditus. É que pela BPN Creditus também assinam outras pessoas. Mas assinam pelo BPN... Aqui há vários subscritores e outorgantes: um é o BPN e o outro é a BPN Creditus. O senhor conhece isto muito bem e, portanto, não vale a pena estar aqui a divergir.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Desculpe, Sr. Deputado, as afirmações têm de ser demonstradas. Garanto-lhe que não conhecia.

É evidente que o Sr. Presidente — por aquilo de que me apercebi, quando foi do Armando Pinto — terá assinado, pois ele era Presidente da BPN Creditus, do BPN... Portanto, aí é verdade o que o senhor disse... Portanto, se foi, de facto, assinado pelo Sr. Presidente, é evidente... Mas, desculpe lá, e garanto-lhe uma coisa: esse processo do BPN Creditus nunca, em conselho que eu estivesse, foi discutido em conselho de administração do BPN. Garanto-lhe isso, e se alguém demonstrar o contrário e disser que eu estive presente, o senhor pode-me chamar em público de mentiroso.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Presidente, posso usar da palavra?

O Sr. Presidente (Marques Júnior): — Faça favor.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: - Ah, desculpe, em relação ao Óscar Vieira, eu conhecia-o por Óscar Silva. Lá era conhecido por Óscar Silva.

O Sr. Honório Novo (PCP): - É um homem muito conhecido naquela zona.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: - Olhe, Sr. Deputado...

O Sr. Honório Novo (PCP): - Também o conhecia?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: - Não, não. Só o conheci quando ele foi para o Grupo, e não vou entrar em pormenores.

E estou à vontade sabe porquê, Sr. Deputado? Porque, inclusivamente, se havia alguém com que ele (o Sr. Óscar Silva) não podia era com o Marinho... E fico-me por aqui.

Quanto ao problema do Banco de Portugal, tenho a impressão de que estive eu disse duas, mas não sei se foram duas ou três vezes que lá estive. Da primeira vez, a reunião com o Banco de Portugal foi mais –como hei-de dizer? –, mais simpática e a segunda mais dura, esta de 2006, quando estiveram presentes toda a administração da SLN e também os auditores.

Sr. Deputado, a reunião foi liderada pelo Sr. Vice-Governador e pelo Sr. Presidente. Nessa reunião, em que eu estive presente, os auditores não se pronunciaram.

*Entretanto, reassumiu a Presidência a Sr.ª Presidente, Maria de Belém Roseira.*

O Sr. Honório Novo (PCP): — Nem os ROC?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Não, nem os ROC.

O Sr. Vice-Governador chamou a atenção de que eles também eram responsáveis...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Portanto, não se pronunciaram nem os auditores nem os ROC?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Não. Os auditores disseram «com certeza, sabemos o que estamos a fazer». Depois, houve ali uma troca de impressões – não se pode dizer que tenha sido uma discussão – em relação a determinadas situações muito precisas em termos de interpretação...

O Sr. Honório Novo (PCP): - Se me dá licença, Sr.ª Presidente, o que eu queria saber não era o teor do debate, mas se foi por iniciativa dos ROC ou dos auditores que se levantaram algumas questões naquela reunião.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Não.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Essa era uma parte do que queria saber. A outra é a seguinte: saber se uma das preocupações do Banco de Portugal nessa altura era identificar exactamente os accionistas...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Eu ia lá chegar.

Decorre da lei que todos os accionistas que tenham 2% ou mais têm de constar. Em relação aos restantes não é obrigatório, e o Banco de Portugal sabe perfeitamente isso.

O que o Banco de Portugal disse é que era importante que o Grupo tivesse: primeiro, queria a identificação deles todos e foi dito, na altura, inclusive pelo Sr. Presidente, que aqueles que o banco está obrigado por lei constavam do relatório e contas. Na óptica do Banco de Portugal, o Grupo não tinha nenhum accionista de referência internacional. Isto foi dito pelo Banco de Portugal.

No fundo, o Banco de Portugal diz mais ou menos isto, não posso precisar: gostava de conhecer o currículo, digamos, empresarial dos accionistas. Não foi de todos, nem podia...! No Banco de Portugal há pessoas altamente qualificadas e não iam pedir uma coisa que sabem que, por lei, não é possível dar. Há accionistas que não gostam de ser identificados, e tudo o que estiver abaixo de 2% só são identificados se, de facto, eles autorizarem.

Portanto, relativamente aos auditores, já respondi.

Peço desculpa se deixei alguma coisa por responder, Sr. Deputado.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Não deixou.



O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Também acho que não, mas poderia ter deixado e eu...

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr.ª Presidente, boa noite, Sr. Dr. António Coelho Marinho, apesar de já ter tido oportunidade de o cumprimentar.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Boa noite.

O Sr. João Semedo (BE): — A minha primeira pergunta é a seguinte: o Dr. Luís Caprichoso invocou o seu estatuto de arguido para não comparecer à audição que tinha sido solicitada por esta Comissão. Pergunto: o Sr. Dr. é parte em algum processo desencadeado pelo Ministério Público ou pelo Banco de Portugal relacionado com, digamos, os acontecimentos do Grupo SLN/BPN?

Como o Sr. Deputado Honório Novo já aqui disse, o Sr. Dr. foi administrador durante muito tempo. Portanto, presumo que tenha tido uma convivência estreita com o Sr. Eng.º Francisco Sanches. A propósito do Sr. Eng.º Francisco Sanches, quero fazer-lhe duas perguntas: recorda-se de diligências desencadeadas pelo Eng.º Francisco Sanches para encerrar o *dossier* Banco Insular?

Faço-lhe esta pergunta, porque o Sr. Eng.º Francisco Sanches, quando confrontado com as mesmas perguntas, que agora foram feitas a si, sobre o Banco Insular, disse que durante muitos anos insistiu para que o problema Banco Insular fosse resolvido. Ora, eu gostava de saber se

alguma vez tomou conhecimento destas insistências do Eng.º Francisco Sanches.

No capítulo das remunerações pagas em numerário e distribuídas nas circunstâncias e nas condições em que aqui já foram referidas, tem conhecimento, ou não, se o Eng.º Francisco Sanches era também uma das pessoas que assegurava directamente a distribuição de remunerações pagas em numerário fora, digamos, das remunerações habituais dos colaboradores do Banco? Sobre o Eng.º Francisco Sanches gostava que me respondesse a estas duas perguntas.

Terceira pergunta: enquanto membro do conselho de administração do banco durante tanto tempo, alguma vez tomou conhecimento de dívidas ao BPN por parte não de accionistas mas de administradores e membros do conselho de administração do próprio BPN? Faço a pergunta porque, como sabe e hoje é conhecido, há ao longo do tempo vários administradores do Grupo BPN/SLN que são devedores e grandes devedores do BPN. Portanto, gostaria de saber se alguma vez o conselho de administração, nomeadamente o Sr. Dr., tomou conhecimento desta situação e que medidas foram tomadas para resolver o problema.

O Sr. Dr. confirma que o conselho de administração do Banco aprovou uma operação de crédito de financiamento solicitada pelo Sr. El-Assir, aprovando, nesse financiamento, os montantes, as garantias e, naturalmente, o plano de pagamento do financiamento? Gostaria que nos dissesse se, em alguma reunião em que o Sr. Dr. participou enquanto administrador do BPN, este assunto foi discutido e aprovado.

Gostaria também de saber que explicação nos pode dar sobre duas características do Grupo: a primeira tem a ver com a rotação muito rápida, muito dinâmica de administradores, que entravam e saíam com

frequência dos conselhos de administração, mudando com frequência os conselhos de administração, o que não tem nada de irregular ou de ilegal, calculo eu, mas, enfim, não é propriamente desejável para uma estabilidade na administração de um Grupo desta natureza e desta dimensão. A segunda característica do Grupo tem a ver com a mudança das empresas que faziam auditoria externa ao banco, na sequência, digamos, da saída da Deloitte, porque, depois, nos anos seguintes, mudaram todos os anos.

Gostava, pois, que nos explicasse, enfim, enquanto administrador, as razões que levaram a isto.

Depois também gostaria de saber o seguinte: o Sr. Dr. já disse que não conhecia uma empresa chamada Jared, mas eu gostaria de perguntar-lhe se, apesar disso, conhece ou alguma vez ouviu falar de duas empresas, a Venice e a Solrac. Gostaria de saber se «sim» ou «não».

Por último, e vou terminar com o problema das remunerações recebidas em numerário, sei que é um tema desagradável, mas creio que devemos insistir até para que o Sr. Dr. tenha oportunidade de responder com toda a clareza para que não fique qualquer dúvida sobre a matéria.

O Sr. Dr. disse-nos que era credor do Grupo ou do Banco desde 2000. Isto não é muito habitual, suponho eu...! Não é muito frequente, até nem acho que seja natural, mas, enfim. De qualquer forma, se, depois, relacionarmos esta sua afirmação com uma outra que o Sr. Dr. há pouco fez, quando admitiu que o valor indicado pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Leonor Coutinho poderia, eventualmente, ser o acerto de contas...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Sr. Deputado, se me permite, teve a ver com o tal acerto de 30 de Abril. Repare, divide pelo montante,

que anda à volta dos 400 000, não chegou bem... Portanto, como eu desconto 42%, admito que o valor bruto possa ser muito parecido com aquele montante. Admito, mas neste momento, sinceramente... Admito, mas...!

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., entretanto, eu fiz umas contas, que, reconheço, podem ser um pouco de merceeiro, mas é só para nós percebermos, porque, a meu ver, sobre isto não deveria ficar qualquer dúvida.

O valor indicado pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Leonor Coutinho significa que durante oito anos, mesmo que eventualmente o Sr. Dr. não tivesse recebido um cêntimo que fosse do Banco, a remuneração era de 6000 €/mês. Isto na condição de o Sr. Dr. nunca ter recebido qualquer outra remuneração, o que é verdadeiramente impossível para o Sr. Dr. ter de sobreviver durante estes anos.

Portanto, há aqui qualquer coisa que não bate certo, mas o Sr. Dr. ainda disse uma outra coisa (e eu retive esta sua expressão), disse que alguém da administração do Dr. Miguel Cadilhe, em determinado momento, lhe havia dito «Sr. Dr., esteja descansado que o seu nome não aparece em lista nenhuma».

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Não, não foi isso, peço desculpa. No relatório de auditoria externa que mandaram fazer.

O Sr. João Semedo (BE): — Desculpe, não percebi.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — No relatório externo!

O Sr. João Semedo (BE): — Certo. É que, para sermos todos claros, na documentação que, entretanto, tem chegado a esta Comissão há, de facto, uma relação de remunerações pagas em numerário que envolve, entre outras pessoas, 35 vezes o Eng.º Francisco Sanches, que envolve outras pessoas, e que também o envolve a si.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Não envolve...

O Sr. João Semedo (BE): — É o que está na lista!

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Mas não disse que não me incluía...?!

O Sr. João Semedo (BE): — O Sr. Dr. já fala, já explica isso.

Também inclui o seu nome, nas datas e nos valores já indicados pelo Sr. Deputado.

Faço-lhe esta pergunta, porque isto pode ter mil e uma explicações, mas damos-lhe a oportunidade de explicar para que não fique nenhuma dúvida em nenhum Sr. Deputado, nem em nenhuma pessoa que tenha conhecimento desta nossa audição de hoje, pois trata-se de muito dinheiro.

Não é fácil aceitar e perceber que se trata de remunerações, prémios e comissões que se pagam porque estão protocoladas, estão contratualizadas, estão nos contratos, e que, digamos, se distribuam desta forma num banco com a dimensão e a estrutura deste. Este é um aspecto nuclear sobre o funcionamento do banco.

Portanto, creio que valeria a pena o Sr. Dr., se fosse possível, prestar mais alguns esclarecimentos para que não ficassem nenhuma dúvida sobre o assunto.

Por agora, é tudo, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Dr. António Coelho Marinho.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Sr. Deputado, em relação ao estar envolvido em algum processo, devo dizer que não estou. Até hoje, não fui incomodado por ninguém, nem do Banco de Portugal, nem do Ministério Público. Não fui incomodado por ninguém!

Quanto ao Eng.<sup>o</sup> Francisco Sanches quero dizer que eu não conhecia o Eng.<sup>o</sup> Francisco Sanches de lado nenhum, não tenho qualquer problema em dizê-lo, ele veio para o banco, era a função que desempenhava, como chefe de gabinete do Sr. Presidente e foi sempre essa a função que desempenhou e, nessa qualidade, ele assistia ao conselho no banco.

Mas também quero dizer que, mais tarde, ele começou a namorar uma filha minha e vieram a casar-se, e, neste momento, é meu familiar. Isto é para não haver dúvidas, para não dizerem que estive aqui a enrolar as coisas... Não tenho problema nenhum, estou à vontade.

O Sr. João Semedo (BE): — Peço desculpa por o interromper, mas eu desconhecia completamente esse facto.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Mas eu sei que são pessoas bem informadas e eu não preciso, como se diz lá no norte, que me

assobiem para beber. Tenho muita sede, bebo mesmo. Preciso de beber por causa da minha doença.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., peço desculpa, mas eu não sabia...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Mas eu estou à vontade. Não tenho nada a esconder.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Dr., o Sr. Deputado Honório Novo fez um ar tão feliz, penso que é para desejar felicidades.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Eles já estão casados há quatro ou cinco anos.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Já tem netos?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Não, dela não tenho. Tenho netos de um outro filho. Tenho dois filhos, mas dela não tenho netos.

Quanto a eu ter conhecimento do encerramento, ouvi o Sr. Sanches, numa reunião do conselho (ele não intervinha no conselho na qualidade, porque não podia), a dar a informação de que andava já há tanto tempo, há mais de dois anos, a pedir para ser encerrado este processo. Foi o que foi dito, e eu assisti a este desabafo, digamos, no conselho, já em Março.

Quanto a assegurar o pagamento de remunerações, quero dizer que não faço a mínima ideia. Quem me deu a remuneração, quem me deu em

dinheiro — e foi simbólico — e pagou a outra parte foi o Sr. Presidente, Dr. José Oliveira Costa.

Quanto às dívidas de algumas pessoas ao banco, sinceramente, que eu saiba, essas dívidas, que, julgo, existem em alguns casos, são de pessoas que pediram créditos avultados, como o crédito à habitação, e que depois não foram reconduzidos e deixaram de cumprir. Julgo que será esse caso. Se há outros, sinceramente, não sei.

Quanto a este problema do Sr. El-Assir e dos financiamentos, quero dizer-lhe o seguinte: eu estive envolvido numa reunião do Conselho — e julgo que terá ido a Conselho duas vezes o financiamento a este Sr. El-Assir, este muçulmano — em que (fui muito claro) disse que este financiamento só teria o meu acordo se fosse com garantias reais que permitissem uma margem de 150%. E só começou a receber o dinheiro após ter feito hipotecas em Espanha e essas avaliações permitiam esta situação. Mas isto foi aprovado no Conselho. Eu é que disse que, caso contrário, votava contra.

O Sr. João Semedo (BE): — Foi aprovado em Conselho.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Foi aprovado em Conselho, nestas condições.

Quanto à rotação dos administradores — peço desculpa, mas, enfim, para não estarmos aqui todos comprimidos, e eu, falo por mim, estou à vontade... —, que eu saiba, repito, que eu saiba, só houve três Srs. Administradores que pediram para sair, os outros...

O Sr. Presidente tinha «carta branca» dos Srs. Accionistas do Conselho Superior, que tinham cinquenta e tal por cento, para nomear os



administradores que entendesse e dar-lhes conhecimento, mas não foram conduzidos. Porquê? Só o Sr. Presidente pode responder.

Quem pediu para sair e não foi reconduzido? O Sr. José Luís Pinto da Silva, o Sr. Dr. Francisco Comprido e um senhor que saiu dali para ir para a EDP, o Manso Neto. Estes, que eu saiba, foram os únicos que saíram. O Manso Neto porque foi ganhar o dobro, mais do dobro do que ganhava no Banco, o Dr. Francisco Comprido evocou outras razões, motivos de saúde. Ele tinha sido operado uns meses antes, em Londres, e não terá ficado muito bem. Queriam operá-lo uma segunda vez — o Dr. Comprido é uma pessoa com quem tive, e ainda tenho hoje, relações pessoais muito boas e tenho a maior consideração por ele — e eu disse-lhe: «Sr. Dr., consulte um médico, se calhar, vale a pena. Se realmente resolve o problema...» Mas ele ficou... E foi em Londres...

Quanto às rotações dos administradores, como digo, os outros...

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Nem sempre as intervenções em Londres são melhores do que as feitas cá, Sr. Dr.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Claro. E se a Sr.<sup>a</sup> Presidente falar com ele, ele dir-lhe-á que veio de lá muito desagrado. E terá pago bem... Bom, mas isso...

*Risos.*

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Isto vem em defesa do sistema de saúde português.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Mas há aqui uma situação curiosa. O Sr. Deputado Honório Novo ficou muito admirado — e eu queria que isto ficasse muito claro — de eu ter estado no Banco do princípio até ao fim. Pelos vistos, também há reparos se os administradores saem quando acabam o mandato!

Quero dizer à Comissão, sem qualquer problema, que tive muito gosto, independentemente das situações que têm aparecido e que eu desconhecia, de trabalhar com o Sr. Dr. Oliveira Costa. É uma pessoa que está muito acima da média, tem uma capacidade de trabalho como nunca vi — e estive em muitos lados, comecei a trabalhar aos 10 anos, pelo que sou uma pessoa que trabalha... Por aquilo que me tenho apercebido ultimamente, há coisas... Se me perguntam assim, «tu fazias?», eu digo «eu, se estivesse no perfeito juízo, não o fazia», mas isto não invalida a capacidade de trabalho do Dr. Oliveira Costa. Não estou nada aborrecido, nem tenho qualquer problema em dizer que trabalhei com uma pessoa com quem aprendi e a quem reconheço uma grande capacidade de trabalho, e muito acima da média. Às 8 horas e 30 minutos estava no Banco e saía do Banco, muitas vezes, à meia-noite e, às vezes, só comia uma sanduíche. Não sei se era melhor as pessoas saírem e entrarem todos os anos ou de três em três anos, porque, se a pessoa esteve lá desde o princípio, segundo o Sr. Deputado, também foi um problema.

Quanto à influência das empresas de que me falou, quero dizer com toda a sinceridade...

O Sr. Honório Novo (PCP): — Sr. Dr., eu só referi a sua presença durante tantos anos ao lado do Dr. Oliveira Costa como uma pessoa

privilegiadíssima para nos ajudar nos objectivos desta Comissão de Inquérito.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Sr. Deputado, não digo que ele não tivesse consideração por mim, não digo isso. Quero dizer-lhe que, em todos os mandatos, pus sempre, repito, sempre, o lugar à disposição. Nunca lhe pedi para ser reconduzido. Ele está aí e pode dizê-lo. Ainda é vivo, pode dizê-lo. Quando acabava o mandato — e o mandato acabava em Janeiro mas, para todos os efeitos, em Março por causa da aprovação das contas — eu, no fim do ano, sempre pus o lugar à disposição. Sempre, repito, sempre! Isto não invalida o apreço que tenho por ele como trabalhador e pela sua capacidade de trabalho.

Quanto a essas empresas de que me falou — a Jared e a Venice —, Sr. Deputado, tenho muita pena de não poder esclarecê-lo. É que o problema dos *offshore*, porque devem ser *offshore*, não tinha nada a ver com a área comercial. Havia um departamento próprio que tratava disso e isto passava muito pela chamada Planfin, em que o Sr. Dr. Caprichoso era o responsável.

Quanto as remunerações em dinheiro, gostava de precisar bem o que eu disse, e mantenho: o meu contrato — e dei autorização aos senhores para o pedirem, porque não tenho problema nenhum, eu autorizo que o façam; se o solicitarem, dizem que têm autorização da pessoa — era em remunerações líquidas, assim como o complemento da reforma é uma remuneração líquida. Repare: quando me entregavam o IRS e vinha para eu pagar — sempre paguei todos os anos! —, tirava uma cópia e mandava-a para o Sr. Presidente para eu saber quanto me faltava pagar.

O Sr. Deputado interrogou-se, e eu compreendo, por que é que eu era credor desde 2000. Se eu não precisava... Foi dito aqui, e eu não nego, que o Sr. Presidente tinha consideração por mim. Nunca pôs em causa nenhuma decisão minha e isto, para mim, é reconfortante. Mas havia pessoas — e, peço imensa desculpa, mas não vou falar de nomes, e não era uma, nem duas, nem três... — que, no fim do mês, iam chatear para receber. Eu nunca fiz isto! Nunca fiz isso, porque achava que, como tinha direito, não tinha de bater à porta de gabinete e dizer «falta-me receber tanto».

Mas o montante que está a dizer... O meu vencimento não era assim muito grande, mas, repare, eu pagava 40% e passei a pagar 42%, quase 50% do meu vencimento...

Quero dizer mais: daquilo que sei — e conheço bastante bem a banca —, no meu tempo, repito, no meu tempo, éramos os mais mal pagos da banca. Quando fui convidado para ir para outro banco, ia ganhar, à partida, mais do dobro, repito, mais do dobro.

Também quero dizer-lhe, se isso satisfaz, o conselho de administração que se nos seguiu, apesar de o Grupo estar muito mal, foi ganhar o dobro. E fico-me por aqui...

Desculpe, queremos todos dizer a verdade. Não tenho interesse nenhum... Estou à vontade, nem estou preocupado se for chamado... Desculpem, mas oiço as pessoas falar e dá a impressão de que nós, que éramos os mais mal pagos da banca... Eu trabalhava, e tenho provas disso: ia às reuniões dos conselhos, às vezes, chegava a casa à meia-noite e tal, às 8 horas estava no Banco — era um dos primeiros a entrar — e nunca saía do Banco antes das 9 horas.

Por isso, eu...

A Sr.ª Presidente: — Srs. Deputados, peço que façam silêncio, porque, se assim não for, temos dificuldade em ouvir.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — De facto, o que disse há bocado... Eu tinha 30 agências no norte e no sul havia uma, a sede, mais uma agência, na Amadora. O colega que aqui falou — e é legítimo — desenvolveu bastante algumas agências em Leiria.

Quanto ao problema das remunerações que teriam sido dadas pelo Sr. Eng.º Francisco Sanches, muito sinceramente, não sei se deu ou não. Se o fez, foi sempre o Sr. Presidente que dizia para o fazer, porque a sua função era a de chefe de gabinete dentro do Banco. Era nesta qualidade que ele assistia ao Conselho de Administração. Por duas vezes, foi o Sr. Presidente que me deu os envelopes. Mas foram coisas simbólicas. Depois, há o crédito — penso que é esse valor que a Sr.ª Deputada disse — que foi o acerto, em 30 de Abril.

Sr. Deputado, julgo que terei respondido a tudo, mas, se assim não foi, peço desculpa.

A Sr.ª Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Semedo.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., recorda-se do ano em que o Conselho de Administração do BPN aprovou esse financiamento ao Sr. El-Assir?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Tenho alguma dificuldade em precisar a data. Admito que tenha sido em 2003 ou em 2004. Muito

honestamente, tenho dificuldade em precisar a data. Agora tenho alguma dificuldade em ter acesso aos documentos, porque senão perguntava lá e eles diziam-me, não tinha problema nenhum. Os senhores podem obter esses dados com facilidade.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., recorda-se qual era o objectivo do financiamento? A que se destinava? A que operação se destinava? Recorda-se?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Na altura em que foi apresentado, era um financiamento — pelo menos, foi discutido assim — para ele para, depois, «subir» para algumas empresas que eram dele. Foi dito que ele precisava de fazer um aumento de capital, precisava de dinheiro e então ele assumia pelas casas em Madrid. Acho que era uma coisa... Parecia a Casa Branca, nos Estados Unidos. Era, portanto, um andar — ouvi falar, eu não conheço! — que andaria à volta dos 4000 m<sup>2</sup> no centro de Madrid. Depois, era também uma vivenda — mas eu não conheço, apenas ouvi falar, é, como dizia o meu colega, «ciência de ouvido»! — nos arrabaldes de Madrid. E, mais tarde, teria havido uma outra — mas que não fez parte naquela altura, penso que foi depois, quando ele começou a cumprir mal — fora de Madrid. Mas eu aí... Na altura, as avaliações que foram entregues no Conselho respondiam à decisão do Conselho.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr. — é a minha última pergunta —, recorda-se de alguma vez o Conselho de Administração ter recusado

algum financiamento ao Sr. El-Assir que tenha sido solicitado pelo Sr. El-Assir?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Perfeitamente.

Foi recusado um financiamento, que foi discutido em Conselho. Depois, pôs-se o problema de quem comunicaria — eu não conheço o senhor — e, na altura, foi incumbido pelo Sr. Presidente (mas foi em Conselho) que quem iria comunicar ao Sr. El-Assir era o Sr. Dr. Armando Pinto. Demorou pouco tempo, direi que demorou 5 ou 6 minutos, não faço a mínima ideia, mas foi uma coisa mesmo... Quando ele chegou, até começámos a rir e a dizer-lhe «Pá, não há dúvida de que, quando a gente quiser mandar dar um recado,...» — isto na brincadeira, são aqueles piropos que se mandam — «... tem de ser o senhor a ir, porque perde pouco tempo.» São aqueles piropos que se dizem.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Srs. Deputados, se me derem licença, pergunto ao Sr. Dr.: foi lá onde?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Não posso precisar, mas julgo que ele estaria no gabinete do Sr. Dr. Dias Loureiro. Estou a dizer isto, mas de momento não posso precisar. Mas penso que sim.

O Sr. João Semedo (BE): — Uma última pergunta: recorda-se em que ano se terá passado esta reunião em que recusaram este crédito ao Sr. El-Assir?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Pois, como disse, eu acho que foi em 2003 ou em 2004, Sr. Deputado.

O Sr. João Semedo (BE) — Isso terá sido o ano em que foi aprovado...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Julgo que depois a materialização do processo durou para aí eventualmente um mês, se calhar nem tanto..., mas não posso precisar. Sei dizer que foi delegado num elemento do Conselho o acompanhamento disso. Depois, esse elemento do Conselho trouxe ao Conselho..., disse ao Conselho que estavam cumpridas as decisões do Conselho e que, portanto, começariam a ser distribuídas as verbas de acordo com os patamares que foram decididos em Conselho.

O Sr. João Semedo (BE) — Pois, Sr. Dr., exactamente, mas o que eu estava a perguntar-lhe era o seguinte: ...

A Sr.ª Presidente: — Sr. Deputado João Semedo, peço desculpa, mas está a fazer um outro leque de perguntas e isso, de certa forma...

O Sr. João Semedo (BE) — Ó Sr.ª Presidente, eu ainda não «saí do sítio»... De certa forma ainda estou com o Sr. El-Assir, ..., ainda não «mudei de cidadão»...

*Risos.*



A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Deputado João Semedo, mas nós fizemos as perguntas todas seguidas...

O Sr. João Semedo (BE) — Sr.<sup>a</sup> Presidente, então é só mais uma, porque há aqui alguma confusão.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Está bem, Sr. Deputado João Semedo. Faça favor.

O Sr. João Semedo (BE) — Sr.<sup>a</sup> Presidente, tanto quanto percebi, relativamente ao Sr. El-Assir, houve um conjunto de operações, ou uma, ou duas, ou três, não interessa, que foram aprovadas e depois — independentemente de o Sr. El-Assir ter ou não cumprido o que estava combinado, não interessa —, em relação a essas que foram aprovadas, o que há pouco lhe perguntei foi se sim ou não houve, já depois disso, mais propostas do Sr. El-Assir que, entretanto, tenham sido recusadas. A minha pergunta é essa.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Sr. Deputado, em relação a isso ele cumpriu durante algum tempo, não muito tempo, infelizmente, e depois começaram a aparecer as execuções fiscais, nós tínhamos uma hipoteca, salvo erro, de acordo com os elementos que havia pela avaliação dava cobertura, numa primeira fase já em terceiro grau. Depois ele começou a deixar de cumprir — isso é do meu tempo e estou à vontade para dizer isso —, depois, quando era «apertado» pelo fisco, por um lado, e pelo banco (salvo erro) Biscaya, que era quem tinha a primeira hipoteca, por outro, e por nós também, ele normalmente vinha tentar renegociar a

dívida, o que lhe foi sempre recusado — isto, pelo menos, foi o que se passou em Conselho. Digamos que nunca mais lhe foi dado qualquer crédito. Mas que foi solicitado, isso é verdade.

O Sr. João Semedo (BE) — Mas não se recorda quando...

Esse episódio que contou de o Dr. Armando Pinto ter sido encarregado de ir falar com ele, não se lembra em que ano foi?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Acho que foi em 2003 ou em 2004, confesso que...

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Srs. Deputados, fazemos aqui uma breve pausa e peço-lhe que não abandonem a sal.

*Pausa.*

Srs. Deputados, parece-me que o Sr. Dr. António Coelho Marinho já está bastante cansado e que agora a nossa reunião será breve.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Melo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito obrigado, Sr.<sup>a</sup> Presidente.

Sr. Dr. António Coelho Marinho, de facto, eu sabia dessa relação de parentesco com o Eng.<sup>o</sup> Francisco Sanches e não o questionei sobre isso porque acho que o parentesco não deve ser argumento para coisa alguma e menos deve fazer presumir o que quer que seja, mas justifica pelo menos alguma proximidade e nessa proximidade, enfim, uma confiança

que os laços vão criando, portanto... Eu tenho o Eng.<sup>o</sup> Francisco Sanches como um administrador que prestou bons serviços ao banco e o que é que me leva a isso? É que, Sr. Dr., fiquei muito surpreendido com a resposta que deu em relação às contas investimento.

O senhor refere os meus informadores, diz: «e se perguntasse aos meus informadores...». Eu já disse isso a uma pessoa que aqui veio prestar depoimento que se algum dia eu revelasse, coisa que nunca farei, aqueles que foram os meus informadores ficariam muito surpreendidos e o Sr. Dr. também. Portanto, poderá «estar a dar o tiro na peça de caça» errada...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Então, lamento. Quando os senhores insistem com quem ouvem falar em nomes, por que é que o Sr. Deputado não dá o exemplo?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Falarei, falarei, falarei! Só que, sabe, Sr. Dr., uma coisa lhe garanto: se eu fosse investigador, se eu fosse polícia, se eu estivesse à procura de responsabilidades criminais falaria tudo, saberia até o que faria... Eu até sei quando as pessoas me dizem coisas que não são verdade — e às vezes não insisto muito porque não interessa nada...

É porque, tal como há pouco a Sr.<sup>a</sup> Presidente referiu, eu tento centrar na vertente política os trabalhos desta Comissão. Ora, o facto de me dizerem coisas que eu sei que não são verdade, pode ter a certeza de que, seguramente até por isso, não me convencem! Porque eu sei que não são verdade, Sr. Dr.! Sei que não são verdade!!

O Sr. Dr., até quando, por exemplo, diz que pode presumir que há pessoas que só sabem do Banco Insular desde Março, quando eu sei que

sabem desde 2002 e desde de 2003...! Veja lá, Sr. Dr.!!... Mas sei mesmo! E perguntarei às próprias pessoas quando aqui vierem e se vierem, e a outras, portanto...

Sabe, às vezes há exercícios que aqui se tentam que até chegam a ser um bocadinho forçados, mas, pronto, eu compreendo-os na perspectiva de cada pessoa que cá vem e daquilo que são os interesses em jogo. Agora, Sr. Dr., nesse *Estado da nação*, há uma pessoa que sabia dele, que era exactamente o Sr. Eng.º Francisco Sanches. E sabia dele desde logo, desde a primeira versão.

O Sr. Dr. veja lá que nesta primeira versão do *Estado da nação*, quando há uma solução de rotura com o Conselho de Administração do Dr. Oliveira e Costa — que o Sr. Dr. preza e porventura bem, trabalhou com ele muitos anos —, o Eng.º Francisco Sanches é exactamente a solução. Eu já aqui o li e vou ler-lhe outra vez para o Sr. Dr. não ter dúvidas — e isto só releva...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Em relação a essa solução eu conheço-a e posso falar dela, embora fosse trabalhada fora do banco, porque tinha, de facto...

Se me permite...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim, sim.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Quero dizer-lhe que, em relação aos accionistas, eu dir-lhe-ei, dos tipos que realmente tinham poder, que 70% eram das minhas relações pessoais e mantêm-se.

Eu sabia não do documento que nunca me foi... Agora, em relação à hipótese de o Sr. Eng.º Francisco Sanches vir a ficar como uma espécie, para a área financeira, de delegado, digamos, da SLN, eu não conheço o documento em particular mas conheço precisamente aquilo que me foi dito pelos Srs. Accionistas.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Pronto.

Mas isto porquê? Porque essa realidade é claríssima neste documento. Dizia-se assim: «De um extremo ao outro - solução de compromisso. Garantir uma transição pacífica. Constituição imediata de uma comissão executiva ao nível do BPN. Constituição do Eng.º Francisco Sanches como CEO por cooptação após renúncia ao cargo do Presidente Dr. Oliveira e Costa. Nomeação da comissão executiva constituída por quatro elementos.»

Isto é de finais, eu diria meados, mas seguramente de finais de 2007. Só que este mesmo documento... E o Eng.º Francisco Sanches sabe muito bem da existência do Banco Insular...! Se há pessoa que sabe da existência do Banco Insular há muitos anos é o Eng.º Francisco Sanches, Sr. Dr.!, como sabem todos aqueles que... Aliás, houve várias pessoas que aqui transmissão de ordens materiais, transferências de dinheiro para o Banco Insular, feitas entre outras pelo Eng.º Francisco Sanches... Portanto, há coisas que nós factualmente aqui já assentámos e não é por vir alguém dizer que não é assim ou que se soube há pouco ou que se sabe desde Março que essa realidade é transformada! Há até juízos de razoabilidade...

Mas por que é que eu invoco este documento, Sr. Dr.? É porque o que o Sr. Dr. disse das contas investimento, quando diz que até era um produto que dava lucro, foi muito surpreendente. Eu vou ler-lhe, deste

mesmo documento que revela isto, o que o Eng.º Francisco Sanches sabia sobre as contas investimento. E vou ler porque são só três páginas em letras grandes e, portanto, nada custa, Sr.ª Presidente, e é útil para a Comissão.

«Contas investimento: Constituem uma forma de financiamento das actividades do Grupo, nomeadamente, os seus fundos imobiliários fechados. Iniciada em 1996, através da colocação directa em carteiras de clientes de acções de empresas imobiliárias como a Parvir e a Sociedade Imobiliária Fábrica do Gelo.

Actualmente, o esquema das contas investimento encontra-se consubstanciado da seguinte forma» (portanto, vamos reportar-nos ao ano de 2007): «venda de aplicações a clientes com taxa garantida; subscrição de unidades de participação de um fundo aberto que detém participações até 20% nos fundos fechados do Grupo; subscrição directa de unidades de participação de fundos fechados imobiliários do Grupo.

Actualmente, as contas investimento representam 375 milhões de euros» (que depois, na segunda versão do *Estado da nação*, passaram para quinhentos e qualquer coisa milhões...) «que, por estarem a ser remunerados acima da taxa média de rentabilidade dos fundos imobiliários, geram um diferencial que é coberto através de valores provenientes do Banco Insular.

A taxa média ponderada das aplicações Contas Investimento actuais (375 milhões) é de 4,501%; a taxa de rentabilidade dos fundos (31/12/2007 *versus* 31/12/2006) foi de:» (e, agora, discrimino-lhe, Sr. Dr.!) «FEI – taxa de 2,423%; Real Estate – taxa de 0,005%; Imoreal – taxa de 4,67% (distribuiu dividendos em 2007); Imoglobal – taxa de 1,179%; Imomarinhas – taxa de 4,150%; Clip – taxa de 0,63%» (e o Sr. Dr. sabe

certamente o que o Clip hoje significa na sequência do Excellence Assets Fund!...).

Para terminar, diz-se: «Contas investimento. O diferencial de remuneração histórico nas contas investimento aponta para um défice de 23 milhões, ou seja necessidades de injectar dinheiro para completar a remuneração.

À data de hoje, o valor acima ascende já a 17 milhões. (Diferença entre a valorização dos fundos *versus* a mobilização imediata das aplicações).

Desde 1999, o montante gasto para cobrir o diferencial entre as taxas das aplicações e rentabilidade dos fundos — remuneração garantida à cabeça do cliente — ascende a 37 milhões de euros.»

E termina assim: «Este assunto representa o maior problema do Grupo: os fundos imobiliários fechados são geridos pela sociedade gestora do Grupo; os seus activos têm ou tiveram na sua maioria ligações a empresas do Grupo; dada a volatilidade dos subscritores — não se vendem unidades de participação mas, sim, aplicações a clientes —, as entidades de supervisão que já conhecem profundamente este assunto»... (Note bem, Sr. Dr.!!, para perceber como as entidades de supervisão já neste altura conheciam, vou repetir-lhe para não haver dúvida), «dada a volatilidade dos subscritores — não se vendem unidades de participação mas, sim, aplicações a clientes —, as entidades de supervisão, que já conhecem profundamente este assunto, podem obrigar o Banco a integrar no seu balanço e conseqüente abatimento aos fundos próprios da totalidade dos activos que compõem os fundos (Imoglobal, Imomarinas, Imoreal, Real Estate), que ascendem, à data de 31/01/2008, a 498 milhões de euros.»

E o último parágrafo — porque não quero maçar de mais a Comissão, muito embora a informação seja muito útil, tenho a certeza — é este: «Adicionalmente, uma parte dos subscritores dos fundos acima mencionados já é detida por empresas do Grupo (BPN, Real, Real vida), o que reforça a ideia de uma gestão de carteiras em prol do interesse do Grupo e conseqüente abate aos fundos próprios.»

Portanto, este era o problema, era conhecido e os fundos de investimento eram o maior problema do Grupo!

O Sr. Dr. diz-me que, enfim, as contas de investimento não deram prejuízo e eu fico estupefacto!

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Sr. Deputado, desculpe-me, admito que a culpa seja minha... Os alunos nunca se queixaram muito — e dei aulas durante muitos anos... Mas admito: a culpa é minha. Pronto, tudo bem...!

Mas, já disse e repito, porque é importante — e repito as vezes que os senhores quiserem e venho cá de manhã, se os senhores me permitirem —, sobre as contas ou aplicações financeiras o que eu disse foi que até 2005 não deram prejuízo, porque — e digo isso, não tenho dados objectivos do ponto de vista da contabilidade — eram distribuídos prémios da rendibilidade. Não ponho em causa que tivesse havido prejuízo depois, quando foram metidos nos fundos... Mas uma coisa é muito certa: o custo médio que aí está..., nessa data, o dinheiro era mais caro cá fora.

Por outro lado, há aí datas em que, sinceramente, para mim, ou houve equívoco na leitura ou, então, as pessoas que fizeram isso estavam...



O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não...!

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Primeiro, referiu 1996. Quem é que pode pôr a data de 1996 quando o Grupo foi assumido em 1998? Desculpem lá...! É história?!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não é 1996, é 1999, Sr. Dr.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Peço desculpa, foi o que disse, tenho uma nota...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Após o ter o terceiro parágrafo, Sr. Dr.?!

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Não, o senhor referiu 1996 e depois referiu a data de 1999...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Sim, mas foi lapso.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Peço desculpa, está escrito... Eu gasto muito papel, Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas se gasta papel, vai ter de gastar outra vez por que isto de 1996 é lapso, é 1999...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Disse 1996...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Se disse, então, enganei-me. É 1999, Sr. Dr.!

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Eu percebo, é que aqui não é bem o Parlamento, não há trocadilho de palavras. É a realidade, eu só...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Eu vou já dizer a realidade...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Depois, em 1999, ainda o Banco não tinha fundos. Em 1999, o Banco não tinha fundos. O problema está nisto!

Quando eu falo em taxa garantida... Desculpe, mas há pouco eu já disse, e mantenho, que há uma diferença (e até nos manuais) entre taxa e rendibilidade. Eu sei que para o comum das pessoas é a mesma coisa, mas não é. É uma questão de conceito.

Quanto ao *Estado da nação*, disse e desafio qualquer pessoa a, na minha frente, olhos nos olhos... É um documento que desconhecia totalmente.

Em relação ao Sr. Eng.º Francisco Sanches, quero dizer que, como faço com todas as pessoas, incluindo família, eu vinha a Lisboa, estava com ele, porque era membro do conselho, mas não ia a casa, ia logo para o Porto. Raramente, só quando havia discussões em conselho e em que ele às vezes dava uma informação, nunca falei de serviço ao Sr. Sanches, primeiro, porque não era uma pessoa que eu conhecesse há muito anos,

conheci-o depois no Banco. Nunca falei de serviço. E, em relação a este documento, garanto-lhe, ele nunca me falou dele.

Mas, repare, eu não vou por aí, o problema que se põe é este: nós não falávamos sobre serviço. Não falávamos, porque acho que não faz sentido. Isto é a mesma coisa, como é dito muitas vezes, que quem trabalha de manhã à noite no mesmo sítio, leva o emprego para casa, e depois, em casa, há problemas desses.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Se o Sr. Dr. me deixasse acabar, é que eu gostava... Depois, respondia a tudo de uma vez.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Não! Desculpe lá, mas o senhor...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Eu desculpo tudo.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — O problema que se põe é este: depois eu tenho de desmontar isto, provando que muitos dos documentos que tem ou que lhe mandam são de pessoas que, eventualmente... Veja quem fazia a contabilidade do BI. Tem de saber quem são essas pessoas e depois vai ver se muitas das pessoas, que vieram aqui dizer que desconheciam, não conhecem. Não é dizer que todos tinham acesso. Essas pessoas ganharam muito dinheiro a fazer a contabilidade. Não é do Banco, se são pessoas do Banco, aí já não vou.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Posso terminar, Sr.<sup>a</sup> Presidente?

A Sr.ª Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Não,...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Eu disse «Sr.ª Presidente». Eu sei que o Sr. Dr. deu aulas durante muito tempo, mas, aqui, quem ainda dirige os trabalhos é a Sr.ª Presidente, Dr.ª Maria de Belém Roseira.

Terminando, quer dizer «continuando», porque eu fiquei nesta parte fundamental...

Vou repetir o parágrafo, vou mostrar, mas não sei se a câmara consegue focar... Está aqui 1999, para que não haja dúvidas, não preciso de gastar muito papel, porque já está escrito. Mas, enfim, leio outra vez: «Desde mil novecentos...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Antes da data... Leia antes...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Dá-me licença? Sr. Dr., estas comissões têm regras: quando uns falam os outros ouvem. Quando o Sr. Dr. fala eu calo-me, é uma questão de respeito, para além do mais.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Tem razão.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Portanto, se me dá licença...

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — De qualquer das maneiras, é só para esclarecer, foi no princípio da citação que o Sr. Deputado leu que houve uma referência a 1996, e foi nessa altura que o Sr. Dr. apontou.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — No início, sim.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — E pode haver uma data de 1996 no início, porque eu também a ouvi.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Tenho uma referência a 1996 no início e tenho uma outra a 1999. Vou ler os dois parágrafos...

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Exactamente, Sr. Deputado, porque convém.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — «Contas investimento: Constituem uma forma de financiamento as actividades do Grupo, nomeadamente os seus fundos imobiliários fechados. Iniciada em 1996, através da colocação directa em carteiras de clientes de acções de empresas imobiliárias, como a Parvir e a Sociedade Imobiliária Fábrica do Gelo.»

E, depois, diz, num outro parágrafo: «Desde 1999,...» — esta é a data em que é fixada o diferencial — «... o montante gasto para cobrir o diferencial entre as taxas das aplicações e rentabilidade dos fundos — remuneração garantida à cabeça do cliente — ascende a 37 milhões de euros».

O Sr. Dr. dir-me-á hoje que quem escreveu isto saberá o que saberá e, porventura, seria, ou não, competente. Mas de uma coisa eu tenho a

certeza, Sr. Dr., tanto este documento como este outro documento, que é uma segunda versão do *SLN — O estado da nação*, de Março de 2008, são documentos de que foram portadores e de que fizeram uso, isto garanto-lhe, Sr. Dr. (independentemente da fonte, e são várias), diferentes conselhos de administração do Grupo SLN. Percebe, Sr. Dr.? O Sr. Dr. dir-me-á...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Não, não percebo.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não percebe, mas eu vou tentar explicar-lhe.

O Sr. Dr. dir-me-á que, porventura, administradores como o Dr. Abdool Vakil leram isto e não corrigiram; antes dele, administradores como o Dr. Oliveira Costa leram isto e, afinal, não teriam o grau de conhecimento que o Sr. Dr. tem, designadamente em relação às datas. Mas que um e outro foram portadores deste documento, garanto-lhe, Sr. Dr. E o facto de as contas investimento serem reflectidas como um dos grandes problemas do Grupo é uma realidade assumida, Sr. Dr. É uma realidade assumida! Esta culpabilização, que é feita, também é feita na sequência das explicações que têm de ser dadas ao Banco de Portugal.

É por isso que quando perguntamos sobre as contas investimento, o Sr. Dr. dizer que, enfim... O Sr. Dr. era o administrador responsável pela zona norte, dir-me-á: «foi aqui dito que representaram 90% das contas investimento». O Sr. Dr. já explicou, nós percebemos e faz sentido. De facto, se a maior parte dos balcões estava lá e não no sul. Logo, faz sentido que a maior parte das contas investimento se situassem a norte, sem dúvida nenhuma. Agora, isto não invalida que, se as contas

investimento dessem prejuízo, enfim, o responsável pela zona norte (logo, pela maior parte desses fundos de investimento) disso devesse saber. Foi só isto, Sr. Dr.

Ou seja, a mim, causa-me estranheza (mas tenho de dar como bom, porque o Sr. Dr. diz que é mesmo assim) que o documento seja capaz de reflectir essas contas investimento como o maior problema do Grupo e o Sr. Dr. Afirme, hoje, que até 2005, pelo menos, elas deram lucro. Pronto, Sr. Dr., vou dar como bom. Afinal, o Sr. Dr., como diz, deu aulas, e eu aqui sou meramente um Deputado que tenta perceber alguma coisa do que se passou ao nível do BPN! Portanto, se o Sr. Dr. Diz que é assim, eu vou dar como bom. Porém, não posso dar tudo como bom.

Quando o Sr. Dr. diz, por exemplo, que, a propósito do Sr. El-Assir, nunca mais foi feito nenhum empréstimo, não é verdade! Não é verdade, como sabe! De resto, eu acho curioso, o Eng.º Sanches ainda, suponho, não era administrador mas já fazia comunicações ao Banco de Portugal. Certamente por competência delegada pelo Sr. Presidente, mas fazia comunicações ao Banco de Portugal. Só que a este propósito, fez aqui o Eng.º Sanches uma confissão que foi muito importante (eu acho) para os trabalhos desta Comissão, fê-lo na última resposta que deu à última pergunta que eu lhe coloquei, necessariamente. Numa comunicação feita ao Banco de Portugal, ainda de 2007, são comunicados vários empréstimos feitos a várias empresas (curiosamente!) sem que fossem prestadas garantias. Coisa extraordinária, e já, em 2007, se notava que a vida não estava fácil! E estamos a falar de milhões de euros.

Daqui a pouco também me dirá se a norte eram feitos estes empréstimos sem garantias.

Mas, entre estes empréstimos, figurava, só em 2007, um empréstimo ao Grupo El-Assir de 8 242 287 euros. Mais de 8 milhões de euros!

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Não tem data?

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — A comunicação ao Banco de Portugal é de finais de 2007. Até lhe digo mais, é de Dezembro de 2007.

Isto para dizer o quê, Sr. Dr.? Para dizer que o Eng.º Sanches fez aqui um reconhecimento muito importante. Sabe qual foi, Sr. Dr.? Estas empresas, que foram comunicadas como sendo do Grupo El-Assir, eram, afinal, do Grupo SLN, e vem exactamente na sequência de uma descrição, que eu aqui fiz, do esquema montado para a saída deste dinheiro e até de quem intervinha — quem tiver curiosidade basta ouvir a acta e voltará a recordá-lo. O que equivale a dizer que o BPN, neste caso, Cayman e outros, emprestavam dinheiro àquilo que se lhes apresentavam como empresas; o dinheiro saía, mas, depois, as empresas não cumpriam. Não se sabe bem para onde foi o dinheiro, só se sabe, e foi reconhecido, que, afinal, estas empresas eram SLN.

Pergunto-me: como? Como? A pergunta faz sentido, porque o Banco de Portugal esteve até esta data, pelo menos até à data dessa audição, convencido de que esse dinheiro que tinha saído não podia ser contado como activo do Banco, como dinheiro do Banco, por haver incumprimento dessas empresas. Só que, afinal, essas empresas não eram do Grupo El-Assir, eram do SLN!



E é por causa de esquemas como estes que, enfim, aquilo a que nós vulgarmente, que não somos nem professores nem alunos, designamos por «buraco» foi aumentado. Foi aumentando! Mas isto para dizer que quando o Sr. Dr. diz que deixou de cumprir e que, portanto, não lhe emprestaram mais dinheiro, não é verdade! Emprestaram mais dinheiro e em condições extraordinárias. Mais ainda: refere uma data, mas o que se percebe é que, apesar disso, estes empréstimos foram feitos sem garantias, o que é extraordinário!

Então, o Sr. El-Assir deixa de cumprir e, apesar disso, é-lhe emprestado, ou, pelo menos, a empresas do Grupo, dinheiro nestes montantes e sem garantias?! Mas isto lembra a alguém?! Como a todas as outras que vêm nesta comunicação, Sr. Dr., de milhões de euros!? Não me faz sentido!

Vou repetir mais meia dúzia de perguntas, às quais o Sr. Dr. responderá mais uma vez.

Não sabia nada sobre a má gestão de risco que era feita na atribuição de créditos no BPN? Muitos desses empréstimos prestados a particulares e a empresas eram dados sem que lhes fosse exigido prestação de garantias reais ou outras? Se for assim, se tiver conhecimento, suponho que sim, tendo em conta a função, é normal? Como é que se explica? Insisto em saber se também não sabia do financiamento a empresas do Grupo feitas através de *offshore*. Falou aqui do Sr. Dr. Luís Caprichoso, a propósito de uma empresa que seria a responsável pela criação de *offshore*, dizendo-nos para lhe fazermos a perguntar — foi isto que disse, suponho.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Foi, foi.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Foi, foi, foi...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Planfin.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Mas ele não fazia as *offshore* para o BCP, nem para o BES, nem para nenhum outro Banco, era mesmo para o BPN ou para o Grupo SLN. E o dinheiro saía do BPN, ou parte dele.

Portanto, não é também querer aqui significar que havia uma pessoa que criava *offshore*... Os *offshore* só têm relevância a partir do momento em que neles entre dinheiro que não deveria ter entrado, ou não é assim?! Mas esse dinheiro entra de onde? Entra do BPN, onde o Sr. Dr. era administrador. Portanto, não é só chegar aqui e dizer «Bom, havia alguém que fazia essa contabilidade, perguntem a ele». Claro que sim, gostava muito de poder ter perguntado muita coisa...!

Mas isto serve para se perceber, Sr. Dr., que, aqui, enfim, aquela coisa da responsabilidade em compartimentos estanques, a mim, não faz muito sentido, ou, pelo menos, ainda não me foi explicado, ainda não me foi dada qualquer explicação que me fizesse muito sentido.

Portanto, Sr. Dr., a este propósito, uma vez que o dinheiro saía do BPN, pergunto: o Sr. Dr. não sabia disto? O Sr. Dr. não verificava estas saídas de dinheiro do BPN para as *offshore*? Sendo que se eram criadas era porque alguém lhes pedia, não?! E já agora, com esse grau de certeza de quem sabe que foi aquela empresa e aquela pessoa, pergunto-lhe: quem dava instruções a essa pessoa e a essa empresa para criar as

*offshore*? Lembra o Dr. Miguel Macedo, com muita razão, que criar *offshore* custa dinheiro, pagar a procuradores,...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Eu posso responder.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Estou quase a acabar, Sr. Dr. Peço-lhe que contenha um bocadinho mais essa impaciência, que é natural, porque eu também...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Desculpe lá, estou aqui,...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Eu até prefiro que esteja em pulgas!

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — ... mas estou doente.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Eu sei.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Eu vim cá, porque não tenho receio nenhum de discutir com o senhor, olhos nos olhos,...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Claro, mas isso é ótimo!

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Lamento é que o Sr. Deputado não conheça muitas coisas e, sem as ouvir...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Eu também lamento!

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Não posso estar a explicar como é que funciona um banco, nem uma empresa,...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Não, não!

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — ... porque seria desgastante, seria pouco simpático. A ideia que eu tenho é que o senhor não tem a noção de como funciona um banco.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Talvez...!

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Eu percebo, é um político de profissão!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Claro, eu sei, Sr. Dr.! Ó Sr. Dr. até sei mais, também tivemos um Banco cheio de administradores e hoje temos o que temos! Não é, Sr. Dr.? Se calhar, se o BPN tivesse sido gerido por políticos, a coisa tinha funcionado melhor. Digo eu, porque, a avaliar pelo que temos, afinal, os professores e os gestores também não deram grande conta disso, as não vamos por aí...!

Sr. Dr., estou aqui a tratar este assunto, acredite,...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Com muita demagogia.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — É o que o Sr. Dr. quiser. Estou a colocar-lhe questões e, se quiser, responde; se não quiser, não responde.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Oh...! Por amor de Deus!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Portanto, queria dizer-lhe, Sr. Dr., que sou político, é verdade, sou eleito, e é na assunção dessa responsabilidade que aqui faço as perguntas. Também penso que há muita coisa que é pena, enfim... Até estou a pagar pelo BPN — veja lá! —, porque os políticos também pagam impostos.

Gostava que me dissesse, Sr. Dr., se em Março/Abril de 2008 o BPN foi obrigado a assumir, na sua carteira própria, unidades de participação que estavam nas contas de investimento. E mais até, Sr. Dr.: se as contas de investimento davam lucro, por que é que terminaram?

Sr. Dr., a acabar — agora, sim, Sr.<sup>a</sup> Presidente —, queria dizer-lhe que não me respondeu à pergunta, certamente, porque, porventura, não sabia na primeira ronda ou desconhecia, sobre a questão do crédito prestado para aquele terreno de Oeiras e, depois,...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Respondi, respondi.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Respondeu? Então, não tomei nota, peço desculpa.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Mas posso repetir-lhe outra vez. Não tenho problema nenhum.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Ótimo, se achar que deve.

Queria perguntar-lhe quantas pessoas é que, hoje — já que diz que antes não conhecia e dou como boa a resposta —, tem noção de que sabiam da existência do Banco Insular, quem transferia dinheiro para o Banco Insular, sob as ordens de quem e para quê.

Para terminar, queria que o Sr. Dr. percebesse só uma coisa. Eu não queria que levasse a mal esta circunstância, que sempre tive como muito clara. Há muita coisa que não sabemos. Aliás, diria que não sabemos quase tudo, infelizmente. Mas temos a obrigação, cada um ao seu jeito, de tentar apurar a verdade, fazendo as perguntas como sejam. O Sr. Dr., se quiser, responde; se não quiser, não responde. No entanto, tem de perceber que não é por isso que eu vou deixar de lhe fazer as perguntas.

Muito obrigado.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Tem a palavra, para responder, o Sr. Dr. António Coelho Marinho.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Sr. Deputado, tenho muito gosto em responder-lhe.

A mim, choca-me, um pouco, tornar-me repetitivo e o Sr. Deputado fazer considerandos que não têm nada a ver com realidades. Como compreende, nós não podemos saber tudo. Penso que a filtragem das informações que dão deve ter algum rigor e que não tem, muitos deles... Já lhe disse: pergunte a quem fez esta contabilidade! Não sei por que é que o Sr. Deputado e outros não fazem essa pergunta. Pode perguntar e

eu respondo. Se souber, não tenho problema nenhum em responder; se não souber, é evidente que não vou inventar. Se os senhores querem que eu invente, eu não faço isso.

Quanto à primeira situação, repito-lhe e desafio qualquer pessoa. Eu desconhecia a 100% o *Estado da nação*, esse tal e célebre documento. Nem a primeira, nem a segunda, nem a terceira versão...

Em segundo lugar, como o senhor leu, devo dizer que as pessoas que fizeram este documento deviam estar a pensar noutras coisas e não no que estavam a fazer. E vou dizer porquê. Primeiro: o Grupo nasceu no dia 8 de Janeiro de 1998. As datas que estão para trás são 1996... E falar já em fundos?!... Desculpe, mas não inventem fundos... Eu não sei se as pessoas informam para diluir as responsabilidades ou se, realmente, querem estar aqui a ver se trocam as coisas.

Sugiro, pois, que leia o *Diário da República*. O banco apareceu em 8 de Janeiro de 1998. Como é que o senhor me faz referência a 1996 e diz que já havia fundos?! Desculpe, não estou a dizer que é o senhor que faz, mas é o documento que diz isso. E digo isto com toda a franqueza, não quero que leve a mal. Eu sou muito espontâneo e não quero que leve a mal, porque não tem nada de pessoal. No entanto, há-de compreender que, em relação aos seus considerandos, tenho de fazer alguns apartes. Porque não é possível! O senhor vai ao *Diário da República* e está lá: o Grupo BPN nasceu em 8 de Janeiro de 1998. O senhor vem-me falar em 1996... Fundos não existiam. Não posso precisar, mas os primeiros fundos só nasceram em 2000.

Em segundo lugar, eu não neguei que a questão financeira não tivesse dado prejuízo, mas disse no início que, até 2005, não deram

prejuízo. Foi isso que eu disse. Não disse que elas não tinham dado, disse que, até 2005, não deram prejuízo. Disse e mantenho.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Deixe-me ler uma carta, apenas para ver se isto faz algum sentido.

É a seguinte: «Na sequência dos acordos firmados com V. Ex.<sup>ª</sup>, aquando dos convites que me dirigiu, o primeiro para o projecto do Finibanco SA em 1994 e em 1997 para o projecto BPN, decorria, quer do primeiro quer do segundo convite, que a entidade patronal assumiria determinadas responsabilidades e, entre elas, um complemento de reforma que me seria atribuído aos 65 anos ou, antecipadamente, por invalidez presumível.»

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Sim, confirmo isso.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Faz sentido?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Faz sentido, o quê? Desculpe, mas, quando negoceio com alguém... Só me faltava que, agora, até os Srs. Deputados me viessem criticar a forma como eu negociei.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — As datas... Veja as datas.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Não, não! Desculpe, quando fui, em 1994, para o Finibanco, impus umas condições. Quando fui convidado para este Grupo impus outras, porque aí recebi outras responsabilidades. Portanto, desculpe, mas está aí a resposta...



O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — O Grupo já existia em 1997?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Em 1997? O Grupo que foi assumido pela direcção do Dr. Oliveira Costa foi em 8 de Janeiro de 1998. Não foi em 1996! O senhor está a falar-me em 1996?!... Desculpe, Sr. Dr., mas aconselho-o a ler o *Diário da República*, está lá escrito...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Está aqui.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Então, para que é que está a teimar numa coisa que é evidente?! Quer ver se cansa as pessoas com isso. É evidente!

Em relação às minhas condições, eu disse aqui – aliás, autorizei o Sr. Deputado a pedir o meu acordo, mas, pelos vistos, o Sr. Deputado já o tinha aí... Está de parabéns, confirma aquilo que eu disse. A minha negociação foi sempre em termos líquidos, mesmo o complemento de reforma, que me estão a pagar — nem eu o vou querer parar, não faltava mais nada.

Quanto à situação que eu falo aqui, em Dezembro de 2007, talvez haja uma confusão com o Banco de Portugal ... Repare: eu disse-lhe «até 2005». Eu não conheço essa comunicação que foi feita ao Banco de Portugal.

Eu, aqui, defendi duas teses: uma que o produto é perfeitamente legal, é um produto que toda a banca tem, eventualmente com outros

nomes; segunda que havia um impresso que era assinado pelos clientes; terceira que era do conhecimento das auditorias e de toda a gente.

Quando eu deixei, em 2006, e um colega meu ficou com aquilo, a coisa que ele pôs em conselho é que dava muito trabalho o controlo dessa situação. E eu disse: isso é verdade, porque não havia um sistema informático para aquilo e era verdade que o controlo era complicado. E porquê? O Grupo arranca e é evidente que a concorrência... , Como li num jornal, por que é que o banco pagava taxas (e eu acho piada, porque são pessoas que não têm noção do que é um banco) acima da média do mercado, em vez de se ir financiar no mercado interbancário? Desculpe, mas se o senhor decide arrancar com um banco, a primeira coisa que a concorrência faz é tentar «apertar-lhe o pescoço»... É mais um concorrente. O senhor acha que vai financiar um Marinho qualquer para ele deixar de lhe fazer concorrência a si? Não vai. As linhas de crédito não tinham a ver com outras coisas, mas com o facto de ser mais um concorrente.

Depois, dizem que era colocado no mercado interbancário abaixo do preço que mede o dinheiro!? Garanto-lhe uma coisa: todos os bancos fazem isso no mercado interbancário. Todos, sem excepção! Excepto a Caixa Geral de Depósitos, porque tem montantes elevadíssimos de depósitos do Estado, com taxas baixíssimas, e permite-lhe uma taxa média do custo do dinheiro muito abaixo daquela que tem toda a banca. Os outros bancos, que andam no mercado interbancário por 24 ou 48 horas, é sempre abaixo do custo do dinheiro.

Mas, então — como eu li —, por que é que eles fazem isso, visto que só perdem dinheiro? É evidente que a questão é esta. Tem de haver uma margem de segurança, porque, senão, podem, de um dia para outro,

sair 400 ou 500 milhões e, depois, como é? Não há dinheiro? Vai dizer-se a um cliente que não há dinheiro? Tem de haver uma margem de segurança. Tem custos? Tem-se, com certeza. Todos os bancos têm esses custos. Normalmente, como é que isso é calculado? Calculam o risco em função dos depósitos e dos créditos para ver a segurança que têm. E, depois, têm, como o nosso, mais tarde, quando eles viram que não nos conseguiam pôr fora do mercado e começamos a ter também linhas de crédito não só em Portugal, como no estrangeiro. Para isso, foi preciso termos o *rating*, porque no estrangeiro só se negociam linhas de crédito com o *rating* internacional e não com o *rating* que é dado por empresas nacionais, porque cá dentro aceitam, mas lá fora dizem: «Até logo! Eu venho já...!».

Portanto, só a partir da altura em que tivemos o *rating* internacional, é que começámos a ter linhas de crédito que eram muitas vezes utilizadas, porque eram mais baratas que as daqui e eram de milhões. Portanto, quando disse: «Então, mas por que é que...?» Não, desculpe. Não iam, porque é evidente. Quer dizer, a pessoa não vai estragar o negócio...

Portanto, repito: as Contas Investimento, até 2005, deram lucro; a partir de 2005, não respondo. Já em 2008, foi abordada no conselho a situação que o Sr. Deputado colocou, que, tendo em conta que uma parte do dinheiro foi colocada em fundos, a realidade dos fundos, a partir de meados de 1997, foi abaixo, e havia um referencial entre a situação que se tinha de pagar aos clientes, assumida pelo banco, e aquilo que os fundos davam.

Isso é verdade, mas inicialmente, em 2007, quando foi colocado o problema, o que o meu colega disse foi que aquilo dava muito trabalho a

controlar e que precisava de uma equipa muito grande. Eu, em relação à que tinha no norte... Quando chegava sexta-feira (posso provar isso), a pessoa que tinha a responsabilidade de me controlar isso, tinha de pôr em cima da minha secretária os vencimentos e eu comunicava para os serviços centrais ou para englobar o capital e os juros, ou pagar os juros ou, então, tirar o dinheiro.

Repito: não disse que sempre deram lucro. Não foi isso que eu disse. Peço desculpa, porque é preciso precisar as palavras e, depois, é complicado.

O Sr. Deputado voltou a falar nos *offshore*. Garanto-lhe uma coisa: que alguém diga, se algum dia os *offshore* foram discutidos no conselho, na minha presença. Eu fui a quase todos os conselhos. Felizmente, a saúde permitiu-me e fui à maior parte dos conselhos, excepto quando estava de férias. Também tive direito a férias. Nunca os *offshore* estavam... E normalmente os *offshore* eram feitos pelo *private*. Não estou a dizer que o Luís Caprichoso tivesse aqui inventado *offshore*. Não estou a dizer isso.

Julgo que este financiamento de que me fala desse senhor muçulmano ou árabe (como queira chamar), tem a ver, se calhar, com financiamentos feitos com pelos *offshore*. No conselho, na minha presença e que eu tenha presente, a partir daquele momento, não houve mais crédito.

Diz assim o senhor «Mas, se calhar, houve...». Admito, porque essa comunicação surgiu quando o Banco de Portugal perguntou: «O que é que se passa com isto? Com esse cliente?». O que não quer dizer que a decisão tenha sido tomada naquela altura. Mas não posso precisar e gosto de ter rigor naquilo que digo e afirmo. No entanto, no banco, com a minha presença, depois desta altura em que foi dito «não há mais nada para

ninguém», não houve. No entanto, se foi financiado através de *offshore* ou isso, sinceramente, é uma área que eu não conheço e, portanto, não me posso pronunciar.

Não vale a pena teimar, porque eu garanto-lhe uma coisa: haja alguém que me diga, olhos nos olhos, na minha presença, se eu tinha algum conhecimento de *offshore*, seja o Manuel, o Joaquim ou o António, qualquer pessoa do banco...

Quando me fala do Eng.º Sanches, há que ponderar bem uma confusão muito grande. O Eng.º Sanches nunca foi administrador do BPN. Nunca foi! O Eng.º Sanches era chefe do gabinete do Sr. Dr. Oliveira Costa e, nesta qualidade, assistia aos conselhos, mas não tinha qualquer intervenção directa, a não ser, de vez em quando, o Sr. Presidente Oliveira Costa pedia-lhe: «Olhe, lembre-me disto». Não tinha poder de decisão.

As *offshore* de que o senhor fala, se calhar, nasciam na SLN ou na SGPS. Portanto, não vale a pena estar a teimar numa situação que não existe. Isto é: eu não estou a dizer que elas não existam, mas nada têm a ver com o BPN. Como eu já disse, eu era administrador do BPN. Tive, depois, cargos não executivos no *factoring* e na área da saúde, portanto nada têm a ver com isso.

Põe, depois, o problema dos fundos. Eu, muito honestamente, quero dizer-lhe uma coisa: os fundos tinham uma acção autónoma que eu... Se me pergunta assim: mas quando era feita a subscrição das unidades de participação, que era feita nas agências e não passava por mim, nem tinha de passar... Os fundos solicitavam um determinado fundo que estava a dar determinada rentabilidade, ia para a área comercial, tinham de mandar uma cópia para mim, e a área comercial muitas vezes tinha prémios para ver, ao longo do mês, os fundos, atingiam determinado

patamar. Era a área comercial que fazia aquilo e aquilo ia da área comercial das agências para os fundos directamente. Portanto, eu não tenho qualquer responsabilidade em termos de fundos, mas, se tivesse, também a assumia.

Quanto à má gestão do risco no BPN, quero dizer-lhe uma coisa: eu passei por três bancos e, na altura que entrei para o BNU, este banco ainda era um banco emissor no Ultramar, como sabem, e era só o maior banco nacional em termos do volume de negócios, tendo em conta o Ultramar. Depois, estive no Finibanco, também com responsabilidades de topo.

Portanto, para dizer se há ou não má gestão do risco tenho de dizer que – e já o disse aqui mais de uma vez e volto a dizer que – quando a equipa do Dr. Miguel Cadilhe (e a conversa foi com ele e com o Dr. Meira Fernandes) disse que, com certeza, que tenho cometido erros. E não tenho dúvidas de que cometi; agora disputo a decisão naquele momento. E, quando falam em decisão, é importante que o Sr. Deputado tenha presente que o facto de eu dizer que não não quer dizer que a operação não seja aprovada, porque o poder é do conselho. Quando eu dizia que não, estão lá os meus pareceres. O conselho dizia que sim, éramos sete, era sete a um. Também é assim que acontece aqui na Assembleia... Quando há votações, vence a maioria. Agora, estava lá aquilo que eu pensava. O Sr. Deputado peça o diário de operações e vai ver que em algumas operações está claro...

As pessoas não sabem como funciona um banco, depois é complicado e há pessoas que vêm para aqui... E eu disse há pouco ao Sr. Deputado e repito-lhe que em relação a muitas das coisas que lhe põem nas mãos — e não estou a culpá-lo — devia fazer uma triagem, porque

algumas pessoas, que, se calhar, têm, muita culpa no cartório, querem diluir responsabilidades. Ora, eu não vou por aí, nem falo em nomes, porque acho que não devo. Cada um assuma a sua, porque eu assumo a minha, sem qualquer problema!

Quero repetir mais uma situação, que é esta: a área comercial do banco não tinha acesso às plataformas internacionais. O BPN Internacional tinha... O IFI, que é em Cabo Verde, mas é legal, tinha plataformas internacionais a que a área comercial não tinha acesso do ponto de vista informático. Não tinha acesso!

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — O Banco Insular também não?!

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Desculpe! No Banco Insular, por aquilo que sei ultimamente, havia um número muito restrito de pessoas — e não vou dizer nome, mas, provavelmente, os senhores já sabem quem são — que tinha acesso, que eram os executores e não sei se também os decisores, dessa situação. Se calhar, eram quatro pessoas! Se calhar, os senhores já sabem quem são, não vou falar em nomes. Eram os únicos que tinham acesso a esse... Agora, quando as pessoas vêm para aqui e dizem: «Toda a gente tinha acesso!...». Não brinquem comigo!

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Mas isso não fomos nós que dissemos!

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Desculpe! Eu sei que não! Eu sei que não!

Devo dizer que sei mais do Grupo em 2008 do que soube nos 11 anos para trás. De facto, já disse aqui, eu era um bocado tótó no meio daquilo tudo, tenho de o reconhecer.

Peço-lhe imensa desculpa, se houve aqui alguma coisa que me passou, agradeço que me diga.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Só uma dúvida: o Sr. Dr. referiu ter exercido funções na Nexpart - SGPS?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Onde?!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Na Nexpart.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Sim, disse. Já respondi aqui ao Sr. Deputado.

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Muito bem!

Sr. Dr., agradeço-lhe as úteis respostas que deu, acho eu, pelo menos naquilo que pôde esclarecer.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Eu agradeço a todos os Srs. Deputados e continuo à vossa disposição; agora, não contem comigo para fazer demagogia. Eu aquilo que sei digo-o, sem qualquer problema. Graças a Deus, passei por muitos lados e por onde passei as pessoas têm muito respeito e consideração por mim.

Aqui a Sr.<sup>a</sup> Presidente sabe que passei pelo Ministério da Saúde, foi lá que nos conhecemos e tive muito gosto em encontrar-me lá num



encontro de trabalho e ainda hoje e no tempo que a Sr.<sup>a</sup> Presidente foi Ministra fui convidado para voltar à saúde. Ainda hoje voltei a ser convidado. Portanto, estou perfeitamente à vontade. Agora, a minha forma de ser, porque, por um lado, sou do norte e, por outro, sou muito frontal, e com isso a minha carreira em algumas situações, até bancária...

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Eu palpita-me que eu até sou mais do norte, veja lá! Porque eu sou minhoto e o Sr. Dr. é de Matosinhos, tanto quanto sei...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Também sou minhoto!

O Sr. Nuno Teixeira de Melo (CDS-PP): — Também é minhoto! Então, está a ver, Sr. Dr., somos os dois!

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Eu estou a ver que há aqui uma maioria de gente do norte, a começar pela Presidente, que é do Porto.

O Sr. Deputado João Semedo também quer colocar questões. São muitas questões, Sr. Deputado?

O Sr. João Semedo (BE): — Não, Sr.<sup>a</sup> Presidente, são meia dúzia,

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Ó Sr. Deputado, meia dúzia!

O Sr. João Semedo (BE): — Eu coloco-as uma a uma, porque é rápido responder-lhes. Pode ser?

A Sr.ª Presidente: — Faça favor.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., mais uma vez, desculpe, mas, só para concluir, quero perguntar-lhe o seguinte: o Sr. Dr. disse-nos que, apesar de já no final do mandato do Dr. José Oliveira Costa ter havido uma primeira discussão para a regularização de remunerações pagas por fora, digamos assim, foi no tempo do Dr. Abdool Vakil que isso ficou resolvido.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Em relação a mim, sim.

O Sr. João Semedo (BE): — Eu julguei que tivesse sido relativamente a todos.

O Sr. Dr. António Coelho marinho: — Não!

Ó Sr. Deputado, se calhar, seria mais rápido, se me permite, Sr.ª Presidente.

A Sr.ª Presidente: — Faça favor.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — É que, como lhe disse, e não vou falar em nomes, havia poucos... Penso que, na altura, o único que estava prejudicado em relação aos meus colegas — e não só do conselho, nada de confusões, porque havia outras pessoas que também tinham esses acordos, mesmo directores — era eu, porque não tinha... Apesar da confiança que eu tinha pelo Sr. Dr. Oliveira Costa, eu não era capaz de chegar ao fim do mês e dizer: «Desculpe lá, e o resto!». Mas a maior parte

dos meus colegas aí... Eu era um bocado tótó, estava a financiar o banco com o meu dinheiro.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., a pergunta que lhe quero fazer é esta, e não é relativamente a si: mas o Dr. Abdool Vakil, quando, correndo o risco de ser incompreendido e até injustiçado, aumentou as remunerações de alguns membros do conselho, de directores ou lá de quem tenha sido, para incorporar na remuneração todas as outras remunerações que eles recebiam por fora, fez algum esforço de regularização dos IRS que estavam para trás?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Ó Sr. Deputado, é uma resposta que eu não lhe sei dar.

O que sei é o seguinte: repare, eu era o mais prejudicado deles todos, como compreende, mas quando ele entrou, não tinha capacidade — e eu admito que não — para poder fazer aquilo que fazia o anterior presidente.

E, portanto, punha-se um problema, e havia colegas que diziam: «E agora como é? Eu vou ter um abatimento ao vencimento?». Diziam, e com razão! Do Dr. Vakil sabia que, em meados de 2007, alguém disse «Nós estamos aqui desde...» Alguns, como no meu caso, porque outros não eram há tanto tempo, não eram aumentados desde 2000. Repare que os vencimentos teoricamente sabiam-se, mas na prática podiam não se saber. Eu sabia quanto ganhava e não tinha quaisquer problemas de o dizer. Aliás, o Sr. Deputado do CDS até tem lá o meu contrato e não sei que quantidade corresponde àquilo que eu disse ali ao Sr. Deputado Honório Novo. Porque o meu acordo foi um acordo... Diz assim: «Há mas

um acordo destes não se faz!» Desculpem. A legislação do País ainda diz que há liberdade contratual.

Portanto, o Dr. Oliveira Costa já queria fazer isso, disse que, de facto, iria haver um aumento e, depois, quando fosse do aumento, regularizava essa situação. O aumento seria de  $x$  e, depois, havia o problema do imposto que, enfim, seria incorporado.

Depois, o Dr. Vakil, como andava muito pelo estrangeiro e não ia, antes de ser presidente, a todos os conselhos, só ia quando estava cá, disse que, perante esta situação, tinha o meu caso para resolver. Porque a ideia que tenho — e isto não tem rigor — é que, em 2006, em relação a algumas pessoas que estavam em atraso, terá sido regularizada a situação. Eu não tenho documentos e, portanto... Mas terá sido. A pessoa a quem nunca foi regularizada fui eu, porque não ia lá bater à porta. E, na altura, quando se pôs o problema, eu disse «Mas como é?!» e, foi-me dito pelo Sr. Presidente que as únicas pessoas a quem não tinha sido regularizada a situação tinha sido eu e ele. E eu disse: «Mas o senhor pode e eu não!».

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., ainda relativamente a isto, vou dizer-lhe quatro nomes e agradeço que o Sr. Dr. me diga se os conhece ou não. O primeiro chama-se José Manuel Lobo Sousa. Este nome diz-lhe alguma coisa?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Engenheiro?!

O Sr. João Semedo (BE): — Diga!

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — É engenheiro, não é?!

O Sr. João Semedo (BE): — Não conheço a profissão, só conheço o nome.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Há um nome que estava na imobiliária que tenho a impressão que tem esse nome.

O Sr. João Semedo (BE): — E Ana Paula Gomes Pereira?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Ana Paula...

O Sr. João Semedo (BE): — Ana Paula Gomes Pereira.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Penso é directora dos recursos humanos.

O Sr. João Semedo (BE): — Não ouvi, desculpe, Sr. Dr.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Penso que é directora dos recursos humanos. É Ana Paula e admito que seja Pereira, porque o tio dela...

O Sr. João Semedo (BE): — Ana Paula Fuentes Gomes Pereira.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Como?!

O Sr. João Semedo (BE): — Ana Paula Fuentes Gomes Pereira.

E o Sr. Manuel Moura?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — O Sr. Manuel Moura, em 2006, 2007 e 2008, dependia de mim.

O Sr. João Semedo (BE): — Era do sector comercial?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Não, não! Era da Direcção de Investimentos.

O Sr. João Semedo (BE): — E o Sr. Francisco Valgode.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Francisco...

O Sr. João Semedo (BE): — Francisco Valgode. É cunhado do Sr. Luís Caprichoso.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Não!

O Sr. João Semedo (BE): — O Sr. Dr. não é obrigado a conhecer o mundo todo!

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Admito que nunca me tenha cruzado com ele, mas até me posso ter cruzado, não faço a mínima ideia.

O Sr. João Semedo (BE): — É que estes nomes integram também uma lista destas remunerações pagas em numerário, sobre as quais tanto eu, como os Srs. Deputados Honório Novo, Leonor Coutinho e Nuno Melo falámos.

É que estas remunerações de que temos estado a falar, para além de terem origem ou terem estado em algum momento estacionadas em sociedades *offshore* e de terem sido entregues em numerário a colaboradores do Grupo, têm uma outra característica, é que não surgem no registo das contas do BPN, e esta característica é até a mais importante. Agora já é tarde para voltarmos a esta discussão, mas qualquer um de nós se esqueceu de dizer este pequeno pormenor.

Elas têm muitos pontos em comum: primeiro, passaram por plataformas *offshore*; segundo, foram distribuídas em numerário; terceiro, foram distribuídas a colaboradores do Grupo; e, quarto, não surgem registadas nas contas do BPN, podendo estar depois consolidadas noutra sítio qualquer.

Mas não voltemos a isto, eu só queria fazer as duas últimas perguntas, porque a Sr.ª Presidente já está com um ar... é que já estou a exceder o meu tempo.

A Sr.ª Presidente: — Contei as perguntas e, como o Sr. Deputado disse que eram meia dúzia, meia dúzia, para mim, são seis...!

O Sr. João Semedo (BE): — Meia dúzia por mão, porque eu tenho seis dedos em cada mão.

*Risos.*

Mas passo às minhas duas últimas perguntas.

O Sr. Dr., no mandato do Dr. Abdool Vakil, tomou conhecimento de alguma iniciativa do Dr. Abdool Vakil junto do conselho de administração (admito eu) para regularizar os créditos do Sr. El-Assir? Lembra-se de alguma iniciativa, de alguma diligência do Dr. Abdool Vakil para que os créditos malparados do Sr. El-Assir fossem regularizados?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Sr. Deputado, ele já era o Presidente quando foi decidido executar as hipotecas. Disto lembro-me, não me pergunte em que data, mas foi decidido uma vez que havia tentativas de contactos e ele não respondia. Há já meio ano que não respondia. Então, o conselho decidiu executar.

O Sr. João Semedo (BE): — Depois, quando o Sr. Dr. Abdool Vakil voltar cá, far-lhe-ei uma pergunta sobre isto.

Passo à última pergunta, que é fatal, tenho mesmo de a fazer: afinal de contas, quem é que fazia a contabilidade do Banco Insular?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Eu disse — peço desculpa ao Sr. Deputado — à pessoa mais bem informada em relação a papéis, o Sr. Deputado Nuno Melo, e peço desculpa por falar nele e ele não estar aqui, para perguntar às pessoas que deram as informações (eu sei quem são, posso não saber todas), porque elas sabem explicar quem é que fazia a contabilidade.

Portanto, quando as pessoas dizem «eles faziam a contabilidade...»... Eu soube muito mais tarde, soube já em Outubro de



2008. É por isto que eu digo que o Banco de Portugal (e não estou a defender o Banco de Portugal, nem estou a atacar...) não tinha hipótese de lá chegar, por aquilo que eu sei, porque a contabilidade era feita por uma empresa que era detida por algumas pessoas que...

O Sr. Deputado sabe, ele quer manter a fonte viva, enquanto... Peço desculpa, estão aqui senhoras, e eu ia dizer uma asneira... Quer espremer...! Ia dizer uma coisa, mas não digo! O resto...

O Sr. João Semedo (BE): — Vou dizer uma coisa que não o vai surpreender: nem com os bons ofícios do nosso Senhor Jesus Cristo o Deputado Nuno Teixeira de Melo me responderá a essa pergunta. Portanto, é muito mais fácil ser o Sr. Dr. a responder do que ele.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Mas, Sr. Deputado, o problema que se põe é este: eu até compreendo e não estou... Percebo, mas ele também não pode, e foi por isto que eu... Não me irritei, mas fui mais caloroso na resposta, mas não pode... Ele diz que não diz as informações, muitas delas muito deturpadas e outras sem rigor nenhum. Veja aquele documento que tem as datas, não têm nada a ver uma coisa com a outra... Nós estamos aqui, na Assembleia, numa Comissão, com alguma responsabilidade e por isso vim cá, e tive muito gosto, quando a Sr.<sup>a</sup> Presidente me convidou. A minha saúde não está muito boa, mas eu vim com muito gosto...

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Sr. Dr., deixe-me dizer-lhe que está fantástico. Fez-lhe muito bem vir aqui.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Mas não pode, de ânimo leve, evocar documentos, cuja credibilidade, no mínimo, é muito duvidosa. E as pessoas que lhe fornecem, algumas das pessoas que lhe fornecem, se calhar, são «doutorados» no Banco Insular.

Fico-me por aqui. Pergunte-lhe e ele que lhe diga.

O Sr. João Semedo (BE): — Sr. Dr., faço-lhe a pergunta de uma outra maneira.

Percebo que não queira dizer o nome...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Peço desculpa, Sr. Deputado, mas, por princípio...

O Sr. João Semedo (BE): — Sim, percebo isso.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — O Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo não está cá, mas há pouco o Sr. Dr. fez uma menção nesse sentido, para perguntar às pessoas que tinham enviados os documentos.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Exacto.

O Sr. João Semedo (BE): — Mas não pode, pelo menos, dizer-nos o nome da empresa que fazia essa contabilidade?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Eu acho que... Não vou dizer o nome da empresa. Era uma empresa *offshore* que era detida por algumas pessoas, por alguns informadores.

Fico-me por aqui.

*Apartes inaudíveis.*

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Os Srs. Deputados João Semedo e Honório Novo têm «traumatismos» em relação a informadores, porque são de partidos que foram muito perseguidos por eles.

*Risos.*

Sr.<sup>a</sup> Deputada Leonor Coutinho, são mesmo apenas três perguntas, as que vai colocar ao Sr. Dr. António Coelho Marinho?

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Não, Sr.<sup>a</sup> Presidente, ficaram reduzidas a duas, porque uma delas já foi feita.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Tem a palavra, Sr.<sup>a</sup> Deputada.

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Sr. Dr., já que referiu esse ponto, e eu já perguntei anteriormente e não tive resposta, pergunto: a partir de quando é que o Banco teve *rating* e qual era? Pergunto, porque só tive a resposta de qual era o *rating* pelo Dr. Meira Fernandes. Mas, anteriormente, qual era o *rating* do Banco?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Era BBB. Agora, não posso precisar, mas tenho isso em casa, porque foi uma coisa... Mas acho que era BBB...

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Já agora, gostava que mandasse, se não se lembra...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Sr.<sup>a</sup> Deputada, quando entrou a equipa do Dr. Miguel Cadilhe, tinha descido...

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Tinha descido muito.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Tivemos uma comunicação da empresa de *rating* que desceu o *rating* e uma das partes que eles mencionavam era a notícia nos jornais, mas não só, também há as análises que eles fizeram... Não posso precisar, mas acho que foi em Março que houve uma descida e, depois, houve uma outra, uma segunda descida, ainda eu lá estava, julgo que terá sido em fins de Maio, princípios de Junho.

Portanto, quando o Sr. Dr. Meira Fernandes chega lá, o *rating* nacional tinha baixado dois escalões. Tenho a ideia de que eram BBB. O nosso *rating* era mais ou menos igual (numa das empresas era igual, eram duas empresas *rating*) ao do Banif.

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Sim, mas vê algum inconveniente em dar...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Não, a única coisa que tenho de ver é se tenho em casa, se não tenho de pedir. Eu consigo-lhe isso, não tenho problema nenhum.

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Eu acho que não é segredo nenhum!  
Mas eu precisava de os ter com as datas, de facto.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Aquele que teve inicialmente.

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Muito obrigado.

Em segundo lugar, uma precisão em relação a algo que aqui disse. Referiu aqui a recusa de financiamento ao Sr. El-Assir, que, como disse, foi comunicada pelo Dr. Armando Pinto. Pergunto: essa recusa foi anterior ou posterior à concessão do crédito, que também aqui foi referido com a tal garantia imobiliária?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Foi posterior.

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Foi posterior.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Foi para além de. E eu disse na altura... Mas houve consenso no conselho, inclusivamente do Sr. Presidente, penso que houve unanimidade na discussão. Como sabem, num conselho de sete pessoas... Eu costumo dizer que ainda bem que não há unanimidade. Se há unanimidade, alguma coisa vai mal no reino do oceano.

Foi unânime que aquele senhor, tendo em conta algum passado, que se foi conhecendo, porque ele chegou ali trazido por uma pessoa que vocês conhecem, não vale a pena estar a falar nela, começou a tentar

situações que, no mínimo, seriam pouco normais. E, portanto, a partir daquele momento...

Foi afirmado pelo Sr. Deputado do CDS, que, depois, disse que... Mas ele não falou numa cessão de crédito, falou foi numa comunicação ao Banco de Portugal. É que o Banco de Portugal chegou a uma altura...

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — O que ele referiu foi empresas *offshore*, que se julgava ser do El-Assir e eram da SLN. Não é em nome pessoal; portanto, obviamente, não tem nada...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Garanto-lhe uma coisa: haja alguém que me diga, a mim, olhos nos olhos, seja quem for, se algum dia propus alguma empresa *offshore* ou se alguma vez foi discutido em conselho empresas *offshore*.

Eu, como pessoa da área comercial, nunca propus nenhuma empresa *offshore*, nem para mim, nem para nenhum cliente.

Quando havia alguns clientes, e nós sabemos porquê, não vamos estar aqui a tentar enganar-nos uns aos outros... As empresas que havia de *offshore* não eram com o objectivo, pelo menos daquilo que julgo saber e em grande parte dos casos, de lavagem de dinheiro ou isso, também não vou dizer que não pudesse haver, mas com o objectivo... Como sabe, os bancos punham em baixa... O imposto não ficou retido, como o banco fazia a todos, na fonte e, como durante muitos anos não havia cruzamento de dados, a taxa de juros que era dada acabava por ser líquida e bruta, porque as pessoas esqueciam-se (não estou a dizer que eles fizessem aquilo por mal) na altura do IRS... Mas quem fazia isto, e isto foi feito durante muitos anos na banca, não é nenhum... Mas um *offshore*

é legal. É legal! Agora, depois, o tratamento que é feito pelos clientes é que já pode ser discutível. E eu admito que...

Agora, em relação aos *offshore* — penso que no norte não havia muitos —, quem tratava disso era o *Private* e eu não tinha acesso ao *Private*. E, devo dizer, por aquilo que sabia, e sabia alguma coisa, também nunca desejei tê-lo.

A Sr.<sup>a</sup> Leonor Coutinho (PS): — Muito obrigado. É tudo.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — O Sr. Deputado Honório Novo tem ainda mais duas perguntas para fazer. É assim, Sr. Deputado?

O Sr. Honório Novo (PCP): — Eu senti-me motivado por esta questão da contabilidade, Sr.<sup>a</sup> Presidente...

*Risos.*

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Apesar de eu saber que é um pouco tardio e de, tanto o Sr. Dr. como nós, estarmos cansados, eu vou referir-lhe duas empresas e só quero saber se as reconhece e se conhece as finalidades a que elas se dedicavam.

Uma é a Sopromat. Conhece a empresa? Nunca ouviu falar nela?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Sr. Deputado, peço imensa desculpa, mas só ouvi falar nessa empresa depois do dia 30 de Junho. Mas

percebo (não leve a mal o termo) a habilidade para chegar ao mesmo fim.  
Eu não vou dizer, mas existe essa empresa.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Existe esta empresa e dedica-se a quê,  
Sr. Dr.?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Tive conhecimento dela já em  
Setembro...

O Sr. Honório Novo (PCP): — E dedica-se a quê, Sr. Dr.?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Pergunte aos donos da  
empresa, eles que respondam. Eu não vou responder.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Uma outra empresa, Sr. Dr.: J. Vaz  
Mascarenhas Unipessoal, L.<sup>da</sup>?

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Não me diz nada.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Esta não lhe diz nada.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Não me diz nada.

O Sr. Honório Novo (PCP): — Também calculava que não dissesse,  
uma vez que diz que não conhece, que nunca ouviu falar do Banco Insular.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Não me diz nada!



Agora, em relação à outra, não me vou pronunciar, mas... o titular sabe qual era ou qual foi a função dela.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Deve constar do registo comercial da empresa...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Peço imensa desculpa,...

O Sr. Honório Novo (PCP): — É perguntar ao Deputado Nuno Melo, porque ele também sabe...

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Claro, mas o senhor, no fundo, acabou de dar a entender, de dar a entender não, disse, de uma forma simpática, que conhecia. E ele podia ter dito a mesma coisa, quando ele disse: «Diga...» Desculpe, mas pensa que eu não sei que ele sabia?! Ele não está agora aqui, mas eu dizia-lhe olhos nos olhos, porque eu sei que ele sabe.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Mas, como agora o Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo já não está cá, depois o Sr. Dr. telefona-lhe a dizer isso.

*Risos.*

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Não, desculpe lá. Eu tenho muita consideração pelo Sr. Deputado para brincar com ele. Brincar no bom sentido da palavra.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Exactamente.

O Sr. Dr. António Coelho Marinho: — Não tenho problema nenhum.

A Sr.<sup>a</sup> Presidente: — Os Srs. Deputados já fizeram todas as perguntas, agora, ouçam-me um bocadinho, e vou ser rápida.

Hoje é o Dia do Pai e eu já disse várias vezes que os senhores se esqueceram de que, também no Dia do Pai, as mães são responsabilizadas se não estão junto dos pais, e o que quero dizer é muito rápido.

Agradeço, em nome da Comissão, ao Sr. Dr. António Coelho Marinho toda a colaboração que deu a esta Comissão, e peço-lhe desculpa por a audição ter sido um pouco mais demorada, e, por este facto, ter sido pesada tanto para o Sr. Dr. como para alguns Srs. Deputados que também estão adoentados.

Srs. Deputados, amanhã iremos fazer uma reunião de coordenação e já requisitei, para o efeito, com o consentimento do próprio, o gabinete do Sr. Deputado Nuno Teixeira de Melo. Portanto, agradecia que, durante o Plenário, estivessem contactáveis, porque eu, no outro dia, tive de fazer essa reunião no fim do Plenário e, nessa altura, já tenho mais dificuldade em encontrar as pessoas. Assim, agradecia que, durante o Plenário, estivessem atentos, se bem que, no Plenário, reconheço, sou pouco visível, porque fico escondida com as cadeiras.

Srs. Deputados, muito obrigado a todos e até amanhã.

Está encerrada a reunião.

*Eram 22 horas e 40 minutos.*